

**AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CONTEXTO DO
DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO:
UMA ABORDAGEM ESTATÍSTICA**

Maria Manuela Teixeira Baptista

Trabalho de Projeto de Mestrado em Gestão do Território

Maio 2012

Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor José Manuel Rodrigues Lúcio.

Declaro que este Trabalho de Projeto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A Candidata,

Lisboa, 10 de maio de 2012

Declaro que este Trabalho de Projeto se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O Orientador,

Lisboa, 10 de maio de 2012

Ao José João

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, cabe-me agradecer ao Professor Doutor José Manuel Rodrigues Lúcio pela sua orientação nesta investigação, pela sua sabedoria, incentivo e amizade.

São devidas palavras de muito apreço e agradecimento ao Dr. Carlos Coimbra, diretor do Departamento de Contas Nacionais no Instituto Nacional de Estatística (INE), com quem partilhei as primeiras ideias sobre este projeto e que sempre me estimulou no meu percurso académico.

Destaco o contributo recebido dos colegas do INE que de uma forma humilde e despretensiosa se dispuseram a ajudar-me na aquisição de conhecimentos e técnicas para a execução do projeto.

Agracio o Ministério das Finanças (MF), na pessoa da Dra. Maria Fernanda Bragança Teixeira, pela sua amizade e por tudo fazer para me proporcionar todas as condições de trabalho no decorrer na minha atividade profissional.

Para concluir, um agradecimento aos meus pais, Lurdes e José Maria, a quem adoro e estimo pelo seu amor incondicional, as palavras certas nos momentos certos, o seu exemplo de vida, o seu voluntariado, o dar sem receber e por me terem ensinado que somos todos iguais.

AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO:

UMA ABORDAGEM ESTATÍSTICA

Maria Manuela Teixeira Baptista

RESUMO

Geografia é a ciência que compreende fenómenos localizados na superfície terrestre, sobretudo a sua distribuição nos territórios e as suas relações. É uma área de estudo transversal a muitas outras ciências, naturais, físicas, biológicas e humanas.

Na procura de originalidade e especificidade, foi com naturalidade que se encontrou uma temática tão antiga quanto a humanidade: as desigualdades sociais.

As desigualdades sociais estão identificadas desde a criação do Homem, mas a sua importância tem sido inconstante ao longo da História, porém sempre associada a ligações de poder e a situações de vantagem dentro do mesmo grupo social ou entre grupos diferentes.

As relações desiguais entre os vários agentes da sociedade podem comprometer seriamente o desenvolvimento do território.

Nem sempre foi fácil identificar as desigualdades, mas atualmente a tarefa vai ficando cada vez mais acessível, através do recurso à utilização de indicadores socioeconómicos, tais como: as condições de habitabilidade e conforto, distribuição da despesa e do património, o consumo, a educação, o acesso a cuidados de saúde e o emprego ou a falta deste.

A apreciação rigorosa dos acontecimentos carece de uma análise qualitativa e quantitativa. Para tal, recorremos à Estatística: descritiva e inferencial.

Dada a dimensão das desigualdades sociais, quer no espaço quer no tempo, e das inúmeras variáveis que a mesma encerra, as metodologias estatísticas permitem a aferição das características e comportamentos de uma população, através da análise de uma amostra representativa de determinado universo. Além de possibilitar a descrição de acontecimentos, permitem ainda quantificá-los e localizá-los no território.

O estudo de dados ao longo do tempo facilita a construção de séries temporais, que ajudam a conhecer e a perceber melhor a evolução dos fenómenos.

Em Portugal, um dos segmentos populacionais mais vulnerável a desigualdades sociais é o dos agregados domésticos privados unipessoais, o mesmo é dizer que são agregados/indivíduos que residem sós, dependendo exclusivamente de si próprios.

A investigação abrange todo o território nacional, numa abordagem regional.

Palavras-chave: Território; Desigualdades sociais; Indivíduo; Estatística.

PROJECT WORK OF SOCIAL INEQUALITIES IN THE CONTEXT OF DEVELOPMENT PLANNING: A STATISTICAL APPROACH

Maria Manuela Teixeira Baptista

ABSTRACT

Geography is the science which comprises localized phenomena on Earth's surface, especially its distribution in the territories and their relations. It is an area of study that cuts across many other sciences, natural, physical, biological and human.

When looking for originality and specificity, naturally found a theme as old as humanity: social inequalities.

Social inequalities are identified since the creation of man, but its importance has been inconsistent throughout History, but always associated with connections for power and advantage of situations within the same social group or between different groups. Unequal relations between the various actors in society can seriously compromise the development of the territory.

It was not always easy to identify inequalities, but now the task is becoming increasingly accessible, by resorting to the use of socioeconomic indicators, such as the living conditions and comfort, the distribution and capital expenditure, consumption, education, access to health care and employment or lack thereof.

A rigorous examination of the events requires a qualitative and quantitative analysis. To this end, we turn to statistics: descriptive and inferential.

Given the size, in space and time, social inequality, the many variables considered, the statistical methodologies allow through a representative sample of a universe can be measured all the characteristics and behaviors in a whole set of population. Not only describes the events, as quantified and located in the territory.

Studies over time, build time series, which help to know and understand the evolution of the phenomenon.

The study data over time facilitates the construction of time series, which help to know and better understand the evolution of phenomena. In Portugal, one of the segments of the population more vulnerable to social inequality is the one-person households, that is to say which are households/individuals living alone, depending exclusively on themselves.

In Portugal, one of the segments of the population more vulnerable to social inequality is the one-person households, that is to say which are households/individuals living alone, relying exclusively on themselves.

The investigation covers the entire national territory, a regional approach.

Keywords: Territory; Social inequalities; Individuals; Statistics.

ÍNDICE

Lista de abreviaturas, sinais convencionais e notas.....	10
Introdução	12
1. Estudo de caso	15
1.1. Enquadramento e objetivos	15
1.2. Metodologia	16
1.3. Estrutura do trabalho de projeto	17
2. Ciências Sociais e Estatística	19
2.1. Estatística em Portugal e utilização de indicadores sociais.....	19
2.2. Definições e conceitos.....	24
2.2.1. Desigualdades sociais.....	24
2.2.2. Estatística.....	27
2.3. Enquadramento legal	28
3. Condições de vida e despesa em Portugal.....	34
3.1. Inquérito às despesas das famílias	34
3.1.1. Descrição e objetivos da operação estatística	34
3.1.2. Descrição metodológica e técnicas de amostragem associadas.....	34
3.1.2.1. Estimativas e ponderadores	40
3.1.2.2. Erros de amostragem.....	41
3.1.3. Críticas e sugestões.....	42
4. Apuramento e análise dos dados	45
4.1. Seleção de variáveis.	45
4.2. Tratamento de dados.....	47
4.3. Análise dos dados.....	48

a) Caracterização dos agregados unipessoais.....	48
b) Caracterização das condições de habitabilidade e de indicadores de conforto dos agregados unipessoais.....	53
c) Caracterização da despesa média e dos hábitos de consumo dos agregados unipessoais.....	59
4.3.1. Correlação urbano - rural	66
4.3.2. Desigualdades sociais e consumo das famílias	67
5. Resultados e discussão.....	69
6. Conclusões	75
6.1. O estudo.....	76
6.2. Perspetivas futuras	77
Bibliografia	79
Anexos	85

LISTA DE ABREVIATURAS

CSE	Conselho Superior de Estatística
DCN	Departamento de Contas Nacionais
€	Euro
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
IDEF	Inquérito às Despesas das Famílias
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços no Consumidor
ISEGI	Instituto Superior de Estatística e Gestão de informação
%	Percentagem
p.p.	Ponto Percentual
MF	Ministério das Finanças
NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
Nº.	Número
SEN	Sistema Estatístico Nacional
UE	União Europeia

SINAIS CONVENCIONAIS

X Valor não disponível (ausência de valor decorrente da inexistência de dados ou da falta de qualidade dos mesmos).

NOTAS

Por arredondamento, o somatório das partes pode não ser igual ao total.

Os documentos em “Anexos” podem não respeitar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

As primeiras estatísticas oficiais de temática demográfico social aplicadas aos orçamentos familiares, de periodicidade quinquenal, datam da década de 60 do século XX.

De motivação claramente política e social, os resultados obtidos serviram de suporte à tomada de decisão sobre os diferentes programas aplicados ao combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (UE)¹, a 1 de janeiro de 1986, resultado da apresentação da sua candidatura de adesão a 28 de março de 1977 e da assinatura do acordo de pré-adesão a 3 de dezembro de 1980, a produção estatística foi alvo de importantes transformações.

A juntar à utilização das novas tecnologias, tornou-se possível a integração do sistema estatístico a nível europeu, ou seja, foi possível a harmonização de nomenclaturas e classificações, permitindo desta forma a comparabilidade de indicadores entre todos os Estados Membros e outros países, que não fazendo parte da UE adotaram os mesmos procedimentos.

A partilha de conhecimentos e a formação de grupos de trabalho temáticos, na área da pobreza e das desigualdades sociais tem conduzido a uma maior preocupação social visando o envolvimento de toda a sociedade.

Em termos territoriais, a publicação de indicadores com desagregação regional (NUTS II) e por grau de urbanização dá mais visibilidade às desigualdades dos agregados, dentro do mesmo grupo ou entre grupos diferentes.

Porque o território é dinâmico e a população que o ocupa sofre pressões constantes, será de esperar que o rigor da abordagem estatística no estudo dos fenómenos sociais produza “ferramentas” de identificação, controlo e, se exequível, estreitar as desigualdades sociais.

¹ Designação alterada para União Europeia (UE), pelo Tratado de Maastricht, em 1993.

A adesão de Portugal à União Europeia aconteceu em consequência da Revolução do 25 de abril de 1974 e das alterações que esta resolução estimulou nos aspetos económicos, político e social.

O presente trabalho de projeto é fruto da curiosidade e da necessidade de ampliar a área do conhecimento na área das ciências sociais e da estatística e vem no seguimento da experiência profissional da investigadora enquanto estatística há mais de duas décadas, com desempenho de funções no INE e nos últimos dois anos no MF.

Embora tenha tido a possibilidade de executar tarefas muito diferenciadas, a atividade profissional no Instituto desenvolveu-se sempre numa perspetiva económica, no Departamento de Contas Nacionais (DCN) e na fase final no Núcleo do Índice de Preços no Consumidor (IPC). O trabalho desenvolvido no DCN qualifica-se por uma forte interligação com os restantes departamentos do Instituto. Desde Julho de 2010, a autora, desempenha funções no Ministério das Finanças, igualmente na área da estatística económica, em temática de emprego público.

Enquanto elemento integrante na equipa do IPC participou nas reuniões preparatórias na definição da amostra do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF) – 2010-2011. A panóplia de informação, o grau de dificuldade e exigência de conhecimentos para a execução de uma operação estatística como o IDEF aguçou o interesse e revelou-se num enorme desafio de investigação numa nova área.

Ir para além do trabalho executado pelo INE, utilizar e aproveitar a imensa informação disponível e não publicada pelo Instituto tornou-se primordial. O INE recolhe muita informação que se vem a verificar não passível de tratamento e de publicação e o resultado deste trabalho visa colmatar e complementar esta lacuna.

O IDEF é uma operação estatística, quinquenal, que permite apurar indicadores económicos e sociais sobre os agregados familiares residentes em Portugal. Ao analisar a publicação de 2005-2006 (à data de execução desta investigação os resultados relativos ao ano de 2010-2011 não estão disponíveis, apenas tivemos acesso ao destaque com os resultados provisórios), reparámos que a informação relativa aos agregados constituídos por um único indivíduo (agregado unipessoal)² era escassa. Deste modo, o grande objetivo do trabalho de projeto é ir para além do trabalho desenvolvido no INE, trata-se de produzir indicadores que permitam conhecer a

² Neste trabalho, utilizamos o termo agregado unipessoal como sinónimo de agregado doméstico privado constituído por um único indivíduo adulto.

realidade económica e social de um grupo da sociedade vulnerável a desigualdades sociais – os indivíduos que residem sós.

A abordagem estatística assenta em dados oficiais, em conceitos fundamentais, no tratamento e análise dos dados.

No processo evolutivo de apuramento pretende-se analisar indicadores que permitam descrever as características dos indivíduos (o sexo, a idade, grau de urbanização da área de residência, o nível de escolaridade e a fonte de rendimento), as suas condições de habitabilidade e de conforto (tipo de alojamento, regime de ocupação, conforto básico no interior dos alojamentos, equipamento doméstico, de comunicação e lazer) e a estrutura de anual de consumo (despesa total anual média por sexo, idade e grau de urbanização), e transversalmente numa ótica regional (NUTS II).

O trabalho de projeto tem como objetivo conseguir responder à questão: Quais os fatores relevantes que, do ponto de vista estatístico, determinam as desigualdades sociais no grupo específico dos agregados domésticos privados unipessoais residentes em Portugal, tendo em vista a sua análise por género, grupo etário, económico, social e distribuição no território?

*“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é
senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria
menor se lhe faltasse uma gota.”*

Madre Teresa de Calcutá

1. ESTUDO DE CASO

1.1. ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS

A estatística é uma das principais ciências de suporte à decisão de políticas sociais e está intimamente ligada ao estudo de fenómenos de desigualdades. Este projeto tem por objetivo principal correlacionar condições de vida, estrutura de despesa e hábitos de consumo dos agregados doméstico privados unipessoais e, em simultâneo, identificar padrões de desigualdade social no território nacional.

Assim, procurar-se-á identificar as variáveis ou características que melhor expliquem e justifiquem o fenómeno da desigualdade, bem como as suas especificidades ao nível do desenvolvimento do território.

Como objetivo secundário surge o estudo/análise do impacto ou influência que uma operação estatística pode ter nos resultados, nomeadamente nas decisões políticas, sociais e territoriais.

O ensejo deste projeto combina várias reflexões: a existência de desigualdades em Portugal e a utilização da estatística para identificar padrões, efetuar medições e explicar os processos de tomada de decisão, com o objetivo de diminuir os respetivos efeitos.

Pretende-se que o trabalho resulte numa visão séria, que através da sua originalidade e sentido crítico, concorra para um melhor entendimento das problemáticas.

À medida que avançámos no projeto, foram surgindo dificuldades: o enviesamento dos resultados associado à metodologia aplicada nas operações estatísticas que suportam a investigação; as limitações da base de dados do “IDEF –

Inquérito às Despesas das Famílias 2005-2006” disponibilizada pelo INE aos investigadores (que não permite uma análise regional detalhada, ficando-se por uma análise NUTS II) e a indisponibilidade dos resultados finais do “IDEF – Inquérito às Despesas das Famílias 2010” (à data da conclusão desta investigação), o que forçou a utilização de alguns resultados provisórios (referidos na metodologia).

Este projeto alicerça-se num acervo bibliográfico que se centra numa perspetiva mais económica do que geográfica, dirigida ao rendimento dos agregados familiares, e que privilegia um enfoque nacional, sem no entanto descurar a ótica regional.

1.2. METODOLOGIA

A elaboração deste projeto exigiu a pesquisa e a leitura de literatura especializada sobre desigualdades sociais e estatística, a qual suportará a fundamentação da maioria dos capítulos que o constituem.

Em relação ao objeto de estudo foram consultadas publicações e estudos da especialidade, bem como trabalhos de Doutoramento, como por exemplo o do Professor Doutor José Lúcio *“Estratégias de Erradicação da Pobreza – O Caso do Condado de Sonoma – Califórnia/Estados Unidos da América”*, no qual o investigador apresentou informação estatística do Instituto de Estatística dos Estados Unidos da América, com o propósito de melhor caracterizar o processo estatístico e as variáveis sociais e humanas numa perspetiva territorial.

O INE, após creditação de investigação no Ministério da Educação e Ciência, disponibilizou a base de dados “IDEF – Inquérito às Despesas das Famílias 2005-2006”, constituindo-se assim como a principal fonte estatística.

A atividade profissional da autora proporcionou-lhe a participação num grupo de trabalho (em 2009), constituído por técnicos responsáveis pela produção da operação estatística, com o objetivo de definir a metodologia do inquérito para 2010, cuja experiência contribuiu de forma muito positiva na prossecução deste projeto.

Nesse grupo de trabalho participou o Professor Doutor Jorge Morais Mendes³, à data Chefe de Serviço de Métodos Estatísticos, no Departamento de Metodologia e de Sistemas de Informação do INE, especialista em Estatística e Investigação Operacional. O Professor, prontamente disponível para todo e qualquer esclarecimento do trabalho conjunto da extração da amostra do IDEF 2010-2011, dos métodos de amostragem associados, contribuiu para esta investigação. O artigo *“A Simple Spatio-temporal Procedure for the Prediction of Air Pollution Levels”*, de sua autoria é um exemplo de como a estatística se aplica a diferentes áreas de conhecimento científico.

A participação em vários congressos, em que se salienta a conferência⁴ organizada pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que debateu a “Desigualdade em Portugal”, coordenada pelo Professor Doutor Carlos Farinha Rodrigues e com a participação especial do Professor Anthony Atkinson, da University of London, foram determinantes ao conhecimento de diferentes abordagens sobre a temática em investigação.

1.3. ESTRUTURA DO TRABALHO DE PROJETO

O trabalho de projeto está orientado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo apresenta-se um estudo de caso: enquadramento e objetivos, metodologia e estrutura do trabalho.

O segundo capítulo aporta a evolução do estudo da estatística em Portugal e das variáveis sociais e humanas, bem como definições e conceitos relevantes na investigação, finalizando com o enquadramento legal da operação estatística em estudo.

No terceiro capítulo estudam-se as condições de vida e o consumo em Portugal, através das variáveis do IDEF, que inclui a descrição e os objetivos da

³ O Professor Doutor Jorge Mendes foi professor da investigadora, no Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, entre 2001 e 2003, em disciplinas como Metodologia Estatística e Sondagens.

⁴ A conferência teve lugar a 6 de maio de 2011, no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

operação estatística, e pormenoriza a sua metodologia e técnicas de amostragem utilizadas. Termina com críticas e sugestões ao processo estatístico em causa.

Segue-se o quarto capítulo, onde se desenvolve o trabalho estatístico. Numa primeira fase apresenta-se o processo de seleção de variáveis a estudar, depois todo o tratamento/apuramento dos dados e a sua representação (quadros e gráficos), que termina na análise da informação estatística, com especial destaque na investigação regional, urbano-rural e na identificação de padrões de desigualdades sociais, bem como no consumo dos agregados domésticos privados unipessoais.

No quinto capítulo publica-se a análise dos resultados e a sua discussão, com a imprescindível descrição e abordagem crítica.

Por fim, no sexto capítulo, exibem-se as principais conclusões da investigação e são aduzidas algumas observações para futuros trabalhos de investigação.

“A estatística tem-se difundido de forma tão rápida, que se torna cada vez mais difícil listar os ramos da actividade humana em que a sua aplicação se tem revelado fecunda ou mesmo indispensável.”

Bento Murteira

2. CIÊNCIAS SOCIAIS E ESTATÍSTICA

2.1. ESTATÍSTICA EM PORTUGAL E UTILIZAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS

Em Portugal, a produção estatística teve na sua génese motivações militares e fiscais. Um dos primeiros registos estatísticos conhecidos é datado da segunda metade do século XIII e pretende responder ao recrutamento militar, através da contagem das famílias (Bastien e Valério, 2010:11).

“As contagens da população surgem no século XVI de uma forma mais organizada e sistematizada, fruto da vontade direta do poder central, facto este bem patente nas cartas reais que determinam o desenvolvimento das ações de recolha de informação. (...) Importava, sobretudo, conhecer as povoações, o seu estatuto jurídico-administrativo, a sua área de influência ou o tipo de dependência jurídico-senhorial, esboçar, enfim, as configurações administrativas do País face ao emaranhado de relações tipo senhorial que então prevaleciam” (Sousa, 1995:65).

Até ao século XVIII, as operações estatísticas realizadas em Portugal não se revestiram de um cariz regular. Nessa época, a Igreja teve um papel relevante no levantamento demográfico e no registo da população, uma vez que detinha a responsabilidade pela contagem dos batismos e dos enterros, resultando um apuramento razoável de nascimentos e óbitos. Com este controlo da população conseguia-se também observar os pagadores e recebedores de fundos públicos, cumprindo assim objetivos de cariz fiscal (Bastien e Valério, 2010:11).

Fernando Sousa (1995:70-71;94), na sua obra, descreveu os processos históricos de recolha de informação estatística utilizados no século XVIII, perguntando, por exemplo: pela identificação da província e pela posse da propriedade da terra, pela

identificação do relevo existente e circundante, pela localização da paróquia e de alguns detalhes arquitetónicos e patrimoniais, pela existência de famílias nobres, pelos dias de feira (em caso de realização), pela existência de fontes, lagoas, porto de mar, plantas, pomares, gado, peixe, alterações de toponímia, entre outros. Tratavam-se de questionários bastante cuidados, com múltiplas preocupações: territoriais (organização e divisão administrativa: freguesias, distritos ou jurisdições), patrimoniais, políticas, sociais, religiosas e geográficas, em que podemos destacar os estabelecimentos de saúde existentes. De realçar ainda, que no final dos questionários aparece uma questão que ainda hoje se utiliza, naturalmente com outro texto, mas que contém o mesmo significado: *“E tudo o mais que houver digno de memória de que não faça menção o presente interrogativo”*. Estes questionários forneciam um conhecimento pormenorizado do território e da sua população, que permitia a tomada de decisões políticas e sociais, constituindo-se como instrumentos notáveis para a época.

“Paralelamente ao Estado, a Igreja, dispõe, assim, de um razoável conhecimento da população dos bispados do Reino, sendo a ela, portanto, que o poder régio, direta ou indiretamente, recorre, até à primeira metade do século XIX, para contar as gentes” (Sousa, 1995:68).

Simultaneamente, surge a primeira entidade de estatística oficial, a Comissão Estatística e Cadastro do Reino e, mais propriamente em 1822, foi publicado em Paris, por Adriano Balbi, geógrafo e professor, o *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d’Algarve*, um verdadeiro prenunciador de um anuário estatístico de Portugal (Bastien e Valério, 2010:12).

No final do século XIX, a informação estatística, já de produção periódica, ficou ao alcance da generalidade da população. A produção dos primeiros recenseamentos gerais da população, em janeiro de 1864 e 1876, que se tornaram decenais a partir de 1890 e, também, a publicação do Anuário Estatístico do Reino de Portugal em 1875 (Bastien e Valério, 2010:14-16) são projetos que devido à sua complexidade marcaram definitivamente a forma de fazer estatística.

Conjuntamente, verificou-se a disseminação da estatística em quase todos os países europeus, e a cooperação internacional tornou-se efetiva com a realização de congressos internacionais.

No início do século XX, a Primeira Guerra Mundial “paralisou” a atividade estatística em Portugal. Com o terminar da guerra e da “instabilidade”, a necessidade da tomada de decisões políticas e económicas fez com que se retomasse o caminho interrompido.

Em 1935, em resultado das diferentes reformas políticas e reorganização do Estado, o Decreto-Lei nº 1911/1935, de 23 de maio, criou o INE, alicerçando-se nos princípios da centralização, autonomia técnica, autoridade e segredo (Bastien e Valério, 2010:23).

Em meados do século XX, tal como podemos encontrar numa breve resenha sobre os indicadores económico-sociais (Sousa, 1995:245), já se destacava o trabalho do INE com a associação destes indicadores ao estudo do IPC, sobretudo a partir de 1948, quando se produziram os primeiros inquéritos sobre o custo de vida em Lisboa e no Porto, através de técnicas de amostragem aplicadas a famílias de diferentes estratos socioprofissionais. Refere também que, contemporaneamente, surgiu o *“Inquérito às rendas e a certas características das habitações na cidade de Lisboa”*, que mais tarde viria a ser aplicado nas cidades de Porto e Faro. Enfatiza, ainda, que no início da década de 70 do século XX foi elaborado o *“Inquérito às receitas e despesas familiares”*, de periodicidade decenal até 1980-1981 e sequentemente o *“Inquérito aos orçamentos familiares”*, desde 1989-1990.

A adesão de Portugal à UE motivou grandes alterações na produção de estatísticas. Portugal ficou assim obrigado a cumprir todas as diretrizes do *EUROSTAT* - Gabinete de Estatísticas da União Europeia, uma das Direções-Gerais da Comissão Europeia, com sede no Luxemburgo, responsável pela organização, produção e divulgação de estatísticas, bem como da harmonização das respetivas metodologias entre os estados membros. Os organismos de produção oficial de estatísticas de todos os Estados Membros, são obrigados a enviar os resultados das diferentes operações, em tempo previamente estabelecido, cabendo ao *EUROSTAT* a sua publicação numa escala europeia, permitindo desta forma apoiar as decisões de cada um dos Governos europeus e também do Banco Central Europeu, quer em termos macroeconómicos (política monetária do EURO) e regionais, quer no âmbito das nomenclaturas e classificações (políticas estruturais).

Os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional (SEN) não sofreram alterações significativas desde 1935. Contudo, constataram-se uma série de constrangimentos para resposta atempada às necessidades dos utilizadores de estatísticas europeias, por exemplo, o inadequado ordenamento jurídico, a influência dos representantes da Administração Pública que compunham o Conselho Nacional de Estatística, a rigidez do próprio sistema, a excessiva centralidade geográfica e funcional da atividade estatística, a duplicação de produção de informação e sobretudo a escassez de quadros superiores altamente especializados em matérias estatísticas (Sousa, 1995:242).

Na tentativa de solucionar estes problemas foi publicada a Lei de Bases do SEN, Decreto-Lei nº 6/1989, de 15 de abril. Ficou assim definido que o SEN se constitui pelo Conselho Superior de Estatística (CSE) e pelo INE (Artigo 2º), cabendo exclusivamente a este último a produção de estatísticas oficiais (artigo 3º). Além das naturais referências à informação estatística, este diploma destaca a autonomia técnica, financeira e patrimonial, o segredo estatístico, a centralização e a autoridade. A alteração ao princípio de centralização permitiu a descentralização geográfica e a criação das Direções Regionais. O reforço da coordenação dos agentes envolvidos é determinante e um dos principais propósitos da reestruturação.

A autoridade estatística consente a aplicação de coimas aos infratores, estabelecendo os seus limites, e define o acesso a fontes administrativas de dados.

Por último, mas não menos importante, ficou INE incumbido de celebrar protocolos com estabelecimentos de ensino superior para a criação de cursos para a formação de técnicos superiores especializados em estatística. Os cursos serviriam aqueles trabalhadores que tendo já um curso superior completo quisessem especializar-se em estatística conferindo-lhes uma segunda licenciatura e também os trabalhadores sem habilitação de nível superior, mediante determinadas condições, aos quais, embora não ficassem com grau académico de licenciatura, seria permitido aceder à carreira profissional de técnico superior. O protocolo celebrado entre o INE e a Universidade Nova de Lisboa conduziu à criação do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (ISEGI), possibilitando a especialização de quadros e respondendo à crescente necessidade de formação na área da utilização das novas tecnologias de

informação. Promoveu ainda a cooperação entre técnicos de países africanos de língua oficial portuguesa. Esta formalidade foi revogada em 2003.

Os anos que se seguiram foram importantes no modo de trabalho em Portugal, nomeadamente através da criação de grupos de trabalho constituídos por técnicos nacionais e dos diferentes países da UE para tratamento de diversos temas que se revelaram fundamentais para melhoria da qualidade. Por outro lado, a partilha de conhecimentos foi basilar para pôr em prática novos conceitos, nomenclaturas e classificações com vista à harmonização de estatísticas europeias – os produtores de estatísticas oficiais ficaram obrigados a “falarem todos a mesma linguagem estatística”.

No final de 2001, pela necessidade de avaliação dos fenómenos da pobreza e das desigualdades sociais na Europa, a UE estabeleceu um programa de encorajamento à cooperação entre estados membros para a determinação de medidas com vista a uma monitorização rigorosa dos fenómenos. Surgiu assim, a necessidade de tornar a informação comparável. Até então, cada Estado utilizava a metodologia que entendia. A comparabilidade era necessária ao nível da definição de variáveis, na descrição minuciosa das metodologias utilizadas, na recolha e na publicação de resultados, e sobretudo na implementação da melhoria da qualidade dos inquéritos em vigor.

Pode ler-se no Jornal Oficial da União Europeia, na edição de 3 de julho de 2003, o Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de junho de 2003, o regulamento/normas/princípios relacionados com as estatísticas comunitárias, cuja temática incida nos rendimentos e condições de vida (UE-SILC).

Portugal, desde longa data, já vinha produzindo informação sobre os orçamentos familiares. No entanto, para dar resposta ao regulamento comunitário, reformulou a metodologia e divulgou os primeiros resultados de aplicação em agosto de 2008, com o *“Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF) 2005/2006”*, que permitiu *“... o apuramento de indicadores sobre a distribuição de rendimentos e o nível e estrutura das despesas dos agregados familiares residentes em Portugal e sobre as respetivas condições de conforto”* (INE, 2008:10)⁵.

⁵ Em dezembro de 2011, foram publicados os resultados provisórios desta operação estatística, referente a 2010-2011 e prevê-se a divulgação dos resultados definitivos no final do primeiro semestre de 2012.

O IDEF constitui-se na segunda maior operação estatística que o INE realiza, imediatamente a seguir aos Censos. De periodicidade quinquenal, permite fornecer/calcular os ponderadores para o cálculo do IPC, que servem de base ao cálculo de indicadores sociais, como seja o índice de pobreza. Permite ainda dar a conhecer a constituição dos agregados familiares, bem como os seus rendimentos e hábitos de consumo. A base de dados deste inquérito serve de base ao apuramento estatístico sobre os agregados familiares constituídos unicamente por um indivíduo adulto, agregados unipessoais.

2.2. DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Para melhor compreensão da temática em estudo, é necessário conhecer as definições e conceitos, quer no âmbito das desigualdades sociais quer das operações estatísticas.

2.2.1. DESIGUALDADES SOCIAIS

Fala-se em desigualdade social quando, numa determinada sociedade, alguns grupos sociais se encontram em situações que se julgam mais vantajosas do que outros. Portanto, a desigualdade é uma diferença que os indivíduos e grupos sociais julgam segundo escalas de valor, com origem submergente na estrutura da sociedade, no tipo de organização do território, estando diretamente relacionada com as relações de poder.

O seu entendimento tem variado ao longo do tempo e desde há muito que se encontram justificações ou explicações para o fenómeno e para a sua persistência.

No século XVIII, Jean-Jacques Rousseau defendia duas teorias sobre as desigualdades sociais: uma de natureza natural ou física e, outra moral ou política. Na edição eletrónica de *Ridendo Castigat Mores*, com tradução de Maria Lacerda de Moura, do livro de Rousseau *“Discurso sobre a Origem da Desigualdade (1754)”*, pode ler-se nas páginas 38 a 41 *“Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, e que consiste na*

diferença de idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles. (...) A religião nos ordena a crer que o próprio Deus, tendo tirado os homens do estado de natureza imediatamente depois da criação, eles são desiguais, porque ele quis que o fosse". Para Rousseau, os indivíduos no estado natural são livres e iguais e não possuem propriedade; cada um contenta-se com as dádivas da Natureza.

A partir do momento em que os indivíduos começam a cooperar e a acumular bens, este estado primitivo vai alterar-se irremediavelmente: desaparece a igualdade, cria-se a propriedade e daí resulta a divisão do trabalho.

Para Fedosseiev (1973:427-479) e Ali Rattansi (cit em Giddens e Mackenzie, 1982:12-28), Karl Marx (século XIX) apontava o Capitalismo como a causa de todos os males: a divisão de classes como uma das principais causas das desigualdades. A existência de classes sociais induziam a miséria, que era aproveitada pelas classes dominadoras contra os mais fracos (relação de poder). A desigualdade na distribuição dos recursos majorava os desequilíbrios e para chegar a um regime comunista, na sua essência sem classes e com uma igual distribuição de rendimentos e trabalho, propunha como transição, o socialismo, uma organização económica de expressão equalitária de oportunidades e meios para todos os indivíduos.

Marx partilhava a mesma ideia de Rousseau, em que a propriedade origina desigualdade, enquanto Durkheim considera que é a divisão do trabalho que a provoca (Cherkaoui, 1995:100).

A propagação da divisão do trabalho promove a dependência entre as pessoas, pois cada um necessita dos bens e serviços dos outros.

Na inquietude contemporânea (determinada pela crise do Estado-providência, do trabalho e pela perturbação de identidade), a desigualdade mais visível resulta dos

transtornos económicos: desigualdade de rendimentos, na medida em que a repartição é desigual e a uns cabe mais do que a outros.

As desigualdades são fundamentalmente sociais, não se referem somente à diferenciação económica (concernente à repartição do rendimento, consumo, património, entre outros), unindo-se a outras de carácter mais qualitativo: políticas e de prestígio. Por exemplo, em sociedades em que indivíduos com diferentes tons de pele gozam de estatutos diferentes que, por esse facto, lhes conferem vantagens ou desvantagens ou noutras em que o género resulta, igualmente, em desequilíbrio.

Às desigualdades “tradicionais” ou estruturais permanentes ou que têm tendência a agravar-se, acrescem atualmente outras formas: “desigualdade perante o trabalho e o salário, ou ainda o endividamento, as incivilidades, as consequências da implosão do modelo familiar, as novas formas de violência. Resultantes da dinâmica do desemprego ou pelo desenvolvimento das condições de vida”, são sustentadas de forma dolorosa e silenciosa. Uma nova realidade desigual. Tem a sua génese na requalificação de diferenças internas em grupos (categorias) considerados anteriormente análogos (Traduzido de Fitoussi e Rosavallon, 1996:7-45).

As desigualdades “novas” são, antes de tudo, intracategoriais ou intragrupos e podem ganhar importância e tornarem-se tão persistentes quanto as desigualdades intercategoriais ou intergrupos. No exemplo de uma realidade de desemprego de longa duração (com todas as consequências associadas) dentro de uma mesma categoria, pode levar o indivíduo a contestar o porquê da sua sorte ser tão diferente da do seu semelhante (Traduzido de Fitoussi e Rosavallon, 1996:68). Conhece uma sensação de exclusão, pondo em causa a sua identidade, pois continua a ter como referência a categoria a que pertencia antes. A multiplicação de desigualdades põem em causa os princípios de igualdade, que intuitivamente se julgam essenciais à coesão social. Tratam-se de disparidades sintomáticas da transformação social e de uma modificação da relação do indivíduo com outrem” (Traduzido de Fitoussi e Rosavallon, 1996:68-70).

Bihr e Pfefferkorn (2008:8), explicam as desigualdades sociais como uma consequência da distribuição (matemática) desigual dos recursos entre os indivíduos de uma sociedade, o que provoca um sentimento de injustiça na população.

O Eurostat considera desigualdade social quando diferentes grupos na sociedade não têm estatuto (status) social igual. Observa ainda, que a desigualdade social está diretamente ligada à exclusão social, na medida em que restringe os indivíduos de participar plena e igualmente na sociedade. Acresce que o afastamento do mercado de trabalho é uma forma fundamental de exclusão, mais visível na forma de desemprego, que tem um impacto direto sobre as desigualdades do rendimento. No entanto, a exclusão abrange uma série de questões, que entre outras, passam pelo género, raça, estatuto de cidadania e saúde.

Resumindo, como áreas tradicionais ou estruturais das desigualdades sociais consideram-se o direito ao voto, a desigualdade de género, a liberdade de expressão, a segregação racial, o direito de propriedade, o acesso à saúde, a educação, a habitação, o transporte, a segurança; e como novas formas de desigualdades atentam a desigualdade perante o trabalho e o salário, o desemprego (sobretudo o de longa duração), o endividamento (principalmente das famílias), a alteração do modelo familiar, a violência nas suas novas formas e o acesso ao crédito. A deteiorização das condições de vida, muito por culpa da perda do emprego (em regra, a fonte de rendimento de maior importância), é na maioria das vezes vivida em silêncio. É um fenómeno que persiste no tempo.

Como conceitos associados, aparecem sempre o de desfavorecido, desprivilegiado, insignificante e inferior, por eventualidades da vida, e mesmo o de injustiça.

No ponto seguinte iremos proceder à apresentação das definições de estatística e a sua evolução.

2.2.2. ESTATÍSTICA

A definição e conceito de estatística tem tido diferentes significados ao longo do tempo, conforme a seguir nos propomos demonstrar:

Sousa (1995:8-15) apresenta as várias noções que vigoraram desde a segunda metade do século XVIII à atualidade: até ao início do século XIX, as definições eram unânimes na referência ao poder do Império ou do Estado (Achenwall, 1749;

Bachaumont, 1771; Meusel, 1790; e, Schlözer, 1804). A referência a ciência e factos aparece em 1805, por Peuchet e Napoleão (1818), que reduziram o termo à simples verificação de factos. Apercebemo-nos da evolução da definição quando o matemático Costaz (1834) a menciona como ciência de observação e recolha de factos passíveis de expressão numérica e quando Dufau (seis anos depois) a relacionou com o ensino. No final do século XIX, Bertillon alude a recenseamento de coisas, pessoas e factos. Na primeira metade do século XX, vulgarizam-se termos como *técnica* e *método*, e disseminou-se a prática da investigação de fenómenos coletivos e as observações múltiplas. A ideia de sistema impõe-se a partir de 1960, ao integrar a recolha, a análise e interpretação de dados numéricos associados a um conjunto de unidades observadas. Gradualmente reconhece-se a sua importância na explicação de fenómenos ligados a ciências sociais e humanas, políticas e económicas, químicas e físicas, enfim, a todos os ramos científicos.

O mesmo autor (1995:10) indica que em Portugal, apesar da produção de estatísticas ter começado na Idade Média, o vocábulo Estatístico surgiu tardiamente. A primeira definição aparece por intermédio de Solano Constâncio, que publica em 1835 o *“Novo Dicionario e Etymologico da Lingua Portuguesa”* onde escreve *“(…) ciência que se occupa da enumeração de tudo o que forma a força de uma nação”* (Bastien e Valério, 2010:13). Desde então, e à semelhança dos países ocidentais, Portugal acompanhou a evolução que o termo apresentou.

Atualmente, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) define estatística como *“dados numéricos relativos a um conjunto de indivíduos; a ciência de recolha, análise e interpretação desses dados”*.

Na base de dados de conceitos e definições do Eurostat estatística é definida como informação quantitativa e qualitativa, agregada e representativa que caracterizam um fenómeno coletivo de uma determinada população.

2.3. ENQUADRAMENTO LEGAL

Como vimos anteriormente, até ao século XVIII a produção estatística foi de natureza irregular, em grande parte de responsabilidade eclesiástica. A primeira

centralização da contabilidade pública surge após publicação do diploma legal de 22 de dezembro de 1761, que introduziu a periodicidade anual no ano seguinte (Bastien e Valério, 2010:11).

Durante o século XIX, de acordo com a legislação em vigor, a competência do trabalho estatístico ficou mais direcionado para os Ministérios do Reino, em detrimento da Igreja. As alterações verificadas deveram-se sobretudo à reorganização dos serviços da administração e estatísticos do Reino, destacando-se o diploma de 30 de junho de 1898, que conduziu à reorganização do Ministério da Fazenda e juntou pela primeira vez, no mesmo ministério, os serviços de estatística.

Na primeira década do século XX, três dias após o golpe de estado que destituiu a monarquia constitucional e implantou um regime republicano (1ª República), por Decreto com força de Lei, o Ministério da Fazenda deu lugar ao Ministério das Finanças. Bastien e Valério (2010:20-22) descrevem que apesar da centralização de serviços observada em 1910, e muito por consequência da instabilidade política nos primeiros anos da República, a legislação publicada oscilou entre o princípio da centralização e o princípio da descentralização.

A Instabilidade política, económica, financeira e social, provocada em grande parte pela participação de Portugal na I Guerra Mundial, levou ao golpe militar de 1926, e teve início o período denominado de 2ª República. Contudo, a volubilidade manteve-se apesar do governo ditatorial e em 1933 foi aprovada uma nova Constituição, que acarretou uma reforma a todos os níveis na sociedade portuguesa. Este fator foi decisivo para que se publicasse a Lei de Base nº 1911/1935, de 23 de maio, criando assim o Instituto Nacional de Estatística e os seus princípios, que se mantêm até hoje: centralização, autonomia técnica e segredo estatístico. A atividade corrente do Instituto autonomizou processos especializados e, passados dez anos após a sua constituição, foi criado o Centro de Estudos, através do Decreto-Lei nº 33274/1943, de 24 de novembro, que viria a ser precursor da produção das Contas Nacionais. Como resposta às necessidades decorrentes do desenvolvimento do território, o INE dedicou-se e especializou-se nas mais variadas matérias: estatísticas industriais, sociais, económicas, transportes, energia, turismo e recenseamentos da população e da habitação.

Em 1966, acrescentou-se um novo princípio estatístico, o da coordenação, consistindo na principal alteração registada desde a fundação do Instituto, que foi regulamentada pelo diploma DL Nº 46925/1966, de 29 de março. Ao mesmo tempo, o INE dotou-se de equipamento informático de vanguarda tecnológica, sendo pioneiro na utilização das novas tecnologias em Portugal.

As delegações regionais foram criadas pelo DL Nº 427/73, de 25 de agosto e as primeiras estatísticas do emprego saíram em 1974, num período de grande agitação política e económica, motivada pelo golpe de Estado militar. A Revolução de 25 de Abril de 1974 pôs fim ao Estado Novo e deu início a um regime democrático e a uma nova Constituição portuguesa, de 1976, que ainda se mantém em vigor. A conjuntura desfavorável e o retorno de milhares de indivíduos das colónias converteram o emprego (ou a falta deste - desemprego) numa das principais variáveis publicadas.

A Constituição de 1976 proveu as Regiões da Madeira e dos Açores de autonomia, decretando-se assim os serviços regionais de estatística da Madeira e dos Açores. Estes serviços são órgãos delegados do INE responsáveis pela recolha e tratamento de alguma informação estatística relativa às regiões autónomas.

O processo de reestruturação e organização foi regulamentado pelo DL 6/89, de 15 de abril. Resta salientar na Secção II, Artigo 8º *“O Conselho Superior de Estatística é o órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o Sistema Estatístico Nacional”* e o artigo seguinte descreve a sua composição. Cabe ao Conselho definir a atividade estatística portuguesa; aprovar os conceitos, definições, classificações e nomenclaturas; velar pelo segredo estatístico; alvitar sobre delegações de competências; formar grupos de trabalho sobre temáticas específicas de forma a rentabilizar os recursos.

A Lei do SEN que se encontra em vigor, Decreto-Lei nº 22/2008 de 13 de maio, assume os princípios da qualidade e da cooperação, que não sendo novos ganham novo ênfase e, atualiza ainda a obrigatoriedade de resposta aos inquéritos do INE e as respetivas penalizações em caso de não resposta.

O diploma legal de enquadramento europeu que institui o enquadramento legal para o desenvolvimento, produção e divulgação das estatísticas europeias é o

Regulamento (EC) Nº 223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de março de 2009.

Depois da descrição do enquadramento legal da estatística em Portugal, resta enumerar os diplomas da UE que regulam a produção da informação estatística sobre as famílias, rendimento e condições de vida. O EU-SILC é legalmente enquadrado com disposições sobre o desenho do questionário (instrumento de notação), as suas características, a transmissão de dados, a publicação e o processo de tomada de decisões pelos seguintes regulamentos:

Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de junho de 2003.	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC).	Alterado pelo Regulamento (EC) Nº 1553/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de setembro de 2005 e pelo Regulamento do Conselho (EC) Nº 1791/2006 de 20 de novembro de 2006.
Regulamento da Comissão (EC) Nº 1980/2003 de 21 de outubro de 2003 de implementação do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de junho de 2003.	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre definições e suas atualizações.	Alterado pelo Regulamento da Comissão (EC) Nº 676/2006 de 2 de maio de 2006 que lista as principais definições de base (membro do agregado familiar, rendimento) a utilizar no EU-SILC.
Regulamento da Comissão (EC) Nº 1981/2003 de 21 de outubro de 2003 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre a recolha e sobre procedimento de imputação de dados.	
Regulamento da Comissão (EC) Nº 1982/2003 de 21 de outubro de 2003 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre amostragem e regras de validação.	
Regulamento da Comissão (EC) Nº 1983/2003 de 7 de novembro de 2003 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre a lista de variáveis primárias a recolher cada ano.	
Regulamento da Comissão (EC) Nº 28/2004 de 5 de janeiro de 2004 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre a qualidade dos conteúdos detalhados dos relatórios	

Desde o início desta operação estatística são recolhidos, a cada quatro ou cinco anos, um conjunto de variáveis, denominadas de secundárias, que o Eurostat considera serem fundamentais para o estudo de diferentes fenómenos sociais. Estes módulos são regulados por:

2012	Regulamento da Comissão (EC) Nº 1157/2010 de 9 de dezembro de 2010 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre a lista de variáveis secundárias do módulo sobre as condições das habitações.
2011	Regulamento da Comissão (EC) Nº 481/2010 de 1 de junho de 2010 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre a lista de variáveis secundárias do módulo sobre as desvantagens sobre a transmissão intergeracional.
2010	Regulamento da Comissão (EC) Nº 646/2009 de 23 de julho de 2009 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre a lista de variáveis secundárias do módulo sobre as desvantagens sobre a partilha de recursos dentro do agregado familiar.
2009	Regulamento da Comissão (EC) Nº 362/2008 de 14 de abril de 2008 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre a lista de variáveis secundárias do módulo sobre privação material.
2008	Regulamento da Comissão (EC) Nº 215/2007 de 28 de fevereiro de 2007 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre a lista de variáveis secundárias do módulo sobre o sobre endividamento e a exclusão financeira.
2007	Regulamento da Comissão (EC) Nº 315/2006 de 22 de fevereiro de 2006 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre a lista de variáveis secundárias do módulo sobre as condições das habitações.
2006	Participação social: Regulamento da Comissão (EC) Nº 13/2005 de 6 de janeiro de 2005 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre a lista de variáveis secundárias do módulo sobre participação social.
2005	Transmissão intergeracional da pobreza: Regulamento da Comissão (EC) Nº 16/2004 de 6 de	Relativo a estatísticas comunitárias do rendimento e condições de vida (EU-SILC) sobre a lista de variáveis

janeiro de 2004 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.	secundárias do módulo sobre transmissão intergeracional da pobreza.
---	---

Para concluir queremos referir que o INE está obrigado a cumprir na íntegra o disposto nos regulamentos descritos na execução do IDEF.

*“A educação é a arma mais poderosa que se pode
usar para mudar o mundo.”*

Nelson Mandela

3. CONDIÇÕES DE VIDA E DESPESA EM PORTUGAL

As condições de vida e a despesa podem ser medidos e descritos. A principal base de dados para estudar estes fenómenos em Portugal resulta do IDEF. Trata-se de uma operação estatística complexa, de elevada dificuldade técnica, que envolve uma grande quantidade de recursos humanos e financeiros.

3.1. INQUÉRITO ÀS DESPESAS DAS FAMÍLIAS

A presente operação estatística pertence à mais recente série quinquenal dos inquéritos sobre os agregados familiares, iniciada na segunda metade do século XX.

3.1.1. DESCRIÇÃO E OBJETIVOS DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

O IDEF serve para descrever a estrutura do consumo e das despesas dos agregados familiares, a distribuição regional do rendimento (monetário e não monetário), as condições de habitabilidade, para apurar elementos de suporte à elaboração da balança alimentar e para determinar a estrutura de consumo que apoia o cálculo dos ponderadores utilizados no IPC.

3.1.2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA E TÉCNICAS DE AMOSTRAGEM ASSOCIADAS

O IDEF abrange a totalidade do território português e é de resposta obrigatória.

O período de recolha de informação decorreu entre outubro de 2005 e outubro de 2006.

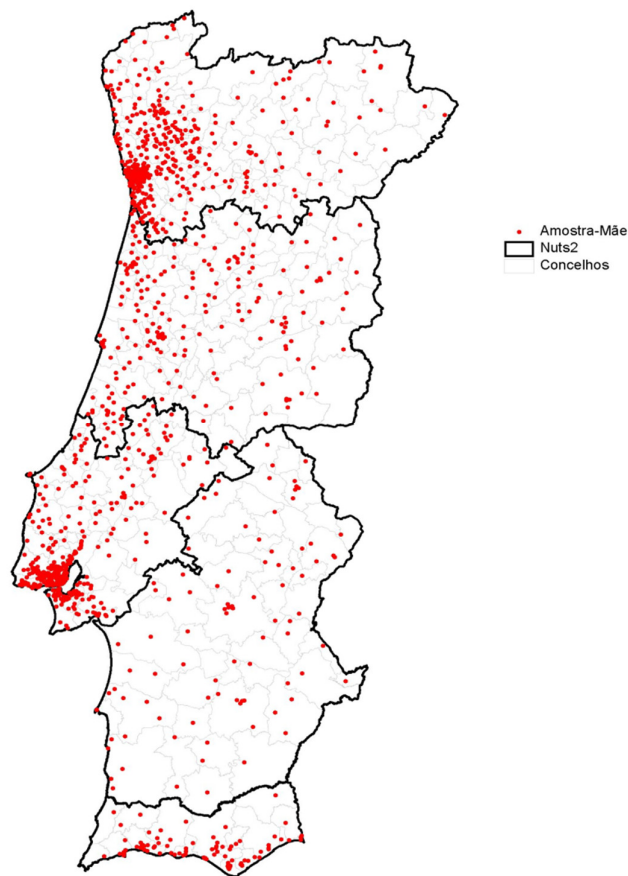
O universo de referência cobre o conjunto de todos os agregados domésticos privados e os indivíduos que os constituem.

A unidade amostral é a unidade de alojamento a partir da amostra-mãe de 2001, que consiste numa base constituída por alojamentos familiares, seleccionada a partir dos dados dos Censos 2001.

Todas as unidades de alojamento são entrevistadas.

A figura seguinte mostra a distribuição da amostra-mãe de 2001 que serviu de base à seleção das amostras do IDEF 2005-2006 e IDEF 2010-2011 (não foi possível aceder à informação referente às Regiões Autónomas).

Figura 1 - Distribuição das áreas da Amostra-Mãe 2001, por NUTS II, em Portugal Continental

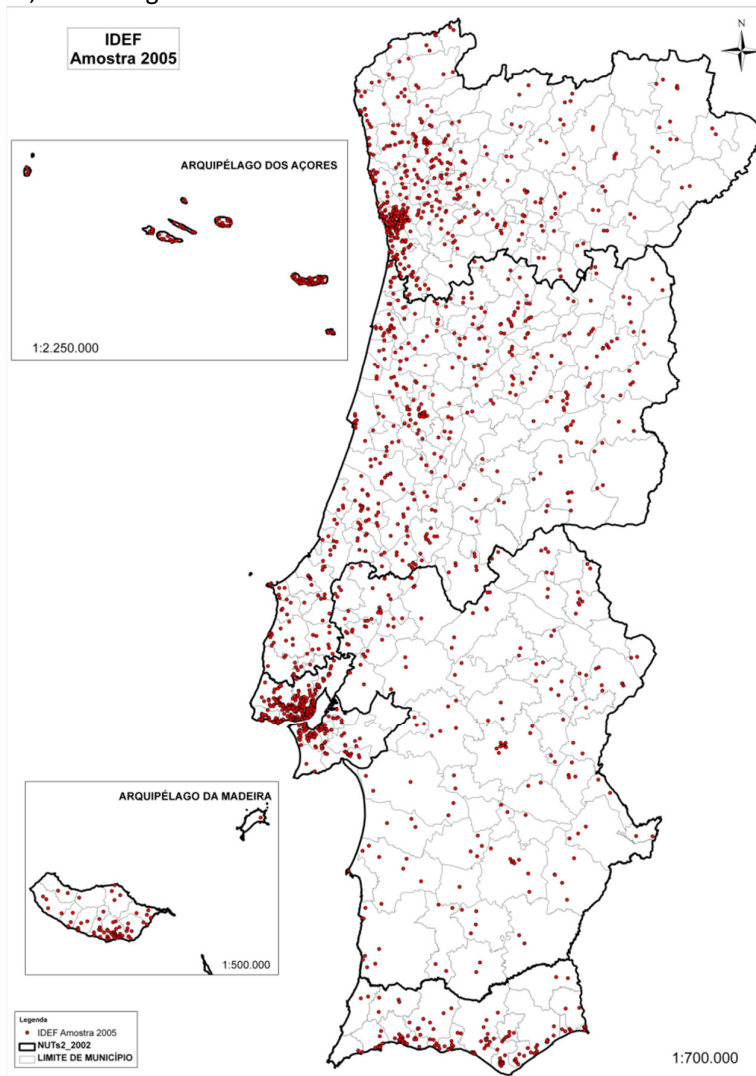


Fonte: INE (2011).

Nota: Não foi possível aceder à informação referente às Regiões Autónomas; classificação NUTS II 2001.

Conforme se pode observar, as figuras 2 e 3 exibem a distribuição das amostras selecionadas para os IDEF 2005-2006 e 2010-2011, tendo por base a mesma amostragem. Aqui sim, temos informação que cobre o território nacional.

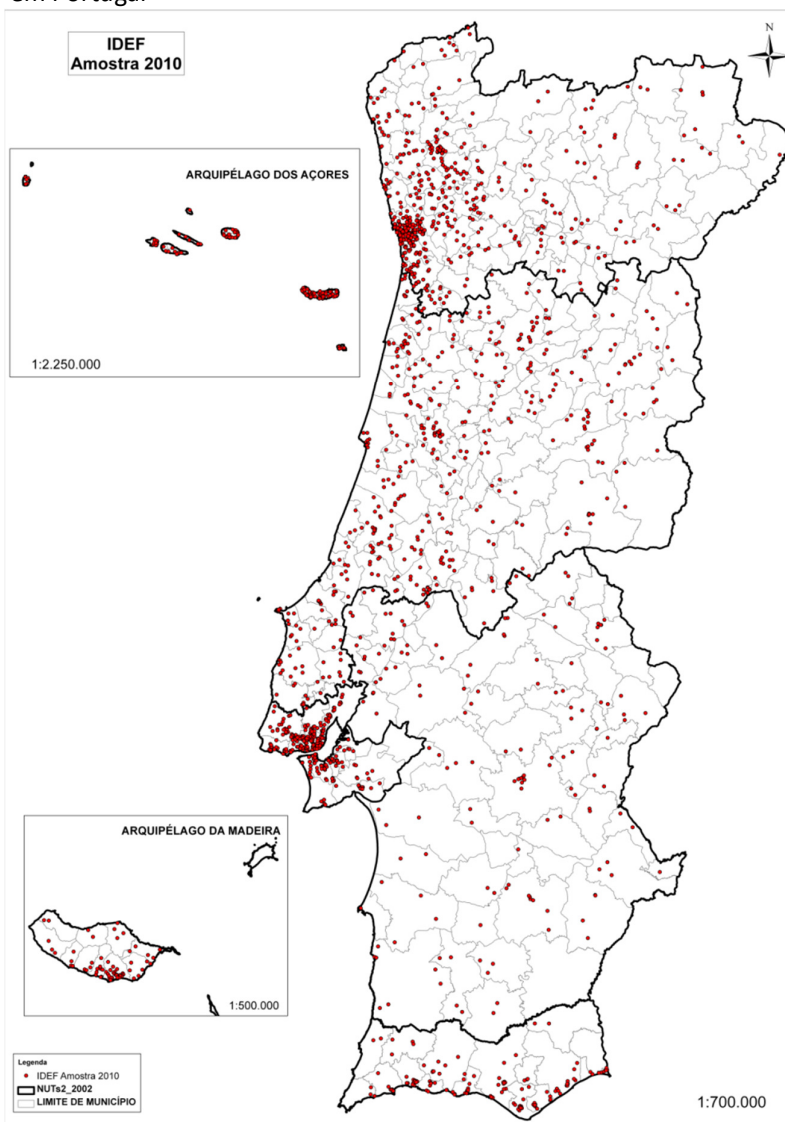
Figura 2 – Distribuição da amostra do IDEF 2005-2006, por NUTS II, em Portugal



Fonte: INE (2011)

Nota: Classificação NUTS II 2002.

Figura 3 – Distribuição da amostra do IDEF 2010-2011, por NUTS II, em Portugal



Fonte: INE (2011).

Nota: Classificação NUTS II 2002.

Selecionou-se uma amostra aleatória, representativa e estratificada por conglomerados dos alojamentos familiares dos agregados com residência principal em Portugal, em alojamentos não coletivos.

Da seleção amostral resultou um total de 1.221 áreas, correspondendo a um valor global de 16.700 alojamentos, 13.600 alojamentos no Continente e 3.100 alojamentos nas Regiões Autónomas (quadro 1).

Quadro 1 – Repartição amostral do IDEF 2005-2006

Região	Áreas	Alojamentos	Resposta	unidade: Nº.
				Taxa de resposta %
Total	1 221	16 700	10 403	62, 3
Continente	1 096	13 600	8 098	59, 5
Norte	300	3 000	2 006	66, 9
Centro	280	2 800	1 616	57, 7
Lisboa	298	2 980	1 317	44, 2
Alentejo	126	2 520	1 598	63, 4
Algarve	92	2 300	1 561	67, 9
R.A. Açores	76	1 140	932	81, 8
R.A. Madeira	49	1 960	1 373	70, 1

Fonte Estatística: INE, IDEF 2005-2006

Fonte: Autora

O dimensionamento da amostra utilizou a estratificação por NUTS II, critérios associados aos erros relativos de amostragem não superior a 10% nas regiões Norte, Centro e Lisboa, cujo cálculo teve em conta informação recolhida sobre despesa monetária em 2000.

“Tendo em conta a relação entre o número de áreas da amostra-mãe 2001, a dimensão da amostra do IDEF 2005-2006 e o número de unidades de alojamento a inquirir por quinzena e por cada entrevistador, nas regiões Norte, Centro, Lisboa e R. A. dos Açores não se utilizaram todas as áreas da amostra-mãe 2001. Garantiu-se, todavia, uma boa dispersão geográfica ao se selecionarem sistematicamente as áreas a inquirir no IDEF 2005-2006. Dentro de cada área, selecionou-se sequencialmente o número pretendido de unidades de alojamento, de modo a minimizar os custos de deslocação dos entrevistadores” (INE, 2008:88). Nesta operação, os metodólogos decidiram reforçar a amostra no número de alojamentos, para assegurar possíveis não respostas. No total inquiriram-se mais 47 alojamentos: 7 no Norte, 2 em Lisboa, 4 no Alentejo, 7 no Algarve, 6 na R. A. dos Açores e 22 na R. A. da Madeira; na região Centro inquiriram menos um alojamento que o previsto inicialmente.

Cada agregado foi alvo de observação direta durante uma quinzena, a quem se pediu, apoiados por entrevistadores, que registassem (inventariassem) todas as despesas/consumos relativas a bens e serviços adquiridos durante esse tempo

(autopreenchimento). A recolha de dados relativos a despesas retrospectivas, rendimento e bens de conforto foram recolhidas através de entrevistas diretas assistidas por computador.

O registo por autopreenchimento foi da responsabilidade do representante do agregado, respeitando dois diários: o consumo do agregado e o consumo do indivíduo. O diário de consumo do indivíduo aplicou-se a todos os elementos do agregado com idade superior a 14 anos, embora pudessem responder também aqueles com idade entre os 10 e aos 14 anos, mediante autorização dos detentores do poder paternal. O representante do agregado assumiu o controlo das “contas/despesas”.

Como se tratava de uma amostra, tornou-se necessário utilizar ponderadores, para permitir a replicação das condições reportadas ao total dos agregados familiares que habitam no território nacional. Estes ponderadores resultaram de pressupostos de semelhança regional, grau de urbanização, dimensão da família e algumas particularidades dos indivíduos como o sexo, a idade e o nível de escolaridade. Refletem, ainda, fatores de correção de não respostas e foram cruzados com as estimativas do inquérito ao emprego e da população residente.

Os dados sobre despesas de bens ou serviços, cuja classificação de acordo com a COICOP (ver anexo) ficou associada a periodicidade infra-anual – quinzenal, mensal ou trimestral – foram anualizados através da aplicação de um fator multiplicativo que tem em conta o número de períodos no ano: 26 no caso dos quinzenais, 12 na periodicidade mensal e 4 no caso de consumos trimestrais. Como os dados sobre o rendimento dizem respeito ao ano anterior, foram corrigidos com a aplicação do IPC (taxa média dos doze meses de dezembro de 2005) (adaptado de INE, 2008:91).

O período de referência foi oscilando de acordo com o tipo de variáveis a recolher, como podemos observar no quadro seguinte. A definição da periodicidade tem em consideração o efeito memória, a frequência de aquisição/consumo e a harmonização entre bens e produtos idênticos.

Quadro 2 – Período de referência

Período de referência	Recolha
Momento de recolha	Caracterização do agregado e indivíduos; alojamento e condições de conforto.
Ano anterior	Rendimento.
12 meses anteriores ao 1º dia da quinzena de entrevista	Emprego; recolha retrospectiva de despesa/consumo de produtos de periodicidade anual, inclui saúde.
3 meses anteriores ao 1º dia da quinzena de entrevista	Recolha retrospectiva de despesa/consumo de produtos de periodicidade trimestral.
1 mês anterior ao 1º dia da quinzena de entrevista	Recolha retrospectiva de despesa/consumo de produtos de periodicidade mensal, inclui saúde.
2 semanas (2ª feira a domingo)	Registo dos diários de despesas/consumos de bens frequentes.

Fonte: Adaptado de INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005-2006 - Manual do entrevistador.

Este inquérito teve uma taxa de resposta reduzida, ou seja, a proporção de unidades da amostra que responderam corretamente ao inquérito foi de 62% dos 16.700 alojamentos inquiridos (10.403 respostas). A taxa de resposta mais elevada verificou-se nas Regiões Autónomas, com 82% na R. A. Açores e 70% na R. A. Madeira. Em sentido oposto, a região de Lisboa foi a que apresentou a menor taxa de resposta, com 44%, inferior 16 p.p. em relação ao Continente (quadro 1)

3.1.2.1. ESTIMATIVAS E PONDERADORES

A base de dados do IDEF 2005-2006 disponibilizada pelo INE, para além das variáveis simples e derivadas, obtidas a partir de outras variáveis através de uma transformação lógica, matemática ou de outro tipo por exemplo uma fórmula matemática, composição ou agregação, inclui uma coluna de ponderadores.

Um ponderador é um coeficiente numérico associado a uma observação, normalmente pela multiplicação, com o objetivo de que ela assuma um determinado grau de importância numa função de todas as observações desse conjunto, ou seja, reflete a importância que tem um objeto relativamente a um conjunto de objetos ao

qual ele pertence. Na prática, multiplica-se o valor do ponderador por cada observação para que a variável “observada” numa amostra seja extrapolada para o universo.

No cálculo da estimativa, o INE aplicou um ponderador bietápico a cada unidade estatística (agregado/indivíduo). Assim, numa primeira etapa, determinou-se um primeiro ponderador, a nível regional NUTS II, fundamentado num estimador dado pelo inverso da probabilidade de seleção de cada alojamento. De seguida, para cada uma das regiões, aplicou-se o método de ajustamento por margens para que a distribuição dos elementos da amostra ponderada pelas variáveis seja semelhante ao universo.

Como margens ou “balizas” consideraram as seguintes variáveis, tendo por base os resultados do 2º trimestre de 2006 do Inquérito ao Emprego:

Total de agregados	Dimensão do agregado
	Tipo de aglomeração geográfica a que pertence (urbana, não urbana)
	Quatro níveis de escolaridade
Total de indivíduos	Escalões etários (0-14 anos, 15-24 anos, 25-44 anos, 45-64 anos, 65 e mais anos) por sexo
	Quatro níveis de escolaridade (nenhum, ensino básico, ensino secundário, ensino superior)

O ponderador pode ser aplicado aos agregados e aos indivíduos (adaptado de INE, 2008:92).

3.1.2.2. ERROS DE AMOSTRAGEM

A precisão de uma estimativa é dada pelo valor do coeficiente de variação:

$$cv(\hat{\theta}) = \frac{\sqrt{\text{var}(\hat{\theta})}}{\hat{\theta}} \times 100\%$$

A complexidade das técnicas de amostragem utilizadas não permite a aplicação de fórmulas específicas para calcular as variâncias. Assim, para o tratamento dos erros

de amostragem, o INE aplicou várias técnicas⁶ que possibilitam o cálculo de variâncias para estimativas

Não se consideraram as estimativas com coeficientes de variação acima dos 30%, inclusive.

Os limites dos intervalos de confiança situam-se ao nível dos 68% e dos 95% (adaptado de INE, 2008:93-94).

3.1.3. CRÍTICAS E SUGESTÕES

A metodologia descrita no ponto anterior respeita os regulamentos da UE e do CSE, e contempla as especificidades da sociedade portuguesa.

Todos nós, sabemos que todos os fenómenos que dependem do comportamento humano são difíceis de gerir. Numa operação estatística estão envolvidos um sem número de recursos: humanos, financeiros, técnicos, logísticos, entre outros, e a complexidade da ação exige conhecimentos altamente qualificados. Assim, o seu resultado remete diretamente para a metodologia aplicada. Apesar da utilização de metodologias distintas expectavelmente poderão produzir resultados diferentes, devem no entanto ser escolhidas e ajustadas de forma a que os seus resultados se aproximem da realidade evidenciada pela população.

Nesta ocasião, a dimensão do questionário e a retroatividade de alguma informação pedida aos respondentes poderá influenciar diretamente algumas respostas. Para além da atividade normal das pessoas foi-lhes pedida uma atividade extra sem qualquer compensação, compreendendo-se que, por exemplo, é complicado chegar a casa depois de um dia de trabalho e ter ainda disponibilidade de tempo para o registo rigoroso de todas as despesas. O processo de motivação dos indivíduos para resposta aos inquéritos confrontou-se com grandes dificuldades, dado que se alicerçava no simples dever cívico e moral, e na obrigatoriedade de resposta aos inquéritos do INE.

⁶ A complexidade da técnica de amostragem deste inquérito não permite a aplicação de fórmulas ou métodos mais simples no cálculo das variâncias. O INE utiliza uma macro desenvolvida em SAS denominada *Caljack*, que visa estimar variâncias de totais e para a estimação de quocientes (totais e diferenças) recorre ao método *Jackknife*.

Noutros casos, seguramente, nem todos os indivíduos estariam aptos a responder a um questionário tão pormenorizado. Todos estes fatores estão implícitos na taxa de resposta.

Como sugestão, fica a realização de estudos de exequibilidade para a implementação de métodos de recolha de informação que visem a redução do tempo de entrevista e com o objetivo de diminuir a carga sobre os respondentes.

Apesar dos metodólogos considerarem não ser representativo a inquirição de agregados que residem em alojamentos coletivos ou institucionalizados, como lares, prisões, hospitais, já para não referir os sem abrigos, entendemos que devido aos indicadores apurados, esta “franja” da sociedade podia apresentar-se como relevante na aplicação de medidas.

Não nos devemos permitir conseguir uma taxa de resposta tão reduzida. A sua implicação é gravíssima, dado que pode inviabilizar, ou por certo diminuir, a qualidade da operação. Os custos diretos e indiretos são elevadíssimos.

Ao contrário do que acontece noutros inquéritos de cariz social e económico, e porque o território é dinâmico, o IDEF surge com um desfasamento temporal significativo, entre os Censos e a extração das amostras, mesmo que balizadas por outros indicadores entre os períodos de recolha de informação e a divulgação de resultados.

Outro constrangimento identificado consiste na dificuldade que existe, por vezes, em conseguir o número adequado de entrevistadores, quando decorrem simultaneamente outras operações estatísticas realizadas por entrevista direta.

Existem fatores físicos que podem influenciar diretamente a recolha de informação. Por exemplo, a recolha de informação do IDEF 2010-2011, no Continente e na R. A. dos Açores efetuou-se entre março de 2010 e fevereiro de 2011, mas na R. A. da Madeira houve a necessidade de “deslizar” o período por um mês (começou e terminou um mês depois que o previsto), devido ao incómodo causado pelo temporal que assolou aquela região (20 de fevereiro de 2010). As condições meteorológicas e a situação de calamidade que lhe esteve associada adiou o processo, o que obrigou a alterações

metodológicas, nomeadamente nos ajustamentos ao nível dos preços, para possibilitar a comparabilidade ao mesmo nível de preços a nível nacional.

Uma vez caracterizado o IDEF, com a descrição da operação estatística e da sua metodologia, críticas e sugestões, impõe-se a explicação das técnicas de apuramento e análise dos dados.

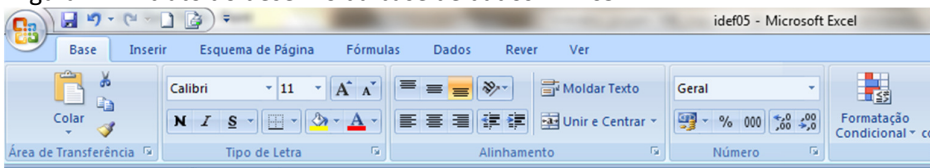
4. APURAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1. SELEÇÃO DE VARIÁVEIS

No decorrer do projeto, consciencializamo-nos da enorme panóplia de variáveis que constam da base de dados.

A base de dados, em excel, continha dois ficheiros: um, com as variáveis de caracterização do alojamento, rendimento e despesa/consumo, com as variáveis (460) em coluna e os agregados totais (10.403) em linha (figura 4); o outro, com as variáveis (22) da caracterização de cada um dos indivíduos que compunham os agregados e em linha as respostas dadas pelos indivíduos de cada agregado (28.359) (figura 5).

Figura 4 – Extrato do desenho da base de dados IDEF05



	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
	ADP_Cod	pond	Nuts1	Nuts2	NUTS2_COD	GU_ine	NumAgreg	Dimadp	Dim_eq	Adp_tipo
1	1	495,9451174395570	10	11	1	3	1	2	2	4
2	2	614,6592380623610	10	11	1	3	1	1	1	2
3	3	615,0800342893410	10	11	1	3	1	1	1	2
4	4	641,9637254137970	10	11	1	3	1	1	1	2
5	5	641,9637254137970	10	11	1	3	1	1	1	2
6	6	559,5517717023740	10	11	1	3	1	1	1	1
7	7	502,1816646396860	10	11	1	2	1	4	2	7
8	8	546,3239588794340	10	11	1	2	1	2	2	4
9	9	618,2404026127960	10	11	1	2	1	2	2	4
10	10	593,6752467834340	10	11	1	2	1	1	1	2

Fonte: Autora

Ambos os ficheiros possuem em comum a variável de ponderação (apesar de não estar visível na figura 5).

Figura 5 – Extrato do desenho da base de dados IDEF05_ind_anon

idef05_ind_anon_08062009(1) - Microsoft Excel

<

Fonte: Autora

O primeiro passo foi restringir a análise aos agregados constituídos por um único indivíduo adulto, agregados domésticos privados unipessoais, designação que simplificámos para agregados unipessoais. Para isso, e como podemos ver que ambas as figuras possuem a variável ADP_COD, um contador único que serve de chave primária e que corresponde a cada agregado; na figura 5, notamos que ademais da variável de ligação existe a variável ADP_IND, variável que nos indica quantos indivíduos compõem cada agregado, por exemplo, o agregado 1 tem 2 indivíduos, o agregado 2 é composto por 1 indivíduo e o agregado 7 tem pelo menos 3 indivíduos. Assim, seleccionámos/extraímos os agregados com um único indivíduo e a subamostra de trabalho ficou reduzida a 1831 agregados unipessoais.

A tarefa seguinte, foi definir qual a ótica a seguir: rendimento ou consumo? Não descorando a perspetiva de rendimento, a investigação pendeu para a importância do consumo nas desigualdades dos agregados. A decisão justifica-se por o consumo mostrar um padrão real de vida, por diluir as irregularidades, por refletir o bem-estar a longo prazo e por ser menos sensível do que o rendimento (os indivíduos gostam mais de falar no que gastam do que aquilo que ganham, e mais facilmente recordam as despesas). Simultaneamente corre-se o risco de sermos induzidos em erro, pelo consumo das famílias eventualmente “ricas” escolherem viver de forma simples, o que não quer dizer que sejam “pobres”.

As variáveis de caracterização mais representativas do fenómeno em investigação serão apresentadas no ponto 4.3.

4.2. TRATAMENTO DOS DADOS

No que concerne ao tratamento de dados, após a seleção de variáveis, atentamos aos ponderadores.

Ambos os ficheiros contêm a coluna de ponderadores, como explicámos no capítulo anterior e cuja metodologia permite serem aplicados ao agregado e ao indivíduo. Os ponderadores têm um nível de precisão de 13 casas decimais e aplicam-se do seguinte modo:

- Cada agregado unipessoal toma o valor do ponderador que lhe está associado (multiplica-se o ponderador por cada variável do agregado). No caso do agregado 2, é como se 614,65.... agregados unipessoais tivessem exatamente o mesmo comportamento estatístico (em todas as variáveis), o agregado 3 tem um peso ligeiramente superior: existem 615,08... agregados com o mesmo comportamento que o agregado 3.

Com esta técnica é possível aferir as respostas da amostra para o universo (total de agregados em Portugal). Os 1831 agregados unipessoais que responderam e que constituem a subamostra, depois de ponderados correspondem a um total nacional de 640.546 agregados unipessoais (neste caso, o número de linhas da variável ADP_COD “correspondem” à soma dos valores da variável pond).

Há que ter um cuidado especial: no caso de variáveis nominais, como o sexo (ou as de caracterização do alojamento), apesar de o código da variável ser 1=homem e 2=mulher, a variável ponderada conta como 1 (quantidade) homem ou uma mulher, nunca se multiplica o ponderador por 2 (mulher); no caso das variáveis de despesa e do rendimento, aí sim, multiplica-se o valor gasto pelo agregado ou o seu rendimento pelo respetivo ponderador para conseguirmos chegar ao valor total gasto ou ao rendimento dos agregados em Portugal.

Esta tarefa é repetida para todas as variáveis utilizadas na investigação e proporciona-nos duas perspetivas distintas:

- a) a da resposta efetiva dada pelo respondente;
- b) e, a extrapolação ou estimação para o universo.

A fase seguinte revela-se na conferência dos cálculos para evitar possíveis erros, pois este é o processo de maior dificuldade técnica, que exige maior rigor e a qualidade dos resultados dependente inteiramente desta ação.

Após a verificação da inexistência de erros no tratamento dos dados e de todas as variáveis apuradas, damos início à análise dos dados, vamos dar significado aos números que apurámos.

4.3. ANÁLISE DOS DADOS

Os apuramentos apresentados para o total dos agregados familiares estão publicados pelo INE, sendo a autora responsável pela totalidade dos apuramentos referentes aos agregados unipessoais.

Quando caracterizamos os agregados familiares, seja em relação ao sexo, escalão etário, nível de escolaridade, ou outros, fazêmo-lo tendo em conta a definição de “indivíduo de referência” do agregado doméstico privado, ou seja, as características respeitam àqueles a que corresponde a maior proporção do rendimento total líquido anual do agregado familiar. Nos agregados unipessoais, as características correspondem ao indivíduo que o constitui, existindo no caso um fator de unicidade.

a) CARACTERIZAÇÃO DOS AGREGADOS UNIPESOAIS

O INE estimou para o período em apreciação, um total de 3.829.464 agregados familiares residentes no território nacional. Destes, 71% situavam-se em área predominantemente urbana, 15,4% em área medianamente urbana e 13,6% em área predominantemente rural.

Característica comum, é a proporção muito reduzida, face ao total, de agregados unipessoais a residirem em áreas medianamente urbanas ou predominantemente rural,

o que demonstra o forte desequilíbrio na ocupação do território em Portugal, exceção feita para os agregados unipessoais na R. A. dos Açores, que denotava maior equilíbrio.

Identificaram-se 640.546 agregados unipessoais, o que corresponde a 16,7% do total dos agregados familiares, na sua maioria em área predominantemente urbana.

As regiões do Algarve com 20,3%, Lisboa com 20,2% e Alentejo com 19,7%, verificavam valores acima da média nacional (16,7%) no que respeita à percentagem de agregados unipessoais.

Quadro 3 - Distribuição dos agregados familiares por grau de urbanização e NUTS II, Portugal, 2005-2006

	unidade: Nº.								
	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Total	3 829 464	3 681 792	1 271 892	879 296	1 074 452	295 435	160 717	72 959	74 713
Area Predominantemente Urbana	2 720 705	2 641 065	873 700	455 651	1 042 731	149 704	119 279	23 216	56 424
Area Mediamente Urbana	589 894	545 727	270 042	177 579	26 163	52 119	19 825	31 010	13 157
Area Predominantemente Rural	518 865	495 000	128 150	246 066	5 558	93 612	21 613	18 733	5 132
Agregados Unipessoais	640 546	623 729	169 637	146 586	216 614	58 323	32 569	8 234	8 583
Area Predominantemente Urbana	450 001	441 336	109 038	72 882	208 670	26 465	24 281	3 004	5 661
Area Mediamente Urbana	80 617	75 644	26 347	27 493	5 876	11 436	4 492	3 002	1 971
Area Predominantemente Rural	109 928	106 749	34 252	46 211	2 068	20 422	3 796	2 228	951

Fonte estatística: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Fonte: Elaboração própria

No que se refere ao apuramento da idade média dos indivíduos que compunham os agregados unipessoais, tivémos em conta o ponto médio dos intervalos de idades e considerou-se no extremo superior o valor mínimo do respetivo intervalo (75 anos). Assim, a idade média total dos agregados unipessoais cifrou-se nos 61,7 anos. Se considerarmos o género, ficámos a saber que as mulheres tinham, em média, mais 10 anos do que os homens, cerca de 65 e 55 anos, respetivamente. E em relação ao grau de urbanização, os mais jovens (60 anos) ocupavam a área predominantemente urbana, os que tinham em média 64,4 anos residiam em meio medianamente urbano e os mais velhos (66,9 anos) encontravam-se em área predominantemente rural.

Ao analisarmos a distribuição por escalões etários, os agregados familiares nos quais o indivíduo de referência tinha menos de 30 anos de idade prefaziam 7,6% do total, proporção que decresce para 4,1% nos agregados unipessoais (26.214 indivíduos), isto é, apenas cerca de 4 em cada 100 indivíduos que residem sósinhos tinham menos de 30 anos de idade. Importa ainda destacar o intervalo do escalão etário com mais de 65 anos de idade, que no total de indivíduos de referência dos agregados familiares o seu peso rondou os 26%, enquanto nos agregados unipessoais aumentou para perto dos 60%.

Quadro 4 - Distribuição dos agregados familiares por escalão etário, sexo e NUTS II, Portugal, 2005-2006

unidade: N.º.

	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Total	3 829 464	3 681 792	1 271 892	879 296	1 074 452	295 435	160 717	72 959	74 713
até 29 anos	291 807	275 388	109 313	58 928	76 226	16 774	14 146	8 868	7 550
30 - 44 anos	1 265 990	1 207 590	456 348	273 530	346 149	83 233	48 329	28 183	30 217
45 - 64 anos	1 265 397	1 219 730	411 859	278 036	383 060	93 541	53 233	22 587	23 081
65 e mais anos	1 006 270	979 084	294 372	268 801	269 016	101 887	45 008	13 321	13 865
Agregados Unipessoais	640 546	623 729	169 637	146 586	216 614	58 323	32 569	8 234	8 583
até 29 anos	26 214	25 543	5 714	4 334	11 925	1 925	1 645	249	422
30 - 44 anos	71 090	69 086	16 128	11 704	31 609	4 445	5 200	944	1 060
45 - 64 anos	157 386	152 721	39 712	33 372	60 397	12 480	6 760	2 175	2 490
65 e mais anos	385 856	376 379	108 083	97 176	112 683	39 473	18 964	4 866	4 611
Homem	216 455	211 122	53 379	50 374	74 814	17 972	14 583	2 661	2 673
até 29 anos	12 805	12 440	3 289	2 294	4 626	805	1 426	84	281
30 - 44 anos	51 074	49 651	13 092	7 858	22 093	2 880	3 728	667	756
45 - 64 anos	60 582	58 772	12 703	16 097	21 127	5 463	3 382	947	863
65 e mais anos	91 995	90 259	24 295	24 125	26 968	8 824	6 047	963	773
Mulher	424 091	412 607	116 258	96 212	141 800	40 351	17 986	5 573	5 910
até 29 anos	13 409	13 103	2 425	2 040	7 299	1 120	219	165	141
30 - 44 anos	20 016	19 435	3 036	3 846	9 516	1 565	1 472	277	304
45 - 64 anos	96 804	93 949	27 009	17 275	39 270	7 017	3 378	1 228	1 627
65 e mais anos	293 861	286 120	83 788	73 051	85 715	30 649	12 917	3 903	3 838

Fonte estatística: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Fonte: Elaboração própria

O nível de escolaridade dos indivíduos é um dos principais indicadores e/ou fatores que se tem em conta quando tratamos as desigualdades sociais. Os resultados da

operação estatística revelaram que em relação aos indivíduos de referência, 13,4% não completaram qualquer nível de escolaridade, isto é, cerca de 13 em cada 100 indivíduos com a maior proporção do rendimento líquido anual da família “não tem estudos”; os que terminaram o 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico somavam 63,3%; e, somente 12,3% completaram o ensino superior.

A nível regional, a região de Lisboa registou a proporção mais elevada de indivíduos de referência com nível de escolaridade superior (19,7%) e a região do Alentejo observou a maior percentagem de indivíduos sem nenhum nível de escolaridade (22,2%).

Passando à análise do efeito do mesmo indicador nos agregados unipessoais, dos 640.546 indivíduos, 5,6% não completou qualquer nível de ensino e 1,5% terminou o ensino superior. Regionalmente a tendência manteve-se.

Quadro 5 - Distribuição dos agregados familiares por nível de escolaridade e NUTS II, Portugal, 2005-2006

	unidade: %								
	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nenhum	13,4	13,3	14,9	15,6	6,9	22,2	14,7	14,3	15,9
Básico - 1º ciclo	34,5	34,4	36,1	38,4	28,8	35,8	34,3	36,3	35,4
Básico - 2º ciclo	15,4	15,4	19,1	15,1	12,4	12,5	11,8	17,2	16,9
Básico - 3º ciclo	13,4	13,4	11,3	11,9	17,0	13,1	14,2	13,8	12,7
Secundário (e pós-secundário)	11,0	11,1	9,2	9,4	15,2	8,3	13,7	8,2	8,2
Superior	12,3	12,4	9,4	9,7	19,7	8,0	11,3	10,1	10,9
Agregados Unipessoais	16,7	16,9	13,3	16,7	20,2	19,7	20,3	11,3	11,5
Nenhum	5,6	5,7	6,0	6,9	3,3	9,2	6,0	3,5	4,9
Básico - 1º ciclo	5,7	5,7	4,0	5,4	7,4	6,9	6,8	5,2	3,6
Básico - 2º ciclo	1,2	1,2	0,7	1,2	2,0	1,0	1,7	0,6	0,8
Básico - 3º ciclo	1,4	1,5	1,0	1,3	2,2	1,1	1,5	0,5	0,6
Secundário (e pós-secundário)	1,3	1,3	0,8	1,1	2,3	0,6	2,0	0,6	0,8
Superior	1,5	1,5	0,8	0,7	2,9	1,0	2,2	0,9	0,9

Fonte estatística: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Fonte: Elaboração própria

Para terminar a caracterização dos agregados unipessoais estudámos as suas fontes de rendimento.

Assim, O INE apurou para o total nacional cerca de três milhões de agregados familiares tiveram com fonte principal de rendimento o trabalho por conta de outrem ou as pensões (80% do total).

Para os agregados unipessoais, apurámos que o rendimento provinha maioritariamente das pensões, constituindo-se como a principal fonte em todas as regiões.

Quadro 6 - Distribuição dos agregados familiares por fonte de rendimento e NUTS II, Portugal, 2005-2006

unidade: Nº.

	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Total	3 829 464	3 681 792	1 271 892	879 296	1 074 452	295 435	160 717	72 959	74 713
Trabalho por conta de outrem	1 993 851	1 904 224	681 805	414 822	600 238	136 683	70 676	42 724	46 903
Trabalho por conta própria	345 342	334 516	118 019	86 294	83 133	25 178	21 893	6 340	4 486
Propriedade e capital	24 482	x	x	x	x	x	x	x	x
Pensões	1 093 821	1 063 204	326 220	284 436	306 082	104 124	42 341	15 759	14 858
Outras transferências sociais	65 401	62 881	29 178	14 624	x	5 053	2 428	x	1 342
Outras fontes de rendimento	306 567	293 237	107 802	74 950	67 368	22 677	20 441	6 447	6 883
Agregados Unipessoais	640 546	623 729	169 637	146 586	216 614	58 323	32 569	8 234	8 583
Trabalho por conta de outrem	151 782	148 144	32 937	28 250	68 322	10 683	7 952	1 378	2 260
Trabalho por conta própria	27 659	27 316	5 333	5 490	13 191	2 142	1 160	179	164
Propriedade e capital	4 338	x	x	x	x	x	x	x	x
Pensões	346 971	338 989	97 130	83 392	108 227	35 302	14 938	3 917	4 065
Outras transferências sociais	6 235	5 777	3 071	1 091	x	1 403	x	x	236
Outras fontes de rendimento	103 561	99 341	31 166	27 430	25 965	7 867	6 913	2 362	1 858

Fonte estatística: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Fonte: Elaboração própria

A estrutura de rendimento revelou-se ser reduzida muito em consequência da proveniência dos rendimentos. Em relação à média nacional, os agregados unipessoais têm rendimento inferior.

Quadro 7 - Distribuição dos agregados familiares por escalões de rendimento e NUTS II, Portugal, 2005-2006

	unidade: Nº.								
	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Total	3 829 464	3 681 792	1 271 892	879 296	1 074 452	295 435	160 717	72 959	74 713
Até 5 200€	171 772	166 718	51 600	47 749	42 462	19 409	5 497	2 023	3 031
De 5 200€ até 10 400€	682 994	658 778	240 017	189 473	128 791	72 617	27 879	11 304	12 912
De 10 400€ até 15 600€	760 920	732 286	286 046	171 591	181 768	60 495	32 386	13 455	15 179
De 15 600€ até 20 800€	728 787	701 623	272 167	165 561	183 866	51 001	29 029	13 894	13 270
De 20 800€ até 31 200€	777 867	744 946	243 229	182 145	231 379	54 218	33 976	16 730	16 191
Superior a 31 200 €	707 123	677 441	178 833	122 776	306 187	37 695	31 950	15 553	14 129
Agregados Unipessoais	640 546	623 729	169 637	146 586	216 614	58 323	32 569	8 234	8 583
Até 5 200€	122 826	119 520	38 212	34 211	29 913	13 453	3 731	1 550	1 756
De 5 200€ até 10 400€	276 671	269 149	83 169	71 382	70 703	31 769	12 126	3 647	3 875
De 10 400€ até 15 600€	112 340	108 781	29 218	21 546	43 790	6 550	7 677	1 614	1 945
De 15 600€ até 20 800€	60 412	59 343	4 227	11 927	35 147	4 479	3 563	612	457
De 20 800€ até 31 200€	43 384	42 546	9 374	5 357	22 335	1 674	3 806	553	285
Superior a 31 200 €	24 913	24 390	5 437	2 163	14 726	398	1 666	258	265

Fonte estatística: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Fonte: Elaboração própria

b) CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE E DE INDICADORES DE CONFORTO DOS AGREGADOS UNIPessoais

Ao analisarmos o tipo de alojamento em que os agregados unipessoais viviam, imediatamente se destacou o número de agregados a residirem em outro tipo de alojamento (incluindo barracas), 1,0% do total de agregados e 2,1% dos agregados unipessoais, a nível nacional. Quanto aos agregados unipessoais, e em termos regionais, a R. A. da Madeira foi a que apresentava maior nível de agregados em alojamentos precários, com 3,4%, seguida da região de Lisboa com 2,8%. Foram as únicas regiões que apresentaram valores acima da média nacional.

Quadro 8 - Agregados familiares por tipo de alojamento e NUTS II, Portugal, 2005-2006

unidade: Nº.

Tipo de alojamento	Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Total	3 829 464	1 271 892	879 296	1 074 452	295 435	160 717	72 959	74 713
Moradia independente isolada	1 556 650	685 993	506 290	156 914	75 938	41 629	33 992	55 894
Moradia independente geminada ou em banda	836 344	233 082	209 707	120 737	171 438	61 180	35 439	4 761
Apartamento num edifício com menos de 10 apartamentos	756 016	219 273	125 270	334 193	33 678	36 611	2 864	4 127
Apartamento num edifício com 10 ou mais apartamentos	643 733	121 925	34 499	446 055	13 648	19 138	x	7 805
Outro tipo de alojamento (incluindo barracas)	36 721	x	x	16 553	x	x	x	2 127
Agregados Unipessoais	640 546	169 637	146 586	216 614	58 323	32 569	8 234	8 583
Moradia independente isolada	214 761	83 777	81 835	18 991	13 217	7 120	3 424	6 397
Moradia independente geminada ou em banda	156 813	45 772	33 744	19 736	37 316	15 288	4 538	419
Apartamento num edifício com menos de 10 apartamentos	133 928	24 069	21 488	76 490	5 138	5 955	227	561
Apartamento num edifício com 10 ou mais apartamentos	121 788	12 727	6 794	95 239	2 270	3 800	x	912
Outro tipo de alojamento (incluindo barracas)	13 256	3 292	2 725	6 158	382	406	x	294

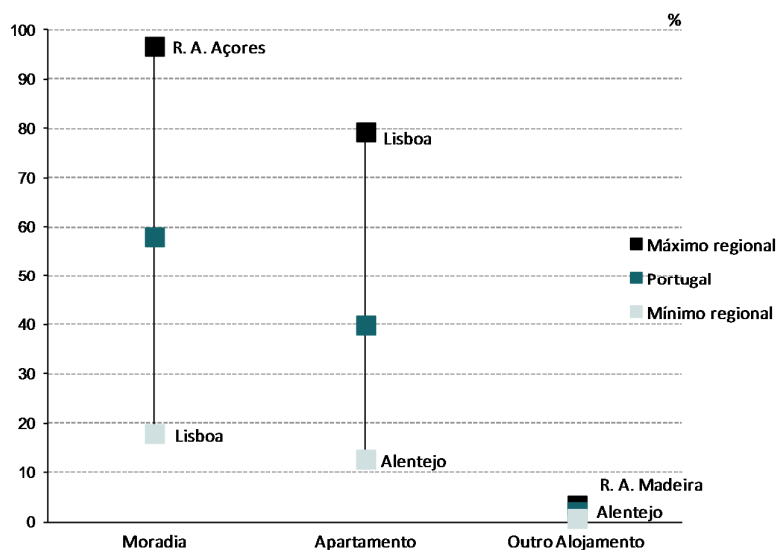
Fonte estatística: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Por opção própria, inclui informação referente a agregados unipessoais, para as regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve, embora o INE não tenha publicado a nível do total dos agregados familiares.

Ainda numa análise regional, a região de Lisboa destacou-se com uma maior proporção de agregados unipessoais a ocuparem edifícios de apartamentos (79,3%) do que a residirem em moradias (17,9%). No restante território o padrão inverte-se, com os agregados a residirem em maior número em moradias do que em apartamentos.

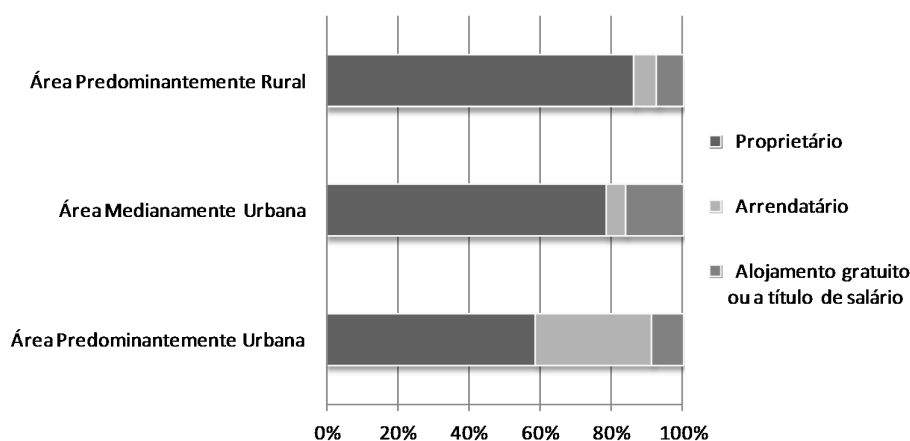
Gráfico 1 – Principais agregados unipessoais por tipo de alojamento e NUTS II, Portugal, 2005-2006



Fonte: Elaboração própria

Numa análise por grau de urbanização dos agregados unipessoais, identificaram-se padrões por regime de ocupação: o regime de proprietário predominava em todo o território, mas perdia importância à medida que se passava de uma área rural para uma área urbana; o regime de arrendamento tinha maior representatividade em área predominantemente urbana; e o regime de alojamento gratuito ou a título de salário foi mais expressivo em áreas medianamente urbanas.

Gráfico 2 – Agregados unipessoais por regime de ocupação e grau de urbanização, Portugal, 2005-2006



Fonte: Elaboração própria

A análise aos indicadores de conforto básico do alojamento dos agregados unipessoais, mostrou, na generalidade, desigualdades ligeiras no território nacional. Ainda que estatisticamente os resultados tenham sido positivos, e porque estamos a falar de agregados unipessoais, realçamos o facto de que existiam 26.863 alojamentos sem água canalizada, 9.085 sem eletricidade, 43.424 desprovidos de sistema de esgotos e 67.864 não dispunham de instalação sanitária completa. A análise regional mostrou que à exceção da existência de gás canalizado no interior do alojamento, os restantes indicadores apontaram uma harmonização relativa, em que a variação não era muito significativa.

Quadro 9 – Agregados unipessoais com conforto básico no interior dos alojamentos por NUTS II, Portugal, 2005-2006

	unidade: Nº. e %							
	Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Agregados Unipessoais	640 546	169 637	146 586	216 614	58 323	32 569	8 234	8 583
Água canalizada	613 683	157 282	139 291	213 948	55 954	30 771	8 144	8 293
Elettricidade	631 461	166 482	144 350	215 391	56 548	32 060	8 144	8 486
Gás canalizado (incluindo de depósitos)	137 229	14 126	12 661	102 024	2 333	4 831	x	884
Sistema de esgotos (rede pública ou sistema particular)	597 122	148 193	133 976	214 644	54 913	30 240	7 662	7 494
Instalação sanitária completa	572 682	136 935	128 408	212 266	50 153	29 596	7 668	7 656
Em percentagem	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Água canalizada	95,8	92,7	95,0	98,8	95,9	94,5	98,9	96,6
Elettricidade	98,6	98,1	98,5	99,4	97,0	98,4	98,9	98,9
Gás canalizado (incluindo de depósitos)	21,4	8,3	8,6	47,1	4,0	14,8	x	10,3
Sistema de esgotos (rede pública ou sistema particular)	93,2	87,4	91,4	99,1	94,2	92,8	93,1	87,3
Instalação sanitária completa	89,4	80,7	87,6	98,0	86,0	90,9	93,1	89,2

Fonte estatística: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Fonte: Elaboração própria.

Para os mesmos indicadores, mas numa distribuição pelo grau de urbanização, ressaltaram desigualdades na existência de gás canalizado no alojamento, ou seja, o rácio das áreas medianamente urbanas (3%) e predominantemente rurais (1,2%) era muito inferior ao observado nas áreas predominantemente urbanas (29,7%).

Continuando no mesmo esquema de análise, constatou-se que para os indicadores do tipo de equipamento doméstico de apoio, vulgo eletrodomésticos, o padrão encontrado estava dentro do esperado em todas as áreas. Equipamentos como fogão ou placa e frigorífico, tinham maior expressão do que o micro-ondas ou a máquina de lavar roupa (acima dos 90%), e os equipamentos com menor importância relativa foram as máquinas de secar ou lavar/secar roupa. O equipamento máquina de lavar loiça era mais usual em área predominantemente urbana, enquanto que a arca congeladora foi o único dos equipamentos observados com maior importância em área predominantemente rural.

Quadro 10 – Agregados unipessoais com eletrodomésticos no alojamento por grau de urbanização, Portugal, 2005-2006

	unidade: Nº. e %		
	Área Predominantemente Urbana	Área Medianamente Urbana	Área Predominantemente Rural
Agregados Unipessoais	450 001	80 617	109 928
Fogão ou placa	447 785	79 391	108 144
Frigorífico	443 388	74 694	99 268
Micro-ondas	237 051	30 269	30 134
Arca congeladora	136 874	31 853	53 552
Aspirador	315 804	32 726	31 463
Máquina de lavar roupa	348 722	51 343	58 990
Máquina de secar roupa	29 420	4 042	1 516
Máquina de lavar e secar roupa	11 763	x	x
Máquina de lavar loiça	95 762	3 830	4 150
Em percentagem	100,0	100,0	100,0
Fogão ou placa	99,5	98,5	98,4
Frigorífico	98,5	92,7	90,3
Micro-ondas	52,7	37,5	27,4
Arca congeladora	30,4	39,5	48,7
Aspirador	70,2	40,6	28,6
Máquina de lavar roupa	77,5	63,7	53,7
Máquina de secar roupa	6,5	5,0	1,4
Máquina de lavar e secar roupa	2,6	x	x
Máquina de lavar loiça	21,3	4,8	3,8

Fonte estatística: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Fonte: Elaboração própria.

Terminamos a caracterização das condições de habitabilidade e dos indicadores de conforto dos agregados unipessoais, com os indicadores de equipamentos de comunicação e lazer.

De acordo com os resultados, os aparelhos de televisão e de rádio são os mais comuns aos alojamentos em todo o território nacional, inclusive no grupo dos agregados unipessoais, que segue o mesmo padrão. Ao contrário do que se passou na totalidade dos agregados, nos unipessoais, o telefone fixo (63%) teve maior peso que o telemóvel (50,8%). Mesmo assim, identificaram-se cerca de 335 mil agregados unipessoais com mais do que um aparelho telemóvel.

Podemos aferir nos agregados unipessoais que, de forma geral, os indicadores dos equipamentos associados às novas tecnologias apresentaram rácios bastantes inferiores aos encontrados na generalidade do país.

Regionalmente, 17,7% dos agregados unipessoais residentes em Lisboa possuíam computador (7,7 p.p. acima da média do país), enquanto a R. A. dos Açores, com apenas 5,5%, apresentou a menor proporção. Todos os rácios da região de Lisboa apresentavam valores acima da média nacional.

Quadro 11 – Agregados unipessoais com equipamento de comunicação e lazer por NUTS II, Portugal, 2005-2006

	unidade: %							
	Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Telefone - rede fixa	68,7	63,0	70,5	75,5	65,2	64,7	78,0	59,5
Telefone - rede móvel	81,4	80,7	76,5	88,8	72,3	80,4	81,5	81,7
Computador	43,9	40,9	40,3	52,6	36,6	43,5	45,6	40,8
Aparelho de televisão	98,9	98,8	98,8	99,3	98,0	98,8	99,6	98,6
Televisão por cabo ou satélite	42,1	31,8	27,2	66,5	24,8	39,9	78,0	80,3
Leitor de CD	53,4	50,6	45,2	65,8	44,5	55,1	56,4	47,9
Leitor de DVD	49,2	49,2	38,3	60,4	40,4	50,9	52,5	40,7
Gravador de cassetes audio	43,0	39,1	41,5	50,1	38,2	41,1	46,3	45,7
Aparelho de rádio	90,4	92,1	90,4	91,9	81,0	88,6	81,1	88,4
Gira-Discos	22,6	19,3	19,8	30,8	19,7	22,4	12,1	16,5
Consola	17,5	16,9	14,1	20,6	16,4	21,4	21,9	15,2
Câmara de vídeo	17,0	15,6	13,6	22,4	13,7	21,5	13,3	12,8
Equipamento fotográfico	48,3	43,4	45,4	59,0	41,8	49,2	41,5	40,1
Agregados unipessoais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Telefone - rede fixa	63,0	57,6	61,5	71,2	55,4	56,8	73,6	51,8
Telefone - rede móvel	50,8	37,8	43,3	69,7	37,4	53,6	40,7	50,1
Computador	10,4	6,1	6,2	17,7	5,4	13,3	5,5	8,0
Aparelho de televisão	95,4	93,9	94,9	97,4	93,4	96,2	96,2	95,0
Televisão por cabo ou satélite	27,4	13,6	14,6	50,4	9,8	23,9	51,4	52,1
Leitor de CD	25,1	17,7	15,3	39,5	13,5	34,4	20,8	19,2
Leitor de DVD	20,1	14,9	12,4	31,1	11,6	26,7	19,6	13,7
Gravador de cassetes audio	24,7	18,1	20,4	35,0	14,3	28,1	25,7	27,1
Aparelho de rádio	85,7	78,4	78,6	85,4	65,3	75,5	70,2	84,0
Gira-Discos	14,3	10,2	7,7	22,7	10,3	19,2	7,3	11,1
Consola	2,2	1,0	1,0	4,1	0,9	5,0	0,6	1,0
Câmara de vídeo	4,8	2,6	3,9	7,1	3,4	8,0	1,2	4,0
Equipamento fotográfico	22,9	17,7	16,7	33,9	14,1	26,5	11,1	14,1

Fonte estatística: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005-2006.

Fonte: Elaboração própria.

c) CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA MÉDIA E DOS HÁBITOS DE CONSUMO DOS AGREGADOS UNIPESSOAIS

A análise das variáveis da despesa comporta três conceitos que importam descrever: *despesa monetária*, inclui a totalidade de compras de bens e serviços, dentro ou fora do território nacional, sejam para consumo imediato, oferta ou stock, efetuadas num período até um ano anterior à quinzena da entrevista, independentemente da forma ou momento de pagamento; *despesa não monetária*, inclui o autoconsumo (bens de produção própria), o auto-abastecimento (bens e serviços conseguidos sem pagamento), a auto-locação (avaliação feita pelo agregado unipessoal proprietário ou usufrutuário de alojamento gratuito – valor hipotético de renda de casa), recebimentos em géneros e salários em espécie; e, *despesa total* que corresponde à soma das despesas anteriores (adaptado de INE, 2008:27).

De acordo com as estimativas, a despesa total anual média por agregado unipessoal foi de 9.566 euros, sendo mais elevada nos homens que nas mulheres, 10.949 euros e 9.092 euros, respetivamente.

As mulheres gastaram mais em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, vestuário e calçado, móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção de habitação, em bens e serviços de saúde e outros bens e serviços (principalmente em higiene e cuidados pessoais).

Os homens tiveram outras prioridades. Cerca de 20% do orçamento anual foi gasto em restaurantes, cafés e similares e gastaram mais que as mulheres em bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estupefacientes, em transportes, em bens e serviços de lazer, distração e cultura e em ensino.

A despesa em comunicações não tem grande diferenciação quanto ao sexo e a maior “fatia” do orçamento total, mais de 30% (3.371 euros), foi utilizada na habitação, despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis.

Quadro 12 - Despesa total anual média por agregado unipessoal, por divisões da COICOP e sexo, Portugal, 2005-2006

		unidade: €		
Classes de despesa COICOP		Total	Homem	Mulher
		9 566	10 494	9 092
01	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	1 215	1 016	1 316
01.1	Produtos alimentares	1 162	968	1 261
01.2	Bebidas não alcoólicas	53	48	55
02	Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos / estupefacientes	177	381	72
02.1	Bebidas alcoólicas	58	98	38
02.2	Tabaco	118	283	34
02.3	Narcóticos e estupefacientes	x	x	x
03	Vestuário e calçado	288	251	307
03.1	Vestuário incluindo reparação	225	192	242
03.2	Calçado incluindo reparação	62	59	64
04	Habituação; despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis	3 371	3 460	3 326
04.1	Arrendamentos efetivos	303	369	270
04.2	Arrendamentos fictícios	2 390	2 479	2 345
04.3	Reparação e conservação da habitação	54	38	61
04.4	Outros serviços relacionados com a habitação	189	175	196
04.5	Eletricidade, gás e outros combustíveis	435	398	454
05	Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	476	390	520
05.1	Móveis, artigos de decoração, tapetes outros revestimentos de chão; reparação	49	50	49
05.2	Artigos domésticos à base de têxteis; reparação	35	12	47
05.3	Equipamento doméstico de base; reparação	60	55	63
05.4	Loiças, vidros, cristais e utensílios domésticos	23	13	29
05.5	Ferramentas, máquinas e equipamento para casa e jardim	7	9	6
05.6	Bens e serviços para manutenção corrente da habitação	302	252	327
06	Saúde	717	443	857
06.1	Medicamentos, aparelhos e material terapêuticos	485	300	579
06.2	Serviços médicos, paramédicos e outros serviços de saúde não hospitalares	205	124	246
06.3	Serviços hospitalares	28	19	33
07	Transportes	685	951	549
07.1	Aquisição de veículos pessoais	148	183	130
07.2	Despesa com a utilização de veículos pessoais	390	652	256
07.3	Serviços de transporte	147	116	163
08	Comunicações	302	311	298
08.1	Serviços postais	3	6	2
08.2	Equipamento de telecomunicação	6	9	5
08.3	Serviços de telefone, telégrafo e telefax	293	296	291
09	Lazer, distração e cultura	456	576	394
09.1	Equipamento e acessórios audiovisuais, fotográficos e informáticos; reparação	60	91	45
09.2	Outros bens duráveis relacionados com lazer, distração e cultura; reparação	x	4	x
09.3	Outros artigos e equipamentos recreativos, de lazer e de distração	81	58	92
09.4	Serviços recreativos e culturais	184	270	140
09.5	Livros, jornais e outros impressos	56	70	49
09.6	Viagens turísticas	73	83	68
10	Ensino	78	136	49
10.1	Ensino pré-escolar e básico - 1º e 2º ciclo	27	80	x
10.2	Ensino básico - 3º ciclo e secundário	11	33	x
10.3	Ensino pós-secundário	x	x	x
10.4	Ensino superior	34	22	39
10.5	Outros tipos de ensino	6	x	10
11	Hotéis, restaurantes, cafés e similares	1 270	2 095	849
11.1	Despesas em restaurantes, cafés e similares	1 225	2 027	816
11.2	Despesas em hotéis e similares	45	68	33
12	Outros bens e serviços	531	484	555
12.1	Higiene e cuidados pessoais	171	83	215
12.2	Serviços de prostituição	x	x	x
12.3	Artigos de uso pessoal	45	30	53
12.4	Serviços de proteção social	62	73	56
12.5	Seguros	140	218	101
12.6	Serviços financeiros	2	3	2
12.7	Outros serviços n.d.	110	74	128

Fonte estatística: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005-2006.

Fonte: Elaboração própria.

Olhando para a estrutura das despesas segundo o grau de urbanização, identificou-se que o padrão de consumo das áreas predominantemente urbanas (APU) era “idêntico” ao do país na sua totalidade.

Ainda assim, os agregados unipessoais das áreas predominantemente urbanas consumiram em média mais (10.810 euros) que no mesmo tipo de agregados na média total do país (9.566 euros).

O nível de despesa com habitação, despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis foi semelhante nas diferentes áreas e da mesma ordem do total nacional.

Notou-se que os agregados unipessoais das áreas predominantemente rurais (APR) gastaram mais do seu orçamento em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas que os restantes. Surpreendente foi o facto dos mesmos agregados gastarem em média 950 euros em hotéis, restaurantes, cafés e similares o que representou 15,3% das despesas totais.

Não temos informação para as despesas com educação nas áreas medianamente urbanas (AMU) e predominantemente rurais.

Quadro 13 - Despesa total anual média por agregado unipessoal, por divisões da COICOP e grau de urbanização, Portugal, 2005-2006

unidade: €

Classes de despesa COICOP	Total	APU	AMU	APR
01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	9 566	10 810	7 171	6 228
01.1 Produtos alimentares	1 162	1 258	977	904
01.2 Bebidas não alcoólicas	53	61	36	31
02 Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos / estupefacientes	177	203	121	110
02.1 Bebidas alcoólicas	58	63	45	49
02.2 Tabaco	118	140	76	61
02.3 Narcóticos e estupefacientes	x	x	x	x
03 Vestuário e calçado	288	339	170	166
03.1 Vestuário incluindo reparação	225	266	130	130
03.2 Calçado incluindo reparação	62	73	41	36
04 Habitação; despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis	3 371	3 796	2 596	2 199
04.1 Arrendamentos efetivos	303	408	62	51
04.2 Arrendamentos fictícios	2 390	2 647	2 035	1 599
04.3 Reparação e conservação da habitação	54	56	25	66
04.4 Outros serviços relacionados com a habitação	189	229	81	103
04.5 Eletricidade, gás e outros combustíveis	435	456	393	380
05 Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	476	569	272	247
05.1 Móveis, artigos de decoração, tapetes outros revestimentos de chão; reparação	49	61	24	17
05.2 Artigos domésticos à base de têxteis; reparação	35	41	24	21
05.3 Equipamento doméstico de base; reparação	60	70	38	35
05.4 Loijas, vidros, cristais e utensílios domésticos	23	29	14	8
05.5 Ferramentas, máquinas e equipamento para casa e jardim	7	8	4	5
05.6 Bens e serviços para manutenção corrente da habitação	302	360	169	161
06 Saúde	717	783	539	578
06.1 Medicamentos, aparelhos e material terapêuticos	485	500	408	477
06.2 Serviços médicos, paramédicos e outros serviços de saúde não hospitalares	205	246	122	96
06.3 Serviços hospitalares	28	37	9	5
07 Transportes	685	798	379	445
07.1 Aquisição de veículos pessoais	148	164	18	176
07.2 Despesa com a utilização de veículos pessoais	390	463	235	202
07.3 Serviços de transporte	147	171	127	67
08 Comunicações	302	341	219	204
08.1 Serviços postais	3	4	1	1
08.2 Equipamento de telecomunicação	6	8	2	2
08.3 Serviços de telefone, telegrafo e telefax	293	328	217	201
09 Lazer, distração e cultura	456	589	176	115
09.1 Equipamento e acessórios audiovisuais, fotográficos e informáticos; reparação	60	81	16	10
09.2 Outros bens duráveis relacionados com lazer, distração e cultura; reparação	x	x	x	x
09.3 Outros artigos e equipamentos recreativos, de lazer e de distração	81	100	45	27
09.4 Serviços recreativos e culturais	184	238	76	43
09.5 Livros, jornais e outros impressos	56	73	24	13
09.6 Viagens turísticas	73	96	14	23
10 Ensino	78	112	x	x
10.1 Ensino pré-escolar e básico - 1º e 2º ciclo	27	39	x	x
10.2 Ensino básico - 3º ciclo e secundário	11	16	x	x
10.3 Ensino pós-secundário	x	x	x	x
10.4 Ensino superior	34	48	x	x
10.5 Outros tipos de ensino	6	9	x	x
11 Hotéis, restaurantes, cafés e similares	1 270	1 340	1 314	952
11.1 Despesas em restaurantes, cafés e similares	1 225	1 293	1 221	950
11.2 Despesas em hotéis e similares	45	46	93	3
12 Outros bens e serviços	531	621	372	277
12.1 Higiene e cuidados pessoais	171	213	80	66
12.2 Serviços de prostituição	x	x	x	x
12.3 Artigos de uso pessoal	45	56	19	20
12.4 Serviços de proteção social	62	48	119	75
12.5 Seguros	140	166	95	68
12.6 Serviços financeiros	2	3	1	x
12.7 Outros serviços n.d.	110	136	53	48

Fonte estatística: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Fonte: Elaboração própria.

Para a análise da estrutura da despesa por escalões etários optou-se por apresentar as estimativas em percentagem, por facilitar a leitura dos resultados. Assim, e porque a estrutura de consumo está diretamente relacionada com a idade dos agregados unipessoais fez-se uma referência a todas as classes de despesa da COICOP (2 dígitos). A saber, os agregados unipessoais com mais de 65 anos de idade gastaram mais em alimentação (14,9%) que os restantes. Já no que respeita ao consumo de bebidas alcoólicas e tabaco foram os únicos a despenderem abaixo (1,1%) da média do país (1,9%).

Passando às despesas com vestuário e calçado, foram os mais novos, com idade até aos 29 anos, os que mais contribuíram, com 4,8% do seu orçamento.

A classe 04 de despesa da COICOP, despesas com habitação, despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis foi a que menos variou em relação à estrutura etária como era esperado. São um tipo de despesa fixa, isto é, independentemente idade, do sexo dos agregados a despesa é transversal a todos. Nos casos de agregados unipessoais não se verificam economias de escala no consumo para itens como habitação: as despesas são suportadas por um único indivíduo.

Os resultados estimados nas despesas com móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção de habitação apresentaram-se ligeiramente inferiores à média nacional (5,0%) para os agregados unipessoais com idade inferior a 44 anos.

O comportamento quanto às despesas de saúde foi o esperado: gastamos mais à medida que envelhecemos.

Na classe seguinte, despesas com transportes observou-se o inverso: a despesa é inversamente proporcional à idade.

As despesas com comunicações não revelaram nada digno de registo, ou seja, é um indicador que não varia com a idade dos agregados e cifrou-se nos 3%.

Quanto ao consumo de bens e serviços de lazer, distração e cultura foram adquiridos em maior proporção por agregados unipessoais com idade entre os 33 e os 44 anos (7,6%).

Em relação ao ensino, apesar do pouco peso deste tipo de despesa no orçamento foi de salutar o facto de os mais velhos apresentarem valores neste item. Significou que

voltaram a estudar, quer a um nível de ensino mais básico quer a nível do ensino superior.

As despesas em hotéis, restaurantes, cafés e similares mantiveram uma importância relativa nos orçamentos dos agregados unipessoais. De realçar que os mais idosos apresentaram despesas na ordem dos 11,6% do seu orçamento, talvez o indicador que causou mais estranheza.

Para concluir a análise destes indicadores, as despesas com outros bens e serviços, com menos expressão no escalão etário mais jovem.

Pela experiência profissional é sabido que os agregados, de um modo geral, subestimam o que gastam em luxo ou em atividades ilegais (droga e prostituição).

Na classificação COICOP, uma classificação/nomenclatura desenvolvida pelas Nações Unidas e utilizada pelo EUROSTAT, aparecem classes como “narcóticos e estupefacientes” e “serviços de prostituição” que apesar de atividades económicas legais noutros países não o são em Portugal, daí não se apresentarem valores.

Quadro 14 - Despesa total anual média por agregado unipessoal, por divisões da COICOP e escalões etário, Portugal, 2005-2006

unidade: €					
Classes de despesa COICOP	Total	até 29 anos	30 - 44 anos	45 - 64 anos	65 e mais anos
	9 566	12 412	13 479	11 618	7 814
01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	1 215	1 230	1 116	1 371	1 168
01.1 Produtos alimentares	1 162	1 162	1 049	1 302	1 126
01.2 Bebidas não alcoólicas	53	68	67	69	42
02 Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos / estupefacientes	177	244	389	298	83
02.1 Bebidas alcoólicas	58	26	104	77	44
02.2 Tabaco	118	219	285	221	39
02.3 Narcóticos e estupefacientes	x	x	x	x	x
03 Vestuário e calçado	288	601	408	389	203
03.1 Vestuário incluindo reparação	225	410	304	309	164
03.2 Calçado incluindo reparação	62	191	104	80	39
04 Habitação; despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis	3 371	4 587	4 682	3 961	2 806
04.1 Arrendamentos efetivos	303	883	563	368	190
04.2 Arrendamentos fictícios	2 390	2 992	3 406	2 828	1 984
04.3 Reparação e conservação da habitação	54	5	43	79	48
04.4 Outros serviços relacionados com a habitação	189	214	236	231	161
04.5 Eletricidade, gás e outros combustíveis	435	493	433	455	423
05 Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	476	519	504	605	415
05.1 Móveis, artigos de decoração, tapetes outros revestimentos de chão; reparação	49	159	150	57	20
05.2 Artigos domésticos à base de têxteis; reparação	35	48	49	56	23
05.3 Equipamento doméstico de base; reparação	60	89	140	85	34
05.4 Loças, vidros, cristais e utensílios domésticos	23	41	35	39	14
05.5 Ferramentas, máquinas e equipamento para casa e jardim	7	5	16	5	6
05.6 Bens e serviços para manutenção corrente da habitação	302	177	115	363	319
06 Saúde	717	272	311	721	821
06.1 Medicamentos, aparelhos e material terapêuticos	485	188	81	470	585
06.2 Serviços médicos, paramédicos e outros serviços de saúde não hospitalares	205	84	229	246	192
06.3 Serviços hospitalares	28	x	2	6	44
07 Transportes	685	1 406	1 333	1 074	358
07.1 Aquisição de veículos pessoais	148	223	113	252	107
07.2 Despesa com a utilização de veículos pessoais	390	811	1 115	562	157
07.3 Serviços de transporte	147	371	106	259	94
08 Comunicações	302	415	399	354	256
08.1 Serviços postais	3	x	x	1	5
08.2 Equipamento de telecomunicação	6	18	13	10	3
08.3 Serviços de telefone, telegrafo e telefax	293	397	386	343	248
09 Lazer, distração e cultura	456	706	1 020	617	269
09.1 Equipamento e acessórios audiovisuais, fotográficos e informáticos; reparação	60	122	220	72	22
09.2 Outros bens duráveis relacionados com lazer, distração e cultura; reparação	x	x	x	x	x
09.3 Outros artigos e equipamentos recreativos, de lazer e de distração	81	74	131	93	67
09.4 Serviços recreativos e culturais	184	367	412	254	101
09.5 Livros, jornais e outros impressos	56	63	92	84	38
09.6 Viagens turísticas	73	79	156	113	41
10 Ensino	78	92	118	62	77
10.1 Ensino pré-escolar e básico - 1º e 2º ciclo	27	x	x	x	45
10.2 Ensino básico - 3º ciclo e secundário	11	12	x	16	11
10.3 Ensino pós-secundário	x	x	x	x	x
10.4 Ensino superior	34	48	118	33	18
10.5 Outros tipos de ensino	6	32	x	14	3
11 Hotéis, restaurantes, cafés e similares	1 270	1 862	2 408	1 540	910
11.1 Despesas em restaurantes, cafés e similares	1 225	1 844	2 308	1 427	901
11.2 Despesas em hotéis e similares	45	19	101	113	8
12 Outros bens e serviços	531	478	791	626	448
12.1 Higiene e cuidados pessoais	171	186	259	222	133
12.2 Serviços de prostituição	x	x	x	x	x
12.3 Artigos de uso pessoal	45	57	98	67	26
12.4 Serviços de proteção social	62	0	11	21	92
12.5 Seguros	140	177	329	219	71
12.6 Serviços financeiros	2	3	5	5	1
12.7 Outros serviços n.d.	110	55	89	93	125

Fonte estatística: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Fonte: Elaboração própria.

4.3.1. CORRELAÇÃO URBANO – RURAL

Os *mass media* costumam referir-se a espaço urbano como sendo próprio das cidades. Nós geógrafos sabemos que é uma definição redutora. Para além do espaço físico devemos dar ênfase à organização, social e económica e também ao modo de vida das populações. É cada vez mais difícil atribuir limites, muitas das características são comuns ao espaço rural.

A dispersão e o isolamento são fatores a ter em conta. Contudo, parece haver cada vez mais jovens e estrangeiros que optam por viverem em áreas rurais. São pessoas com um estilo de vida urbano que habitam em espaço rural. As distâncias são cada vez mais curtas.

Os resultados do IDEF 2005-2006 mostraram que mais de 70% dos agregados ocupam áreas predominantemente urbanas. A tipologia dos alojamentos são diferenciados, apartamentos em áreas predominantemente urbanas e moradias em áreas predominantemente rurais. Aqui tem influência o espaço disponível para a construção civil e o preço da terra. O regime de propriedade arrendada é superior nas áreas urbanas. Quanto aos equipamentos domésticos, os agregados unipessoais das áreas predominantemente rurais dão menos importância ao micro-ondas, ao aspirador e às máquinas de lavar loiça, mas valorizam as arcas congeladoras. São equipamentos que conservam os produtos mais tempo e em boas condições, os indivíduos vão às compras menos vezes e compram em maior quantidade ou então simplesmente matam os seus próprios animais e conservam-nos para datas de festa ou para a visita dos filhos.

Na área predominantemente rural, a importância dos cafés e dos restaurantes foi visível na estrutura de consumo. Muitos destes estabelecimentos têm associado um mini-mercado e possuem um importante papel social. São locais de convívio, de notícias, de memórias, de cuscovilhece, ajudam o passar do tempo a pessoas sós, independentemente da idade. Por vezes com família, mas longe dos seus.

As instituições religiosas, as coletividades e as associações particulares sem fins lucrativos ao serviço das famílias são organizações integradas por vezes em redes sociais que contribuem para que as desigualdades sejam menores em espaços mais

problemáticos, providenciando rendimentos e outros apoios para os que estão na base da pirâmide social.

Neste projeto ficou demonstrado a correlação entre espaços urbanos e rurais, um território heterogéneo, ocupado por indivíduos desiguais.

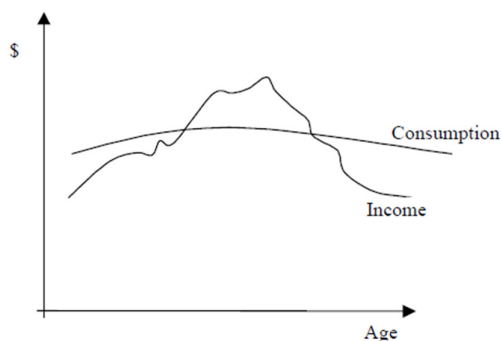
4.3.2. DESIGUALDADES SOCIAIS E CONSUMO DAS FAMÍLIAS

A desigualdade acontece em cada grupo e entre os vários grupos socioeconómicos. Tem origem nas mutações da sociedade num processo geracional e nas diferentes formas de distribuição de rendimentos e consumos.

Os indivíduos não têm todos as mesmas necessidades. Sabemos que, uma criança precisa, geralmente, de menos alimentos do que um adulto e um trabalhador cuja função exige esforço físico requer mais alimentos do que um trabalhador num escritório.

O gráfico seguinte é ilustrativo da relação do rendimento e do consumo ao longo da vida de um indivíduo: nas fases inicial e final da vida o rendimento é claramente inferior ao consumo, enquanto que numa fase adulta ativa o rendimento é mais elevado, o que deixa margem para consumo de outros tipos de bens (existe uma folga considerável de rendimento acima das necessidades de consumo); a variável consumo é mais estável ao longo da vida.

Gráfico 3 – Hipótese de ciclo de vida: perfil do rendimento e do consumo ao longo do tempo



Fonte: World Bank, Poverty Manual, All, JH Revision of August 8 (2005).

A análise estatística desenvolvida mostrou que a variável associada à idade dos indivíduos está relacionada com a estrutura da despesa. Os mais jovens consomem mais bens e serviços de lazer e cultura os mais idosos em saúde, como o esperado. Os indivíduos vivem mais tempo, mas precisam muito de cuidados de saúde e existe um grave problema social em agregados com rendimentos baixos que não proporcionam acesso a esses mesmos cuidados.

As despesas relacionadas com a educação, não especialmente relevantes no total, refletem a gratuidade de alguns programas de ensino, como o programa das novas oportunidades. Este programa tem por objetivo combater os défices de qualificações, escolares e profissionais. A ODCE e o EUROSTAT estabeleceram metas a Portugal no sentido de reforçar a competitividade e em poucos anos assistimos a um aumento de competências ao nível do ensino secundário. O atual Governo tem tomado medidas no sentido de acabar com este programa, que nunca foi consensual, mas que efetivamente atribuiu competências para que os indivíduos melhorassem o seu nível de vida.

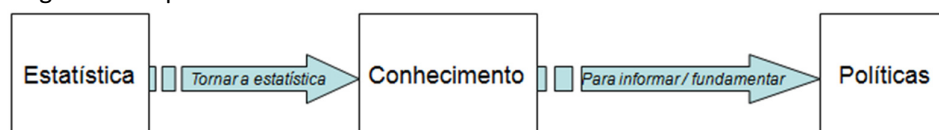
“O poder exprime-se na monopolização do espaço e no afastamento dos grupos mais fracos da sociedade para ambientes menos desejáveis...”

Regina Salvador

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Numa época em que a quantidade de informação é imensa, os detentores do poder de decisão e os investigadores têm necessidade de se atualizarem e controlarem grandes bases de dados, num curto espaço de tempo. Para isso, é imperativo que a informação seja percetível e simplificada para que a sua interpretação seja imediata. O trabalho deverá regular-se por bases sólidas e oficiais numa fundamentação de evolução.

Figura 6 – Esquema condicional



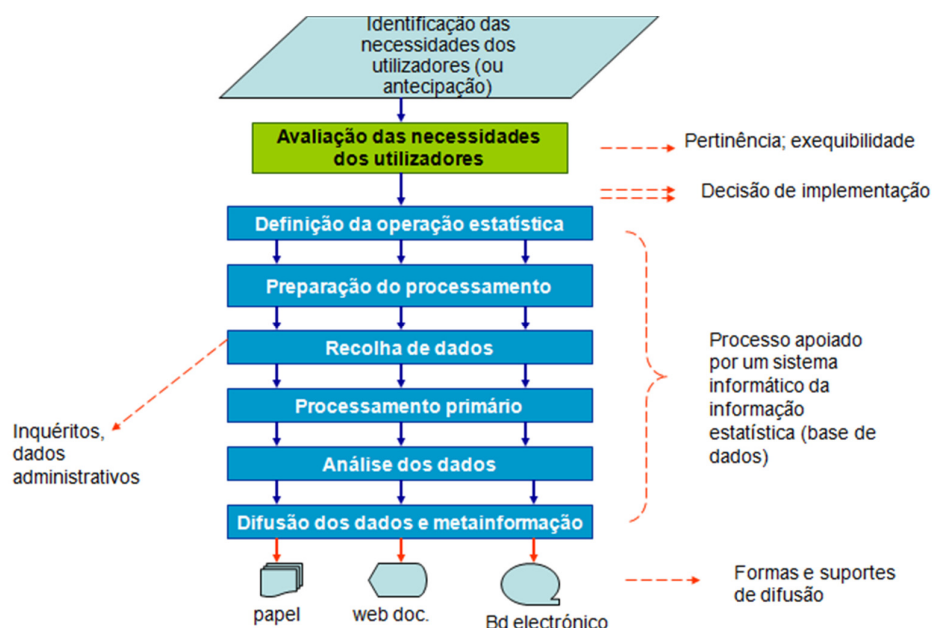
Fonte: Autora

O grande contributo da estatística para o estudo das ciências sociais é possibilitar a análise de um subconjunto finito de observações (amostra) e inferir os resultados para o total da população (universo).

A estatística pode ser descritiva e inferencial: descritiva quando utilizada num processo direto de observação dos fenómenos e inferencial ao utilizar métodos de amostragem numa inferência para o universo.

O processo genérico de criação, produção e difusão de informação estatística é composto por fases sequenciais, como mostra a figura seguinte.

Figura 7 – Esquema do processo genérico de criação, produção e difusão de informação estatística



Fonte: Autora.

A intervenção da investigadora no processo estatístico do IDEF limita-se às três últimas fases, numa “subamostra” de agregados unipessoais: parte do processamento, análise dos dados e a difusão dos dados. Todo o restante processo é da responsabilidade do INE.

A informação estatística oficial produzida em Portugal sobre os agregados privados domésticos unipessoais, residentes em território nacional, é escassa.

No que concerne aos resultados propriamente ditos, começamos pela caracterização dos indivíduos que constituíam os agregados unipessoais. A análise evidenciou que a idade média dos indivíduos que compõem os agregados unipessoais era de 61,7 anos. Esta estimativa é preocupante, tendo em conta que se trata de um estrato da população portuguesa vulnerável ao isolamento, muitos idosos vivem sozinhos. Sabemos, também, que 66,2% são mulheres contra 33,8% de homens e que estes têm em média menos 10 anos do que as mulheres.

A estimativa da distribuição dos agregados unipessoais por grau de urbanização e regiões NUTS II, revelou que na sua maioria os indivíduos que residiam em área

predominantemente urbana pertenciam à região de Lisboa; os que ocupavam áreas medianamente urbana e predominantemente rural estão em maior número na região do Centro. Na R. A. dos Açores a distribuição era praticamente homogénea, mas o mesmo não acontecia na R. A. da Madeira, 66% dos residentes estavam em área predominantemente urbana.

Ao cruzar as variáveis escalão etário, sexo e regiões NUTS II, apreendemos que a região de Lisboa abarcava a maioria dos indivíduos independentemente da sua idade e do sexo e destacou-se o facto de quase 300 mil mulheres com 65 e mais anos viviam sozinhas em Portugal. O sexo feminino já por si constitui um grupo mais suscetível a desigualdades e acrescido do isolamento o problema acentua-se.

A educação é um dos principais indicadores de medição de desigualdade social e os resultados por níveis de escolaridade e NUTS II não foram animadores, 5,6% dos agregados unipessoais não tinham qualquer nível de escolaridade e apenas 1,5% concluíram o ensino superior. Acreditamos que com o sucesso do programa das novas oportunidades, nos anos seguintes ao ano de referência do IDEF 2005-2006, estas percentagens sejam mais elevadas atualmente.

Quanto à distribuição dos agregados unipessoais por fonte de rendimento apurámos que 346,9 mil pensionistas, 151,7 mil trabalhadores por conta de outrem e 103,5 mil tinham outras fontes de rendimento. E no que respeita ao escalão de rendimentos os valores apurados foram inferiores à média nacional.

Resumindo, os agregados unipessoais, nos anos de 2005-2006, em Portugal, eram na sua maioria idosos, do sexo feminino, pensionistas, com baixas qualificações escolares, residentes na região de Lisboa. Obviamente que a condição de pensionista potencia fortemente a situação de desigualdade social ou de pobreza, o que nos leva a crer que existam situações de carência extrema.

Passamos à caracterização das condições de habitabilidade e de indicadores de conforto. No tipo de alojamento, os resultados foram os esperados, ou seja, a região de Lisboa é a única em que os indivíduos residiam maioritariamente em apartamentos, nas restantes o modelo de moradia prevalecia. Aqui está em causa o espaço disponível para construção civil e o preço da terra: na região de Lisboa os espaços são mais escassos e o

preço da terra superior ao do resto do país. Este indicador revelou ainda que cerca de 13 mil agregados unipessoais viviam noutro tipo de alojamento (incluindo barracas), quase metade na Região de Lisboa. Em percentagem pode não ser relevante, mas em termos sociais é representativo.

Por regime de ocupação, mais de 80% dos proprietários residiam em área predominantemente rural e a maior percentagem de arrendatários localizavam-se em área predominantemente urbana.

De uma forma geral, os resultados do conforto básico no interior dos alojamentos foram muito positivos, mas não podemos descurar o facto de existirem indivíduos em Portugal que não conseguiam atingir os mesmos níveis de conforto dos restantes. Podem ser 2%, 5 % mas são pessoas que residiam em alojamentos sem água canalizada, sem eletricidade ou sem instalação sanitária complexa.

Verificámos que em relação ao tipo de equipamento doméstico de apoio mais de 90% dos alojamentos dos agregados possuíam os equipamentos de primeira necessidade, como o fogão ou frigorífico.

Terminamos a caracterização das condições de habitabilidade e dos indicadores de conforto com a análise aos indicadores de comunicação e lazer: os equipamentos com maior expressão foram os aparelhos de televisão e o aparelho de rádio, dois equipamentos que proporcionam informação e companhia e de fácil utilização (tendo em conta a idade média dos agregados). Como esperávamos e devido à faixa etária dos agregados unipessoais, os equipamentos associados às novas tecnologias apresentam rácios inferiores à generalidade do total dos agregados familiares do país.

Em jeito de síntese, e apesar da maioria dos resultados dos indicadores terem sido positivos temos de ter em conta a população que vive abaixo da média nacional, identificar e monitorizar as suas dificuldades e atuar no sentido de diminuir as desigualdades.

Concluimos a caracterização dos agregados unipessoais referindo-nos à despesa total anual média e aos hábitos de consumo. Considerámos a despesa total como o somatório da despesa monetária com a despesa não monetária.

Apurámos a despesa total anual média em 9.566 €, 10.494 € para os homens e 9.092 para as mulheres e identificámos diferentes padrões nos produtos adquiridos.

Variáveis como o sexo e a idade tiveram mais influência no tipo de despesas de bens e serviços do que o grau de urbanização. Os homens despenderam mais do que as mulheres em bebidas alcoólicas e tabaco, transportes, bens e serviços de lazer e cultura, ensino e restaurantes, cafés e similares; e, as mulheres gastaram mais em alimentação, vestuário, artigos para o lar, saúde e em bens e serviços de higiene e cuidados pessoais.

A estrutura da despesa é um indicador que demonstrou desigualdades de género, etárias, económicas, sociais e regionais: as mulheres gastaram um pouco menos que os homens; a idade influenciou na escolha do cabaz de bens e serviços; a saúde foi uma preocupação maior nos indivíduos do sexo feminino, daí podermos aferir que a esperança média de vida das mulheres é superior à dos homens muito por causa dos cuidados primários de saúde; os homens frequentaram mais restaurantes e cafés, que em locais de menor dimensão têm um papel social fundamental na diminuição do isolamento e deslocaram-se mais em transportes (de uma forma geral as mulheres idosas entretêm-se mais em casa a ver televisão ou a ouvir rádio que os homens); os jovens valorizaram as novas tecnologias e viajaram mais.

Em termos regionais, o mesmo indicador, divulgou que as regiões de Lisboa do Norte são relevantes, sendo as mais populosas e responsáveis por mais de metade da despesa. São contudo, regiões diferentes no que respeita aos graus de urbanização e, por conseguinte, com diferentes padrões de consumo.

As duas regiões são efetivamente semelhantes em termos de ordem de grandeza populacional. Todavia, a região do Norte apresenta maior dispersão da localização urbana, provavelmente associada a padrões de consumo distintos. Em contrapartida, a região de Lisboa, apesar de ter uma dispersão urbana menor, regista maior desigualdade na distribuição de rendimentos, logo mais heterogénea. Para a diferenciação das duas regiões concorrem ainda fatores como os níveis de educação, o tipo de atividade profissional e económica das suas populações.

A despesa com habitação é um indicador com características especiais: os indivíduos independentemente do seu sexo, idade ou outras particularidades têm de

pagar. Como vimos atrás, não existe economia de escala: enquanto que num agregado constituído por mais elementos a despesa com a renda da casa é única embora possa ser comparticipada por várias pessoas, quando se vive sozinho o despesa é de uma só pessoa. A despesa com habitação é a que tem maior peso na estrutura de gastos familiares.

Do ponto de vista da investigadora, as grandes lacunas do inquérito são:

- a) relativa à população alvo do IDEf: deve-se à circunstância de não inquirir indivíduos residentes em alojamentos coletivos, institucionalizados ou mesmo sem-abrigos. Oficialmente, a informação estatística disponível sobre estas minorias (segundo os metodólogos) é parca e insuficiente para informar ou fundamentar políticas de combate às desigualdades sociais;
- b) e, a reduzida taxa de resposta que compromete os resultados quando extrapolados/inferidos para o universo.

“O bem comum consiste no conjunto de todas as condições de vida social que consintam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana”.

Carta Encíclica *MATER ET MAGISTRA* de SUA SANTIDADE JOÃO XXIII

6. CONCLUSÕES

As desigualdades sociais são um fenómeno pluridimensional e geralmente as suas causas restringem-se a mais do que um fator. Esta pluridimensionalidade estabelece uma das características mais marcantes das sociedades contemporâneas, os mais diversos campos de ação: desigualdades nos rendimentos e no emprego, nas habilitações académicas, qualificações e competências; desigualdades de classe social, de género, étnico-raciais ou etárias; desigualdades na saúde, na habitação, nos hábitos culturais, na utilização de novas tecnologias da informação e comunicação, entre outras.

A sociedade portuguesa não foge a esta generalidade. Os progressos indiscutíveis identificados, a vários níveis, nos últimos anos, como sejam o programa das novas oportunidades, o rendimento social de inserção, a pensão social, entre outros, não impediram a perseverança de formas tradicionais de desigualdade e outras tornaram-se mais visíveis. Além disso, atualmente dá-se cada vez mais importância às desigualdades globais e às suas relações e o envolvimento da sociedade resultam em movimentos sociais e políticas públicas, até ao momento não suficientemente eficazes. A sociedade é socialmente assimétrica e as políticas adotadas deveriam diligenciar as competências singulares e sociais, auxiliando os mecanismos de desenvolvimento pessoal e coletivo, de reinserção social e sobretudo no combate ao isolamento.

Quase todos os estudos portugueses recentes publicados sobre pobreza e desigualdades, como por exemplo, o de Bruto da Costa *et al.* “*Um Olhar sobre a Pobreza, Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*”, são uníssonos na identificação dos agregados unipessoais como grupos de indivíduos mais vulneráveis da sociedade.

Ao INE como produtor de estatísticas oficiais, cabe desenvolver uma estratégia de difusão de informação e o conhecimento científico sobre as ciências sociais e assim contribuir para a argumentação e avaliação de políticas públicas na área das desigualdades sociais. O sistema estatístico terá de passar inevitavelmente pelo envolvimento dos agentes públicos e privados no sentido de resolver ou minimizar as causas e efeitos das desigualdades.

6.1. O ESTUDO

A aquisição de conhecimentos, quer através das fontes bibliográficas quer pela partilha de informação conseguida nas inúmeras discussões e reuniões com estatísticos, imprimiu alguma dinâmica durante a realização desta investigação e é quase impossível a sua fidelização inicial.

O tratamento da base de dados foi arrebatador na enormidade do número de variáveis disponíveis passíveis de contabilização, condicionando o desenvolvimento do estudo, dada a dificuldade de conclusão da ação. A seleção de variáveis foi primordial para o conhecimento da realidade dos agregados unipessoais.

Conseguimos traçar um perfil sobre as pessoas que vivem sozinhas.

Infelizmente, não foi possível conseguir informação mais detalhada a nível regional e tão pouco cartografia de qualidade, dado o material disponível para trabalhar.

A pesquisa científica realizada em Portugal é abundante na perspetiva do rendimento dos agregados. Procurámos com este projeto contribuir para o aproveitamento de dados recolhidos e não tratados pelo INE, complementado a informação publicada pelo Instituto.

O rigor e a qualidade atribuem à mensuração do fenómeno das desigualdades sociais uma particular atenção por parte dos que têm poder de decisão e deverão de analisar com maior finura as medidas a implementar para resolver muitos dos problemas dos que sobrevivem com dificuldades. Até agora, as medidas mostram-se não muito eficazes no combate às desigualdades.

De facto fica a curiosidade na publicação de resultados atualizados devido às alterações sociais e económicas que a sociedade portuguesa tem vindo a conhecer.

O resultado deste trabalho de projeto é francamente positivo, cumprindo em grande medida os objetivos definidos inicialmente, como a abordagem estatística de um fenómeno social e apresentar um projeto sério com dados oficiais, com alguma originalidade temática na área das ciências sociais.

6.2. PERSPETIVAS FUTURAS

Existem várias questões que merecem ser estudadas em investigações futuras. Desde logo, a atualização da informação utilizada neste trabalho com os apuramentos de dados do próximo IDEF 2010-2011. Ao nível da problemática das famílias existe uma enorme multiplicidade de estudos, mas estão muito focados para a ótica do rendimento. Por outro lado, constitui enorme desafio sintetizar as múltiplas dinâmicas decorrentes dos diferentes tipos de variáveis estatísticas, que se apresentam ao dispor dos investigadores.

Em relação a dados regionalizados ou de maior detalhe regional, é de capital importância trabalhar no sentido da obtenção de informação detalhada, nem que para isso seja necessário rever a metodologia utilizada na operação estatística. A existente fica aquém do necessário e é indispensável concretizar um reforço da análise estatística nas investigações de âmbito geográfico.

Acima de tudo, são necessários mais e melhores estudos, que permitam suportar as decisões políticas no âmbito da problemática social e, para tal, é imprescindível o envolvimento da sociedade civil e política.

O envolvimento de todos os agentes é fundamental, sobretudo para fazer chegar aos indivíduos uma mensagem em que a estatística é uma ciência séria, rigorosa e que a informação dela extraída é determinante para o sucesso de qualquer investigação.

Com o término deste projeto é tempo de reflexão, sobre novas propostas que dele possam emergir, designadamente: (i) aferir as metamorfoses que as desigualdades sociais comportam ao longo dos anos, através da produção periódica de novas operações estatísticas; (ii) Implementação de uma nova arquitetura para a seleção de bases

de amostragem e amostras (iii) a exploração de novos ponderadores, através de diferentes metodologias e técnicas para melhorar a qualidade de novos estimadores das características e das variáveis; (iv) investigar a viabilidade da caracterização do rendimento dos agregados por tipologias resultantes da incorporação de informação dos inquéritos à despesa das famílias e ao rendimento, na ótica de Contas Nacionais; (v) a produção e utilização de cartografia que permita aos investigadores terem um maior conhecimento e uma melhor gestão dos processos; e, (vi) analisar as consequências decorrentes da crise económica e social, que o país e o mundo atravessam no momento, e o seu impacto nas desigualdades sociais.

Por último, fica uma sugestão relativa à importância da revisão da informação estatística utilizada neste projeto, com dados estatísticos mais recentes, logo que disponibilizados os dados completos e definitivos dos Censos de 2011 e do IDEF 2010-2011, que poderá resultar numa publicação de natureza analítica sobre a estrutura da despesa e indicadores regionais de distribuição de rendimento.

BIBLIOGRAFIA

I. Publicações e artigos:

- BARATA, Óscar Soares (2002), *Introdução às Ciências Sociais*, Volumes I e II, Lisboa, 10ª edição Bertrand Editora.
- BASTIEN, Carlos; VALÉRIO, Nuno (2010), *O INE: Desafios do Passado, Desafios do Futuro*, Lisboa, edição Instituto Nacional de Estatística, I.P..
- BASTOS, Amélia; MACHADO, Carla; PASSOS, José (2011), *Números com Esperança, Abordagem Estatística da Pobreza Infantil em Portugal: da Análise às Propostas de Atuação*, Coimbra, edições Almedina, S. A..
- BÉTEILLE, André (1969), *Social Inequality*, Sufffolk, edited by Richard Clay (The Chaucer Press) Ltd..
- BIHR, Alain; PFEFFERKORN, Roland (2008), *Le Système des Inégalités*, Paris, éd. La Découverte.
- BRUTO DA COSTA, Alfredo (Coord.) et al. (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza, Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Gradiva Publicações.
- BRUTO DA COSTA, Alfredo (2007), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva Publicações.
- BRUTO DA COSTA, Alfredo et al. (1985), *A Pobreza em Portugal*, Lisboa, edição Coleção Cáritas nº 6.
- CAMPENHOUDT, Luc V. (2003), *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*, Lisboa, Gradiva Publicações.
- CHERKAoui, Mohamed (1995), Estratificação in *Tratado de Sociologia*, ed. by Raymond Boudon, Lisboa, edições Asa.
- COUTINHO, Clara P. (2011), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Coimbra, Edições Almedina.
- EITZEN, D. Stanley; JOHNSTON, Janis E. (2007), *Inequality, Social Class and Its Consequences*, Boulder, edited by Paradigm Publishers.

- FEDOSSEIEV, P. N. et al. (1973), *Karl Marx Biografia*, Tradução da segunda edição em russo (Moscou, 1973), preparada pelo Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS (1983), Lisboa, edições Avante.
- FERREIRA, Maria L. B.V (2000), *A Pobreza em Portugal na Década de Oitenta*, Lisboa, Conselho Económico e Social, 18-23, 41-43, 101-120.
- FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre (1996), *Le Nouvel Âge des Inégalités*, Paris, éditions du Seuil.
- GIDDENS, Anthony; MACKENZIE, Gavin (1982), *Social Class and the Division of Labour*, New York, edited by Cambridge University Press.
- HAMLIN, Alan P. (1996), *Ethics and Economics*, Cheltenham, published by Edward Elgar Publishing Limited, Vol I (275-292, 476-496) e II (257-280).
- HAUGHTON, Jonathan; KHANDKER, Shahidur R. (2009), *Handbook on Poverty and Inequality*, Washington DC, World Bank.
- LÚCIO, José M. R. (2005), *Estratégias de Erradicação da Pobreza – O Caso do Condado de Sonoma – Califórnia/Estados Unidos da América, California State University at Stanislaus*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- MAIA, Rui Leandro (Coord.) (2002), *Dicionário de Sociologia*, Porto, Porto Editora.
- MENDES, Jorge M.; TURKMAN, Kamil F. (2002), *A Simple Spatio-temporal Procedure for the Prediction of Air Pollution Levels*, Journal of Chemometrics, Volume I, Capítulo 12, 623-632, London, edited by John Wiley & Sons, LTD..
- MURTEIRA, Bento et al. (2002), *Introdução à Estatística*, Torres Vedras, edição McGraw-Hill Portugal, Lda..
- MURTEIRA, José Ferreira Bento (1991), *Probabilidades e Estatística, Volumes I e II*, Torres Vedras, edição McGraw-Hill Portugal, Lda..
- NETO, Paulo A. (Coord.) (2006), *Território e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Instituto Piaget, 137-160.
- PINTO, José Madureira; PEREIRA, Virgílio Borges (Orgs) (2008), *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*, Porto, Edições Afrontamento.
- REIS, Elizabeth (2002), *Estatística Descritiva*, Lisboa, edições Sílabo, Lda..

- RODRIGUES, Carlos Farinha; FIGUEIRAS, Rita; JUNQUEIRA, Vítor (2011), *Desigualdades em Portugal, um Estudo da FFMS*, Lisboa, edição Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- RODRIGUES, Carlos Farinha (2008), *Distribuição do Rendimento, Desigualdade Pobreza: Portugal nos anos 90*, Coimbra, edições Almedina.
- SACHS, Jeffrey (2008), *o Fim da Pobreza*, Lisboa, edição Casa das Letras.
- SALVADOR, Regina et al. (2011), *Atas do Seminário Geografias de Inclusão: Desafios e Oportunidades*, Lisboa, publicado por e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, consultado em <http://pt.scribd.com/doc/88387465/Regina-Salvador-Ana-Firmino-Cristina-Ponte-e-Eduarda-Ferreira-orgs-Actas-do-Seminario-Geografias-de-Inclusao-desafios-e-oportunidades>, 4-5.
- SCOTT, John; MARSHALL, Gordon (2005), *Dictionary of Sociology*, New York, 3rd edition of Oxford University Press.
- SEN, Amartya (2009), *The Idea of Justice*, London, publish in Penguin Books 2010.
- SEN, Amartya (1999), *Pobreza e Fomes: um Ensaio Sobre os Direitos e Privações*, Lisboa, edição Terramar.
- SILVA, Ana Alexandrino da (2006), *Gráficos e Mapas Representação de Informação Estatística*, Lisboa, Lidel - edições técnicas, Lda..
- SOUSA, Fernando de (1995), *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, edição Instituto Nacional de Estatística, I.P..
- THERBORN, Göran (2006), *Inequalities of the World, New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, Edinburgh, edited by Bath Press.

II. Legislação:

Decreto-Lei nº 22 de 13 de maio de 2008.

Decreto-Lei nº 6, de 15 de abril de 1989.

Decreto-Lei nº 427 de 25 de Agosto de 1973.

Decreto-Lei nº 46925 de 29 de março de 1966.

Decreto-Lei nº 33274 de 24 de novembro de 1943.

Decreto-Lei nº 1911, de 23 de maio de 1935.

Diploma de 30 de junho de 1989.

Principal legislação sobre o regulamento do EU-SILC com as disposições sobre o desenho de questionário, características da recolha, publicação de dados e processos de decisão, consultado em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/income_social_inclusion_living_conditions/legislation

Regulamento (EC) Nº 223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de março de 2009.

Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de junho de 2003.

Regulamento da Comissão (EC) Nº 481/2010 de 1 de junho de 2010 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento da Comissão (EC) Nº 646/2009 de 23 de julho de 2009 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento da Comissão (EC) Nº 362/2008 de 14 de abril de 2008 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento da Comissão (EC) Nº 215/2007 de 28 de fevereiro de 2007 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento da Comissão (EC) Nº 315/2006 de 22 de fevereiro de 2006 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento da Comissão (EC) Nº 13/2005 de 6 de janeiro de 2005 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento da Comissão (EC) Nº 16/2004 de 6 de janeiro de 2004 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento da Comissão (EC) Nº 28/2004 de 5 de janeiro de 2004 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento da Comissão (EC) Nº 1983/2003 de 7 de novembro de 2003 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento da Comissão (EC) Nº 1982/2003 de 21 de outubro de 2003 de implementação do Regulamento (EC) Nº 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento da Comissão (EC) Nº 1980/2003 de 21 de outubro de 2003 de implementação do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de junho de 2003.

III. Estatísticas:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010), *Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal*, Lisboa, edição própria.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2009), *Retrato Territorial de Portugal 2007*, Lisboa, edição própria.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2008), *Inquérito às Despesas das Famílias 2005-2006*, Lisboa, edição própria.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2007), *Indicadores Sociais 2006*, Lisboa, edição própria.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2006), *Indicadores Sociais 2005*, Lisboa, edição própria.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Inquérito às Despesas das Famílias 2005-2006 - Manual do entrevistador*, Lisboa, edição própria.

IV. Outras fontes:

Base de Dados de Conceitos e Definições do EUROSTAT

Consultado em:

http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/nomenclatures/index.cfm?TargetUrl=DSP_GLOSSARY_NOM_DTL_VIEW&StrNom=CODED2&StrLanguageCode=EN&IntKey=22700431&RdoSearch=BEGIN&TxtSearch=st&CboTheme=&IntCurrentPage=3

Communications and Behavior Change

Consultado em: <http://coi.gov.uk/documents/commongood/commongood-behaviourchange.pdf>

Constituição Portuguesa de 1976

Consultado em:

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Edição online do Livro de Jean-Jacques Rousseau, *Discurso sobre a Origem da Desigualdade (1754)*, tradução de Maria Lacerda de Moura e edição de Ridendo Castigat Mores

Consultado em: <http://www.elivros-gratis.net/livros-gratis-jean-jacques-rousseau.asp>

Estudo de Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

Consultado em:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=106284&ESTUDOSema=55565&ESTUDOSmodo=2Estdemo_35_art6.pdf

Glossário de Termos Estatísticos da Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Consultado em: <http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=3847>

Introduction to Poverty Analysis

Consultado em: <http://siteresources.worldbank.org/PGLP/Resources/PovertyManual.pdf>

Projeto: Aceleração do Tratamento de Informação do INE, por Professor Doutor Jorge M. Mendes (2008)

Consultado em: http://www.i-gov.org/index.php?article=8869&visual=-1&id=0&email_article=1&layout=48

World Bank, Poverty Manual, All, JH Revision of August 8 (2005)

Consultado em: <http://siteresources.worldbank.org/PGLP/Resources/PovertyManual.pdf>

ANEXOS

1. Questionário IDEF 2005-2006

Instrumento de Notação do Sistema Estatístico Nacional
(Lei nº 585, de 15 de Abril), de natureza obrigatória.
Registado no I.N.E. sob o nº 9526.
Válido até 31.10.2006



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

INQUÉRITO ÀS DESPESAS DAS FAMÍLIAS

- 2005 / 2006 -

MÓDULO I

CARACTERIZAÇÃO DO ALOJAMENTO, DO AGREGADO E DO(S) INDIVÍDUO(S)

ENQUADRAMENTO DO INQUÉRITO ÀS DESPESAS DAS FAMÍLIAS (IDEF)

O Instituto Nacional de Estatística (INE) realiza inquéritos aos orçamentos familiares desde 1967, com o objectivo de avaliar as condições de vida dos indivíduos residentes em Portugal, bem como conhecer como são aplicados os seus rendimentos em despesas de consumo.

O actual quadro legal (comunitário) estabelece a necessidade de se realizarem estudos periódicos sobre esta realidade, pelo que o INE vem solicitar e agradecer a vossa colaboração enquanto família seleccionada para responder ao inquérito no contexto de um processo de amostragem aleatória.

Salienta-se o seguinte :

Todos os dados individuais recolhidos no âmbito deste inquérito são confidenciais, estando protegidos por segredo estatístico (art.º 5 da Lei nº6/89 de 15 de Abril), e destinando-se apenas à obtenção de resultados globais sobre o consumo dos agregados.

O INE assegura a destruição dos questionários preenchidos, após a obtenção e divulgação de resultados.

O Entrevistador do INE, devidamente credenciado, que periodicamente o visitará, prestará todos os esclarecimentos que necessitar e ajudará a resolver as dúvidas que lhe surjam.

Entrevista	Data de início da quinzena <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/> 2 0 0		
Entrevistador	Nome <input type="text"/> Código <input type="text"/>		
Identificação	Área	Alojamento	Agregado
	Nome <input type="text"/>		
	Morada (rua, av, pc, apartado, etc) <input type="text"/>		
	Nº ou lote <input type="text"/> Andar, sala, etc <input type="text"/> Lado <input type="text"/>		
	Localidade <input type="text"/>		
	Código postal <input type="text"/> - <input type="text"/>		
Telefone(s) para contacto <input type="text"/> ou <input type="text"/>			

MÓDULO I

I.1 - ALOJAMENTO

I.1.1 Situação do alojamento / Resultado do contacto	
Residência principal - Entrevista conseguida	1
Residência principal - Temporariamente ausente	2
Residência principal - Recusa	3
Residência secundária	4
Alojamento vago	5
Alojamento intocável	6
Alojamento demolido	7
Outra situação:	8
Especifique, por favor: _____	

I.1.2 Tipo de alojamento	
Morada independente isolada	1
Morada independente geminada ou em banda	2
Apartamento num edifício com menos de 10 apartamentos	3
Apartamento num edifício com 10 ou mais apartamentos	4
Barraca	5
Outro tipo de alojamento	6

I.1.3	1. Ano de construção do alojamento	_____
	se não sabe => I.1.3.2	
I.1.4	2. Década de construção - 1º ano (antes de 1900: 1890; ...; anos 20: 1920; ...; anos 70: 1970; ...)	_____
	Número de agregados a residir no alojamento	

I.2 - AGREGADO

I.2.1	Número de identificação do agregado	
I.2.2	Regime de ocupação do alojamento	
Proprietário	sem crédito à habitação	1
	com crédito à habitação	2
Arrendatário (ou subarrendatário)	com renda a preços de mercado	3
	com renda inferior ao preço de mercado	4
Alojamento cedido gratuitamente ou a título de salário		5
I.2.3	Nº divisões disponíveis para o agregado (4 m ² ou +)	
I.2.4	Área total (m ²) disponível para o agregado (espaço útil entre paredes)	
I.2.5	Disponibilidade de bens	
I.2.5.1	Garagem (ou espaço para estacionamento) na residência principal?	1: Sim
I.2.5.2	Residência secundária?	2: Não
I.2.5.2.1	Quantas resid. secund.?	
I.2.6.2.2	Regime de ocupação da(s) residência(s) secundária(s)	
I.2.6.2.2a	Nº de residências secundárias que o agregado dispõe -Proprietário	
I.2.6.2.2b	Nº de residências secundárias que o agregado dispõe -Arrendatário	
I.2.6.2.2c	Nº de residências secundárias que o agregado dispõe -Cedida gratuitamente ou a título de salário	

I.2.6 - CONFORTO E BENS DE EQUIPAMENTO						
Conforto básico no <u>interior do alojamento</u>		Equipamento de comunicação, áudio e vídeo				
I.2.6.1	Água canalizada	I.2.6.21	Telefone - rede fixa			
I.2.6.2	Electricidade	I.2.6.22	Telefone - rede móvel			
I.2.6.3	Gás canalizado	I.2.6.23	Aparelho de televisão			
I.2.6.4	Sistema de esgotos	I.2.6.24	Antena parabólica			
I.2.6.5	Instalação sanitária completa	I.2.6.25	Televisão por cabo ou satélite			
Equipamento de apoio ao trabalho doméstico		I.2.6.26	Leitor de CD's			
I.2.6.6	Fogão ou placa	I.2.6.27	Leitor de DVD's			
I.2.6.7	Micro-ondas	I.2.6.28	Gravador de cassetes áudio			
I.2.6.8	Frigorífico	I.2.6.29	Rádio			
I.2.6.9	Arca congeladora	I.2.6.30	Gira-Discos			
I.2.6.10	Aspirador	I.2.6.31	Vídeo			
I.2.6.11	Máquina de lavar roupa	I.2.6.32	Câmara de vídeo			
I.2.6.12	Máquina de secar roupa	I.2.6.33	Equipamento fotográfico			
I.2.6.13	Máquina de lavar e secar roupa	I.2.6.34	Computador pessoal, de secretária ou portátil, com ligação à internet			
I.2.6.14	Máquina de lavar loiça	I.2.6.35	Computador pessoal, de secretária ou portátil, sem ligação à internet			
I.2.6.15	Máquina de costura	I.2.6.36	Consola de jogos (com ou sem leitor de DVD)			
Equipamento para regular o ar e a água		1: Sim 2: Não				
I.2.6.16	Aparelho de ar condicionado					
I.2.6.17	Sistema de aquecimento central					
I.2.6.18	Outro aparelho de aquecimento de ar					
I.2.6.19	Outro aparelho de aquecimento de água					
I.2.6.20	Desumidificador eléctrico					
		<table border="1"> <tr> <td>I.2.7</td> <td>Numero de individuos membros do agregado</td> <td></td> </tr> </table>		I.2.7	Numero de individuos membros do agregado	
I.2.7	Numero de individuos membros do agregado					

I.3 - CARACTERIZAÇÃO DO(S) INDIVÍDUO(S)

I.3.1 Identificação do indivíduo				
.01	Nº ordem	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
.02	Nome	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
I.3.2 Data de nascimento (dd/mm/aaaa) <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>				
I.3.3 Sexo masculino: 1 feminino: 2 <input type="text"/>				
I.3.4 Situação residencial presente: 1 temporar./ausente: 2 <input type="text"/>				
I.3.5 Relação com o representante				
O próprio representante: 1		Filho(a) do representante ou do cônjuge: 3	Outro parente: 5	
Cônjuge/companheiro(a): 2		Pai/Mãe do representante ou do cônjuge: 4	Sem parentesco: 6	
I.3.6 Nível de escolaridade completado				
Nenhum: 1		Básico – 3º ciclo (9º ano): 4	Superior – licenciatura: 7	
Básico – 1º ciclo (4º ano/classe): 2		Secundário (12º ano) e pós-secundário: 5	Superior – mestrado: 8	
Básico – 2º ciclo (6º ano): 3		Superior – bacharelato: 6	Superior – doutoramento: 9	
I.3.7 Condição perante o trabalho habitual				
Exerce uma profissão: 1		Aluno ou estudante: 4	Incapacitado permanentemente, para o trabalho: 7	
Desempregado: 2		Serviço cívico: 5	Outros inativos (incluindo pensionistas): 8	
Reformado/aposentado: 3		Doméstico: 6		
Se tem menos de 15 anos e I.3.7 = 1 (não exerce profissão) -> FM				
I.3.8 Situação na profissão				
Trabalhador por conta própria - empregador: 1		Trabalhador por conta de outrem: 3	Aprendizes ou estagiários: 5	
Trabalhador por conta própria - isolado: 2		Trabalhador familiar não remunerado: 4	Outros: 6	
I.3.9 Indique se teve receitas monetárias no ano anterior				
1: Sim		2: Não	<input type="text"/>	

RECEITAS MONETÁRIAS LÍQUIDAS DO INDIVÍDUO (NO ANO ANTERIOR)	
I.3.1	Identificação do indivíduo (conforme identificação anterior)
.01	Nº ordem _____ .02 Nome _____
I.3.10	Indique as Receitas Monetárias Líquidas Anuais que obteve no ano anterior para as diferentes categorias apresentadas:
	Rendimentos do trabalho
I.3.10.01	Por conta de outrem - regulares _____ €
I.3.10.02	Por conta de outrem - ocasionais _____ €
I.3.10.03	Por conta própria _____ €
	Rendimentos de Propriedade
I.3.10.04	Rendas de terrenos _____ €
I.3.10.05	Rendas de edifícios _____ €
	Rendimentos de Capital
I.3.10.06	Juros _____ €
I.3.10.07	Lucros e dividendos _____ €
I.3.10.TPP	Transferências Periódicas: Pessoas - OBTVE NO ANO ANTERIOR? <i>(pensões de velhice, viuvez, orfandade, sobre-vivência, invalidez e outras pensões privadas ou do estrangeiro)</i>
I.3.10.08	Pensão de velhice _____ €
I.3.10.09	Pensão social de velhice _____ €
I.3.10.10	Pensão de viuvez e/ou orfandade _____ €
I.3.10.11	Pensão de sobrevivência _____ €
I.3.10.12	Pensão de invalidez _____ €
I.3.10.13	Outras pensões do sistema de segurança social público _____ €
I.3.10.14	Pensões de regimes privados de segurança social _____ €
I.3.10.15	Pensões do estrangeiro _____ €
I.3.10.OTP	Outras Transferências Periódicas - OBTVE NO ANO ANTERIOR? <i>(abono de família, benefícios a terceiros, benefícios de outros agregados, do estrangeiro ou outros)</i>
I.3.10.16	Abono de família _____ €
I.3.10.17	Benefícios relacionados com o alojamento _____ €
I.3.10.18	Transferências periódicas de outros agregados (pensão de alimentos, apoio dos filhos, pais, etc.) _____ €
I.3.10.19	Transferências periódicas do estrangeiro _____ €
I.3.10.20	Outras transferências periódicas _____ €
I.3.10.TNP	Transferências não Periódicas - OBTVE NO ANO ANTERIOR? <i>(benefícios à família, outros benefícios por desemprego, doença, invalidez, educação, formação, rendimento social de inserção/mínimo garantido, transferências não regulares de outros agregados, do estrangeiro ou outras)</i>
I.3.10.21	Benefícios relacionados com a família (subsídio de casamento, subsídio de criação, subsídio de adopção, etc.) _____ €
I.3.10.22	Benefícios relacionados com desemprego (indenizações por despedimento, subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego, compensação salarial, etc.) _____ €
I.3.10.23	Benefícios relacionados com doença ou invalidez (subsídio de doença, subsídio de tuberculose, subsídio de acompanhante ou assistência a 3ª pessoa, etc.) _____ €
I.3.10.24	Benefícios relacionados com educação (subsídio de educação especial, bolsas de estudo, etc.) _____ €
I.3.10.25	Benefícios relacionados com a formação (subsídio de reconversão profissional, subsídio de formação profissional a jovens, subsídio de formação do FSE, etc.) _____ €
I.3.10.26	Rendimento Social de Inserção (Rendimento mínimo garantido) _____ €
I.3.10.27	Transferências não periódicas de outros agregados (montante dado ocasionalmente por filhos/pais, etc.) _____ €
I.3.10.28	Outras transferências não periódicas do estrangeiro _____ €
I.3.10.29	Outras transferências não periódicas _____ €



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

INQUÉRITO ÀS DESPESAS DAS FAMÍLIAS

- 2005 / 2006 -

MÓDULO II

DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO

[AUTO-PREENCHIMENTO DURANTE 1 QUINZENA]

ENQUADRAMENTO DO INQUÉRITO ÀS DESPESAS DAS FAMÍLIAS (IDEF)

O Instituto Nacional de Estatística (INE) realiza inquéritos aos orçamentos familiares desde 1967, com o objectivo de avaliar as condições de vida dos indivíduos residentes em Portugal, bem como conhecer como são aplicados os seus rendimentos em despesas de consumo.

O actual quadro legal (comunitário) estabelece a necessidade de se realizarem estudos periódicos sobre esta realidade, pelo que o INE vem solicitar e agradecer a vossa colaboração enquanto família seleccionada para responder ao inquérito no contexto de um processo de amostragem aleatória.

Salienta-se o seguinte :

Todos os dados individuais recolhidos no âmbito deste inquérito são confidenciais, estando protegidos por segredo estatístico (art.º 5 da Lei nº6/89 de 15 de Abril), e destinando-se apenas à obtenção de resultados globais sobre o consumo dos agregados.

O INE assegura a destruição dos questionários preenchidos, após a obtenção e divulgação de resultados.

O Entrevistador do INE, devidamente credenciado, que periodicamente o visitará, prestará todos os esclarecimentos que necessitar e ajudará a resolver as dúvidas que lhe surjam.

Entrevista	Data de início da quinzena <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/> 2 0 0		
Entrevistador	Nome <input type="text"/>	Código <input type="text"/>	
Identificação	Área <input type="text"/>	Alojamento <input type="text"/>	Agregado <input type="text"/>
	Nome <input type="text"/>		
	Morada (rua, av, pc, apartado, etc) <input type="text"/>		
	<input type="text"/> Nº ou lote <input type="text"/> Andar, sala, etc <input type="text"/> Lado <input type="text"/>		
	Localidade <input type="text"/>		
	Código postal <input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/>		
Telefone(s) para contacto <input type="text"/> ou <input type="text"/>			

MÓDULO II
DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE

(COMPRAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTO)

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO GERAIS

Deverão ser preenchidas as despesas correntes do agregado, anotando-se todos os bens e serviços consumidos, qualquer que seja o seu valor. Se algum indivíduo não quiser preencher o diário individual, poderão ser aqui incluídos os seus registos (por exemplo, dos indivíduos entre 10 e 14 anos).

Utilizar uma linha para cada bem ou serviço consumido, podendo ser agrupados apenas no caso dos bens em questão serem absolutamente iguais (como por exemplo, 8 iogurtes ou 4 embalagens de lenços de papel).

As anotações neste diário devem ser efectuadas o mais breve possível após cada consumo de um bem ou serviço, de modo a que não sejam esquecidas quaisquer situações, tornando-se assim muito mais fácil obter um preenchimento organizado e exaustivo.

Se, num determinado dia, forem efectuadas compras em grande quantidade em hipermercado ou supermercado, havendo talão de caixa onde esteja bem claro a descrição dos produtos, quantidades e preços, poderá a anotação no diário ser substituída pelo próprio talão, colado ou agramado ao diário. Cada talão deverá ser cuidadosamente lido, de modo a confirmar-se que toda a informação necessária nele esteja contida e bem clara. Sempre que determinado produto não esteja perceptível (descrição, quantidade ou valor), deverá-se escrever no ticket tudo o que possa completar a sua correcta identificação. A data terá de ser bem legível.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DETALHADAS

Modalidade de consumo (colunas 2, 3, 4 e 5)	Uma das quatro colunas (2, 3, 4 e 5) necessitam de ser preenchidas com X, consoante se trate de:
Compra (coluna 2)	Aplica-se a aquisições de bens e serviços em contrapartida de um pagamento (no momento ou posteriormente).
Recebimento gratuito (coluna 3)	Aplica-se aos bens e serviços recebidos sem contrapartida de pagamento (prezinhos, por ex.), e que não sejam um complemento ao salário. É importante não esquecer eventuais relações recebidas vindas de fora do agregado, quer sejam de família (a viver em outros agregados), de amigos, vizinhos ou instituições de solidariedade.
Auto-consumo (coluna 4)	Refere-se a consumo de bens alimentares de produção própria do agregado (galinhas da própria criação, couves do quintal, coelhos caçados ou peixes pescados, por exemplo).
Auto-abastecimento (coluna 5)	Abrange os bens e serviços provenientes de estabelecimentos explorados por algum membro do agregado e que não sejam pagos (por exemplo, vestuário retirado de loja do agregado, ...).
Compra no estrangeiro? (coluna 6)	Esta coluna só deverá ser preenchida se a despesa ocorrer fora de Portugal. Neste caso, preenche-se com X.
Descrição do produto ou serviço (coluna 7)	Deve ser apresentada uma descrição muito clara, seja qual for a modalidade de consumo, por forma a permitir uma correcta codificação. Resuma-se que só se podem agrupar numa mesma linha produtos absolutamente equivalentes.
Quantidade (coluna 8)	A quantidade deverá ser expressa com a indicação da unidade de medida, sempre que possível de acordo com o explicitado no COICOP, como por exemplo, 1 kg, 2 litros, 3 metros, 1 dúzia, 1 pack com 8 unidades, 2 embalagens de 125 ml cada, 1 unidade, No caso dos serviços, a quantidade também deverá ser preenchida, ainda que, na grande maioria das situações, seja "1". Se, por exemplo, em determinado dia, 2 crianças do agregado forem ao pediatra, o valor indicado deverá ser a soma das duas consultas médicas, com a indicação de "2" na quantidade.
Valor (coluna 9)	O valor deverá ser expresso em Euros, utilizando as duas casas decimais para os cêntimos, e deve referir-se à totalidade da quantidade dos bens ou serviços indicados em cada linha. Mesmo que o pagamento não seja efectuado na ocasião, deve ser sempre preenchido o valor total respectivo.
	Em caso de auto-consumo, o valor a preencher será aquele que se pagaria no estabelecimento mais próximo a que recorria.
	Em caso de auto-abastecimento, o valor a preencher será o praticado em caso de venda ou prestação de serviço a um cliente.
	Em caso de recebimentos gratuitos, o valor a preencher será aquele que se pagaria no estabelecimento mais próximo a que recorria.
Tipo de estabelecimento ou de profissional independente (coluna 10)	Se for um estabelecimento especializado em determinado ramo, deverá ser descrito desse modo, anotando-se, por exemplo, padaria, talho, peixaria, pastelaria, restaurante, café, farmácia, lancharia, papelaria, pronto-a-vestir, sapataria, ..., consultório médico, banco, ginásio, cinema (ver tabela anexa).
	Se for um estabelecimento não especializado, deverá ser indicado de acordo com a definição que o próprio estabelecimento atribui a ele mesmo, como por exemplo, mercearia, minimercado, super-mercado, hiper-mercado, mercearia, quiosque de rua, banca em feira, vendedor ambulante (ver tabela anexa).
	Se o bem ou serviço for comprado a um profissional independente, deve ser indicada a sua função, como, por exemplo, médico, baby-sitter, electricista, empregada de limpeza, massagista, jardineiro, enfermeiro, profissional de passagem a ferro, advogado,
	No diário geral de consumo do agregado o tipo de estabelecimento não se preenche em caso de recebimentos gratuitos nem de auto-consumo.
	No diário relativo a saúde preenche-se sempre o estabelecimento.
Se for alimentação (colunas 11 e 12)	Caso o bem adquirido ou recebido seja para alimentação, desde que o seu consumo não ocorra em estabelecimento de restauração, deverá ser assinalado com X o modo de conservação, escolhendo-se uma das 3 opções: natural/fresco ou refrigerado, congelado ou em conserva.

MÓDULO II
DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - SAÚDE
(COMPRAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS E AUTO-ABASTECIMENTO)

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO GERAIS

Aplicam-se genericamente as mesmas regras descritas para o quadro anterior.

Neste diário deverão ser registados os consumos do agregado em saúde (consumos de natureza frequente, como os medicamentos), anotando-se todos os bens e serviços consumidos, qualquer que seja o seu valor. Se algum indivíduo não quiser preencher o diário individual de saúde, poderão ser aqui incluídos os seus registos (por exemplo, dos indivíduos entre 10 e 14 anos).

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DETALHADAS

Bens ou serviços de saúde obtidos gratuitamente (coluna 3):

É aplicável, por exemplo, a indivíduos isentos de taxa moderadora e ainda a beneficiários de medicina no trabalho.

Valor pago (coluna 8):

Deverá ser registado o valor que efectivamente foi pago pelo indivíduo/agregado.

Se previsivelmente ainda irá ocorrer um reembolso, não se deverá fazer esse abatimento, dado que ainda não se conhece com precisão o valor exacto a receber.

Os bens ou serviços de saúde obtidos gratuitamente, ao contrário de todos os restantes, serão registados a preço zero.

Comparticipação ou preço reduzido? (colunas 10 a 12):

A opção "Não" destina-se aos bens ou serviços que não tiveram nem vão ter qualquer participação do Estado ou outra entidade.

A opção "Sim - já ocorreu" destina-se a bens ou serviços que tiveram logo à partida participação do Estado ou de outra entidade (aplica-se aos medicamentos comparticipados e a todos os serviços médicos prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), incluindo situações de isenção de taxa moderadora).

A opção "Sim - vai ocorrer mais tarde" destina-se a bens ou serviços que, independentemente de já terem tido ou não, à partida, participação do Estado ou de outra entidade, vão ser previsivelmente alvo de reembolso futuro, no todo ou em parte.

Sistema(s) de participação (colunas 13 e 14):

A indicação do(s) sistema(s) deve ser feita tanto para participações que já ocorreram como para situações futuras.

Poderá haver um ou mais sistemas de participação.

Quando há mais do que um sistema de participação, a situação mais frequente é a combinação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com outro sistema. Deste modo, assinala-se X na coluna do SNS e escolhe-se o sistema adicional na tabela anexa.

Havendo 2 ou mais sistemas simultâneos excepto o SNS, deverá ser escolhido o que proporcionar a maior contribuição em valor.

Deverá haver o cuidado de distinguir serviços sociais de seguros. No caso de um instituto público com seguro de saúde, a opção correcta será a 10.

Total de linhas com preenchimento o mesmo que o anterior

ANEXO 1. LOS SISTEMAS DE COMPTONIFICACION			
Elaboración: Juan José Rodríguez			
1. AGTID (Asociación de la Granja en Gestión Integral)	2. Servicio Social de Minibiotas	3. Sero (Servicio de diagnóstico por medio de Sero) (STP, RCP, CSD, ...)	4. Sero (Servicio de diagnóstico por medio de Sero) (STP, RCP, CSD, ...)
5. Sero (Servicio de diagnóstico por medio de Sero) (STP, RCP, CSD, ...)	6. Sero (Servicio de diagnóstico por medio de Sero) (STP, RCP, CSD, ...)	7. Sero (Servicio de diagnóstico por medio de Sero) (STP, RCP, CSD, ...)	8. Sero (Servicio de diagnóstico por medio de Sero) (STP, RCP, CSD, ...)
9. Sero (Servicio de diagnóstico por medio de Sero) (STP, RCP, CSD, ...)	10. Sero (Servicio de diagnóstico por medio de Sero) (STP, RCP, CSD, ...)	11. Sero (Servicio de diagnóstico por medio de Sero) (STP, RCP, CSD, ...)	12. Sero (Servicio de diagnóstico por medio de Sero) (STP, RCP, CSD, ...)

2.1 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE (COMPRIAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTO)										1ª Semana		Segunda-feira		dia/mês _____ / _____	
Houve registros neste dia?										Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>					
Nº	Modalidade de consumo do bem ou serviço				Compra no estabelecimento? (se não, registrar R)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (valor)	Tipo de estabelecimento ou de profissional independente (empresa e auto-emprego)	Se for alimentação (exceto restauração)					
	Compras	Doação	Receita	Auto-consumo						Indique o modo de conservação					
										Receita	Compras	Consumo			
valor em R\$												valor em R\$			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
301															
302															
303															
304															
305															
306															
307															
308															
309															
310															
311															
312															
313															
314															
315															
316															
317															
318															
319															
320															
321															
322															
323															
324															
325															

Total de linhas com preenchimento: _____ de páginas por estabelecimento

2.2 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE (COMPRIAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTO)										1ª Semana		Terça-feira		dia/mês _____ / _____	
Houve registros neste dia?										Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>					
Nº	Modalidade de consumo do bem ou serviço				Compra no estabelecimento? (se não, registrar R)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (valor)	Tipo de estabelecimento ou de profissional independente (empresa e auto-emprego)	Se for alimentação (exceto restauração)					
	Compras	Doação	Receita	Auto-consumo						Indique o modo de conservação					
										Receita	Compras	Consumo			
valor em R\$												valor em R\$			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
301															
302															
303															
304															
305															
306															
307															
308															
309															
310															
311															
312															
313															
314															
315															
316															
317															
318															
319															
320															
321															
322															
323															
324															
325															

Total de linhas com preenchimento: _____ de páginas por estabelecimento

2.3 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE										1ª Semana		Quarta-feira		dia/mês / ano	
COMPRAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTO										Houve registros neste dia?		Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
Nº	Modalidade de consumo do bem ou serviço				Compra ou recebimento gratuito? (se sim, indicar nº)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (reais)	Tipo de estabelecimento ou do profissional independente (compre e auto-estabelecimento)	Se for abastecimento (preço de instalação)					
	Compre	Recebeu gratuito	Auto-consumo	Auto-abastecimento						Recebeu	Recebeu em quantidade	Compre			
consumo em R\$										consumo em R\$		consumo em R\$		consumo em R\$	
001															
002															
003															
004															
005															
006															
007															
008															
009															
010															
011															
012															
013															
014															
015															
016															
017															
018															
019															
020															
021															
022															
023															
024															
025															

Total de folhas com preenchimento: de páginas (pelo entrevistado)

2.4 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE										1ª Semana		Quinta-feira		dia/mês / ano	
COMPRAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTO										Houve registros neste dia?		Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
Nº	Modalidade de consumo do bem ou serviço				Compra ou recebimento gratuito? (se sim, indicar nº)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (reais)	Tipo de estabelecimento ou do profissional independente (compre e auto-estabelecimento)	Se for abastecimento (preço de instalação)					
	Compre	Recebeu gratuito	Auto-consumo	Auto-abastecimento						Recebeu	Recebeu em quantidade	Compre			
consumo em R\$										consumo em R\$		consumo em R\$		consumo em R\$	
001															
002															
003															
004															
005															
006															
007															
008															
009															
010															
011															
012															
013															
014															
015															
016															
017															
018															
019															
020															
021															
022															
023															
024															
025															

Total de folhas com preenchimento: de páginas (pelo entrevistado)

2.5 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE (COMPRAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTOS)										1ª Semana		Sexta-feira		diária	
Houve registros neste dia?										Sim <input type="checkbox"/>		Não <input type="checkbox"/>			
Nº	Modalidade de consumo de bens ou serviços				Compra no estabelecimento? (se não, justificar)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (R\$)	Tipo de estabelecimento ou do profissional independente (compre e auto-abastecimento)	Se for alimentação (compre e auto-abastecimento)					
	Compre	Recebeu grátis	Auto-consumo	Auto-abastecimento						Indique o modo de aquisição					
										Recebeu grátis	Compre	Consumo			
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 </div>															
001															
002															
003															
004															
005															
006															
007															
008															
009															
010															
011															
012															
013															
014															
015															
016															
017															
018															
019															
020															
021															
022															
023															
024															
025															

Total de linhas com preenchimento:

2.6 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE (COMPRAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTOS)										1ª Semana		Sábado		diária	
Houve registros neste dia?										Sim <input type="checkbox"/>		Não <input type="checkbox"/>			
Nº	Modalidade de consumo de bens ou serviços				Compra no estabelecimento? (se não, justificar)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (R\$)	Tipo de estabelecimento ou do profissional independente (compre e auto-abastecimento)	Se for alimentação (compre e auto-abastecimento)					
	Compre	Recebeu grátis	Auto-consumo	Auto-abastecimento						Indique o modo de aquisição					
										Recebeu grátis	Compre	Consumo			
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 </div>															
001															
002															
003															
004															
005															
006															
007															
008															
009															
010															
011															
012															
013															
014															
015															
016															
017															
018															
019															
020															
021															
022															
023															
024															
025															

Total de linhas com preenchimento:

2.9 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE										2ª Semana		Terça-feira		dia/mês/ano ____/____/____	
EMPRESAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTOS										Houve registros neste dia?		Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
Nº	Modalidade de consumo do bem ou serviço				Compra no estabelecimento? (Se não, indicar N)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (R\$)	Tipo de estabelecimento ou do profissional independentemente (compre e auto-abastecimento)	Se for alimentação (preço e natureza)					
	Compre	Quanto recebido gratuito	Auto-consumo	Auto-abastecimento						Receita, preço e natureza	Compre	Consumo			
anexo nº 3															
001															
002															
003															
004															
005															
006															
007															
008															
009															
010															
011															
012															
013															
014															
015															
016															
017															
018															
019															
020															
021															
022															
023															
024															
025															

Total de linhas com preenchimento:

(se possível, por estabelecimento)

2.10 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE										2ª Semana		Quarta-feira		dia/mês/ano ____/____/____	
EMPRESAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTOS										Houve registros neste dia?		Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
Nº	Modalidade de consumo do bem ou serviço				Compra no estabelecimento? (Se não, indicar N)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (R\$)	Tipo de estabelecimento ou do profissional independentemente (compre e auto-abastecimento)	Se for alimentação (preço e natureza)					
	Compre	Quanto recebido gratuito	Auto-consumo	Auto-abastecimento						Receita, preço e natureza	Compre	Consumo			
anexo nº 3															
001															
002															
003															
004															
005															
006															
007															
008															
009															
010															
011															
012															
013															
014															
015															
016															
017															
018															
019															
020															
021															
022															
023															
024															
025															

Total de linhas com preenchimento:

2.11 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE (COMPRAS, RECEBIMENTOS QUATUTOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTO)										2ª Semana		Quinta-feira		dia/mês/ano	
Houve registros neste dia?										Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>					
Nº	Modalidade de consumo de bens ou serviço				Compra no exterior (país)? (se sim, indicar o)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (reais)	Tipo de estabelecimento ou de profissional independente (compras e auto-estabelecimento)	Se for estrangeiro (país de origem)					
	Compras	Transferência gratuita	Auto-consumo	Auto-abastecimento						Indique o modo de conservação					
										Receita	Receita em espécie	Comprovado			
Indique o modo de conservação										Receita					
										Receita em espécie					
										Comprovado					
001															
002															
003															
004															
005															
006															
007															
008															
009															
010															
011															
012															
013															
014															
015															
016															
017															
018															
019															
020															
021															
022															
023															
024															
025															

Total de linhas com preenchimento: (se preencher pelo sistema)

2.12 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE (COMPRAS, RECEBIMENTOS QUATUTOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTO)										2ª Semana		Sexta-feira		dia/mês/ano	
Houve registros neste dia?										Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>					
Nº	Modalidade de consumo de bens ou serviço				Compra no exterior (país)? (se sim, indicar o)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (reais)	Tipo de estabelecimento ou de profissional independente (compras e auto-estabelecimento)	Se for estrangeiro (país de origem)					
	Compras	Transferência gratuita	Auto-consumo	Auto-abastecimento						Indique o modo de conservação					
										Receita	Receita em espécie	Comprovado			
Indique o modo de conservação										Receita					
										Receita em espécie					
										Comprovado					
001															
002															
003															
004															
005															
006															
007															
008															
009															
010															
011															
012															
013															
014															
015															
016															
017															
018															
019															
020															
021															
022															
023															
024															
025															

Total de linhas com preenchimento: (se preencher pelo sistema)

2.13 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE (EMPÍAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTO)										2ª Semana		Sábado	dia/mês /	
Houve registros neste dia?										Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>					
Nº	Modalidade de consumo de bens ou serviço				Compra no estabelecimento? (se não, indicar E)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (R\$)	Tipo de estabelecimento ou do profissional independente (compre e auto-estabelecimento)	Se for alimentação (preço unitário)					
	Compre	Transferência gratuita	Auto-consumo	Auto-abastecimento						Receita	Preço unitário	Compre			
Selecione a opção										Selecione a opção		Selecione a opção			
001															
002															
003															
004															
005															
006															
007															
008															
009															
010															
011															
012															
013															
014															
015															
016															
017															
018															
019															
020															
021															
022															
023															
024															
025															

Total de linhas com preenchimento: (se possível, por estabelecimento)

2.14 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - EXCEPTO SAÚDE (EMPÍAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS, AUTO-CONSUMO E AUTO-ABASTECIMENTO)										2ª Semana		Domingo	dia/mês /	
Houve registros neste dia?										Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>					
Nº	Modalidade de consumo de bens ou serviço				Compra no estabelecimento? (se não, indicar E)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (R\$)	Tipo de estabelecimento ou do profissional independente (compre e auto-estabelecimento)	Se for alimentação (preço unitário)					
	Compre	Transferência gratuita	Auto-consumo	Auto-abastecimento						Receita	Preço unitário	Compre			
Selecione a opção										Selecione a opção		Selecione a opção			
001															
002															
003															
004															
005															
006															
007															
008															
009															
010															
011															
012															
013															
014															
015															
016															
017															
018															
019															
020															
021															
022															
023															
024															
025															

Total de linhas com preenchimento: (se possível, por estabelecimento)

2.16 - DIÁRIO DE CONSUMO DO AGREGADO - SAÚDE

COMPRAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS E AUTO-ADJUSTAMENTO

2ª Semana de ____/____ a ____/____

Hoje registos nesta semana?

Sim

Não

Nº	Modalidade de consumo do bem ou serviço			Comprova o mesmo preço? (Se não, justificar X)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor pago (por unidade)	Tipo de estabelecimento ou do profissional independente (Indicar o tipo de consumo)	Participação no preço reduzido?				
	Consumo	Transferido para outro estabelecimento	Auto-adaptado						Não	Sim		Distinção de participação	
										Atividade	Outro estabelecimento	Atividade	Outro estabelecimento
001													
002													
003													
004													
005													
006													
007													
008													
009													
010													
011													
012													
013													
014													
015													
016													
017													
018													
019													
020													

Total de linhas com preenchimento

TABELA DE SISTEMAS DE PARTICIPAÇÃO

1. Sim (Assimilação de Serviço em Serviço de Saúde)

2. Simples Transferência de Serviço

3. Simples Transferência de Serviço

4. Simples Transferência de Serviço

5. Simples Transferência de Serviço

6. Simples Transferência de Serviço

7. Simples Transferência de Serviço

8. Simples Transferência de Serviço

9. Simples Transferência de Serviço

10. Simples Transferência de Serviço

11. Simples Transferência de Serviço

12. Simples Transferência de Serviço

13. Simples Transferência de Serviço

14. Simples Transferência de Serviço

15. Simples Transferência de Serviço

16. Simples Transferência de Serviço

17. Simples Transferência de Serviço

18. Simples Transferência de Serviço

19. Simples Transferência de Serviço

20. Simples Transferência de Serviço

INQUÉRITO ÀS DESPESAS DAS FAMÍLIAS

- 2005 / 2006 -

MÓDULO III

DIÁRIO DE CONSUMO DO INDIVÍDUO

[AUTO-PREENCHIMENTO DURANTE 1 QUINZENA]

ENQUADRAMENTO DO INQUÉRITO ÀS DESPESAS DAS FAMÍLIAS (IDEF)

O Instituto Nacional de Estatística (INE) realiza inquéritos aos orçamentos familiares desde 1967, com o objectivo de avaliar as condições de vida dos indivíduos residentes em Portugal, bem como conhecer como são aplicados os seus rendimentos em despesas de consumo.

O actual quadro legal (comunitário) estabelece a necessidade de se realizarem estudos periódicos sobre esta realidade, pelo que o INE vem solicitar e agradecer a vossa colaboração enquanto família seleccionada para responder ao inquérito no contexto de um processo de amostragem aleatória.

Salienta-se o seguinte :

Todos os dados individuais recolhidos no âmbito deste inquérito são confidenciais, estando protegidos por segredo estatístico (art.º 5 da Lei nº6/89 de 15 de Abril), e destinando-se apenas à obtenção de resultados globais sobre o consumo dos agregados.

O INE assegura a destruição dos questionários preenchidos, após a obtenção e divulgação de resultados.

O Entrevistador do INE, devidamente credenciado, que periodicamente o visitará, prestará todos os esclarecimentos que necessitar e ajudará a resolver as dúvidas que lhe surjam.

Entrevista	Data de início da quinzena <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/> 2 0 0					
Entrevistador	Nome <input type="text"/> Código <input type="text"/>					
Identificação	Área	<input type="text"/>	Alojamento	<input type="text"/>	Agregado	<input type="text"/>
	Nome <input type="text"/>					
	Morada (rua, av, pc, apartado, etc) <input type="text"/>					
	<input type="text"/> Nº ou lote <input type="text"/> Andar, sala, etc <input type="text"/> Lado <input type="text"/>					
	Localidade <input type="text"/>					
	Código postal <input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/>					
Telefone(s) para contacto <input type="text"/> ou <input type="text"/>						

MÓDULO III

DIÁRIO DE CONSUMO DO INDIVÍDUO - EXCEPTO SAÚDE (COMPRAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS E AUTO-ABASTECIMENTO)

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO GERAIS

O presente diário de consumo aplica-se a aquisições de bens e serviços em contrapartida de um pagamento (no momento ou posteriormente), a recebimentos gratuitos de bens ou serviços (prendas, refeições, ...) bem como a bens retirados de estabelecimento explorado por algum membro do agregado, desde que não haja pagamento. Estão, portanto, excluídos consumos resultantes de bens provenientes de produção própria, que devem ser anotados no diário do agregado.

Se algum indivíduo, independentemente da idade, não quiser preencher o diário individual, então os seus registos deverão ser efectuados no diário do agregado. Os indivíduos entre 10 e 14 anos poderão também preencher o diário individual mediante autorização dos titulares do poder paternal. Todas as despesas de natureza individual não inscritas em diários individuais terão de estar inscritas no diário do agregado (nomeadamente das crianças com menos de 10 anos).

Todos os bens e serviços consumidos devem ser anotados, qualquer que seja o seu valor.

Deve-se utilizar uma linha para cada bem ou serviço consumido, podendo ser agrupados apenas no caso dos bens em questão serem absolutamente iguais (como, por exemplo, 2 maços de tabaco ou 3 bilhetes de cinema).

As anotações neste diário devem ser efectuadas o mais breve possível após cada consumo de um bem ou serviço, de modo a que não sejam esquecidas quaisquer situações, tornando-se assim muito mais fácil obter um preenchimento organizado e exaustivo.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DETALHADAS

Modalidade de consumo (colunas 2, 3 ou 4)	Uma das três colunas (2, 3 ou 4) necessita de ser preenchida com X, consoante se trate de:
Compra (coluna 2)	Aplica-se a aquisições de bens e serviços em contrapartida de um pagamento (no momento ou posteriormente).
Recebimento gratuito (coluna 3)	Aplica-se aos bens e serviços recebidos sem contrapartida de pagamento (prendas, por ex.), e que não sejam um complemento ao salário. É importante não esquecer eventuais refeições recebidas vindas de fora do agregado, quer sejam de família (a viver em outros agregados), de amigos, vizinhos ou instituições de solidariedade.
Auto-abastecimento (coluna 4)	Abrange os bens e serviços provenientes de estabelecimentos explorados por algum membro do agregado e que não sejam pagos (por exemplo, tabaco retirado de loja do agregado, encadernação de livro em tipografia do agregado, ...).
Compra no estrangeiro? (coluna 5)	Esta coluna só deverá ser preenchida se a despesa ocorrer fora de Portugal. Neste caso, preenche-se com X.
Descrição do produto ou serviço (coluna 6)	Deverá ser apresentada uma descrição muito clara, seja qual for a modalidade de consumo, por forma a permitir uma correcta codificação. Reafirma-se que só se podem agrupar numa mesma linha produtos absolutamente equivalentes.
Quantidade (coluna 7)	A quantidade deverá ser expressa com a indicação da unidade de medida, sempre que possível de acordo com o exposto na COICOP, como por exemplo, 1 kg, 2 litros, 3 metros, 1 dia, 1 pack com 8 unidades, 2 embalagens de 125 ml cada, 1 unidade, No caso dos serviços, a quantidade também deverá ser preenchida, ainda que, na grande maioria das situações, seja "1".
Valor (coluna 8)	O valor deverá ser expresso em Euros, utilizando as duas casas decimais para os cêntimos, e deve referir-se à totalidade da quantidade dos bens ou serviços indicados em cada linha. Mesmo que o pagamento não seja efectuado na ocasião, deve ser sempre preenchido o valor total respectivo. Em caso de auto-abastecimento, o valor a preencher será o praticado em caso de venda ou prestação de serviço a um cliente. Em caso de recebimentos gratuitos, o valor a preencher será aquele que se pagaria no estabelecimento mais próximo a que recorre.
Tipo de estabelecimento ou de profissional independente (coluna 9)	Se for um estabelecimento especializado em determinado ramo, deverá ser descrito desse modo, anotando-se, por exemplo, padaria, talho, peixaria, pastelaria, restaurante, café, farmácia, labacaria, papelaria, pronto-vestir, sapataria, ..., consultório médico, banco, ginásio, cinema, modista (ver tabela anexa). Se for um estabelecimento não especializado, deverá ser indicado de acordo com a definição que o próprio estabelecimento atribui a ele mesmo, como por exemplo, mercearia, minimercado, super-mercado, hiper-mercado, praça, quiosque de rua, banco em feira, vendedor ambulante (ver tabela anexa). Se o bem ou serviço for comprado a um profissional independente, deve ser indicada a sua função, como, por exemplo, médico, baby-sitter, electricista, empregada de limpeza, massagista, jardineiro, enfermeiro, profissional de passagem a ferro, advogado, O tipo de estabelecimento não se preenche em caso de recebimentos gratuitos.
Se for alimentação (10 e 12)	Caso o bem adquirido seja para alimentação, desde que o seu consumo não ocorra em estabelecimento de restauração, deverá ser assinalado com X o modo de conservação, escolhendo-se uma das 3 opções: natural/fresco ou frigorificado, congelado ou em conserva.

MÓDULO III
DIÁRIO DE CONSUMO DO INDIVÍDUO - SAÚDE
(COMPRAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS E AUTO-ABASTECIMENTO)

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO GERAIS

Aplicam-se genericamente as mesmas regras descritas para o quadro anterior.

Neste diário deverão ser registados os consumos do indivíduo com saúde (por exemplo, medicamentos, consultas médicas, serviços de enfermagem, etc.).

Se algum indivíduo, independentemente da idade, não quiser preencher o diário individual de saúde, então os seus registos deverão ser efectuados no diário de saúde do agregado. Os indivíduos entre 10 e 14 anos poderão também preencher o diário individual de saúde mediante autorização dos titulares do poder paternal. Todas as despesas de saúde de natureza individual não inscritas em diários individuais de saúde terão de estar inscritas no diário de saúde do agregado (nomeadamente das crianças com menos de 10 anos).

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DETALHADAS

Bens ou serviços de saúde obtidos gratuitamente (coluna 3):

É aplicável, por exemplo, a indivíduos isentos de taxa moderadora e ainda a beneficiários de medicina no trabalho.

Valor pago (coluna 8):

Deverá ser registado o valor que efectivamente foi pago pelo indivíduo/agregado.

Se previsivelmente ainda irá ocorrer um reembolso, não se deverá fazer esse abatimento, dado que ainda não se conhece com precisão o valor exacto a receber.

Os bens ou serviços de saúde obtidos gratuitamente, ao contrário de todos os restantes, serão registados a preço zero.

Comparticipação ou preço reduzido? (colunas 10 a 12):

A opção "Não" destina-se aos bens ou serviços que não tiveram nem vão ter qualquer participação do Estado ou outra entidade.

A opção "Sim - já ocorreu" destina-se a bens ou serviços que tiveram logo à partida participação do Estado ou de outra entidade (aplica-se aos medicamentos comparticipados e a todos os serviços médicos prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), incluindo situações de isenção de taxa moderadora).

A opção "Sim - vai ocorrer mais tarde" destina-se a bens ou serviços que, independentemente de já terem sido ou não, à partida, participação do Estado ou de outra entidade, vão ser previsivelmente alvo de reembolso futuro, no todo ou em parte.

Sistema(s) de participação (colunas 13 e 14):

A indicação do(s) sistema(s) deve ser feita tanto para participações que já ocorreram como para situações futuras.

Poderá haver um ou mais sistemas de participação.

Quando há mais do que um sistema de participação, a situação mais frequente é a combinação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com outro sistema. Deste modo, assinala-se X na coluna do SNS e escolhe-se o sistema adicional na tabela anexa.

Havendo 2 ou mais sistemas simultâneos excepto o SNS, deverá ser escolhido o que proporcionar a maior contribuição em valor.

Deverá haver o cuidado de distinguir serviços sociais de seguros. No caso de um instituto público com seguro de saúde, a opção correcta será a 10.

3.1. - DIÁRIO DE CONSUMO DO INDIVÍDUO - EXCEPTO SAÚDE										1ª Semana de 22 / 01 a 28 / 01									
EXEMPLOS																			
nº	Modalidade de consumo do bem ou serviço			Descrição de produto ou serviço	Quantidade	Valor (Euros)	Tipo de estabelecimento ou profissional independente (todas as tipos de contacto)	Se for subscrito (por tipo de subscrição)											
	Consumo em casa	Consumo em estabelecimento	Consumo em estabelecimento					Se for subscrito (por tipo de subscrição)	Se for subscrito (por tipo de subscrição)	Se for subscrito (por tipo de subscrição)									
001	X			Colante de náilon e furo para costura	1	1,20	estabelecimento												
002	X			Solidação de unha em acetato	1	2,50	estabelecimento												
003	X			Televisão - analógica	1	1.200,00	TEN												
004	X			Televisão - digitalizada fixa	1	1.200,00	TEN												
005	X	X		Refilhos completos em restaurante	1	7,50	estabelecimento												
006	X			Taxi	1	10,00	estabelecimento												
007	X			Café	1	0,50	estabelecimento												
008	X			Papel de seda	1	0,50	estabelecimento												
009	X			Remoção de unha e fotografar	1	2,50	estabelecimento												
010	X			Tabuleiro de madeira	6,200 kg	2,50	estabelecimento												
011	X			Concreto de madeira ao ar	1	4,00	estabelecimento												
012	X			Clavados	20 l	2,50	estabelecimento												
013	X			Refilhos digitais	1	0,50	estabelecimento												
014	X			Carvão	1	1,00	estabelecimento												
015	X			Concreto de madeira	1	3,00	estabelecimento												
016	X			Estudo em madeira	1	2,50	estabelecimento												
017	X			Chapão	200.000 ml	2,50	estabelecimento												
018	X			Arquivo de madeira em madeira	1	2,50	estabelecimento												
019	X			Planta natural decorativa de interior	1	1,00	estabelecimento												
020																			
021																			
022																			
023																			
024																			
025																			
Total de linhas com preenchimento										10	10								

3.3. - DIÁRIO DE CONSUMO DO INDIVÍDUO - SAÚDE										1ª Semana de 22 / 01 a 28 / 01									
EXEMPLOS																			
nº	Modalidade de consumo do bem ou serviço			Descrição de produto ou serviço	Quantidade	Valor pago (Euros)	Tipo de estabelecimento ou profissional independente (todas as tipos de contacto)	Comparticipação ou preço reduzido?											
	Consumo em casa	Consumo em estabelecimento	Consumo em estabelecimento					Se for subscrito (por tipo de subscrição)	Se for subscrito (por tipo de subscrição)	Se for subscrito (por tipo de subscrição)	Se for subscrito (por tipo de subscrição)								
001	X			Praxia digital	1 valor	1,20	estabelecimento												
002	X			Ultrassom	1 valor	1,20	estabelecimento												
003	X			Agua oxigenada	1	0,50	estabelecimento												
004	X			Pneumático	1 valor	1,20	estabelecimento												
005	X			Electrocardiograma	1	0,50	estabelecimento												
006	X			Consulta de dentista em consultório particular	1	6,00	estabelecimento												
007	X			Clonoxyl	1 valor	6,00	estabelecimento												
008	X			Consulta de cardiologia	1	2,50	estabelecimento												
009	X			Consulta com médico particular - clínica geral	1	1,50	estabelecimento												
010																			
011																			
012																			
013																			
014																			
015																			
016																			
017																			
018																			
019																			
020																			
Total de linhas com preenchimento										10	10								

LEGENDA DE SÍMBOLOS DE PARTICIPAÇÃO									
1. ACSE (Assistência ao Cliente em Tempo de Emergência)	2. Serviço Social de Emergência	3. Serviço Social de Emergência	4. Serviço Social de Emergência	5. Serviço Social de Emergência	6. Serviço Social de Emergência	7. Serviço Social de Emergência	8. Serviço Social de Emergência	9. Serviço Social de Emergência	10. Serviço Social de Emergência

3.3. - DIÁRIO DE CONSUMO DO INDIVÍDUO - SAÚDE
COMPRIAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS E AUTO-ABASTECIMENTO

1ª Semana de ____/____/____ a ____/____/____

Houve registros nesta semana? Sim ☐ Não ☐

Nº	Modalidade de consumo do bem ou serviço			Compra no estabelecimento para? (se não, indicar no 2)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor pago (R\$)	Tipo de estabelecimento ou profissional independente (indicar no tipo de consumo)	Participação no preço reduzido?				
	Compras	Paralela, privada, pública	Auto-abastecimento						Sim		Não		
									Sim	Sistema de participação	Não	Sistema de participação	
001													
002													
003													
004													
005													
006													
007													
008													
009													
010													
011													
012													
013													
014													
015													
016													
017													
018													
019													
020													

Total de linhas com preenchimento: ____ de ____

TABELA DE SÍMBOLOS DE PARTICIPAÇÃO

1. ACSP (Associação de Comércio em Serviço de Trabalho)	4. Serviço Social de Habitação	7. Bens Sociais de empresas parciais (PT, PT, RDP, GDB, ...)	10. Regime de saúde pago por empregado (Indicador, Mediana, ...)
2. Projeto Social (CAMP, ACSP, ...)	5. Serviço Social (Solidariedade)	8. SISP e SISP Social	11. Mediana de Trabalho
3. Projeto Socializado (PSP, SISP, ...)	6. Serviço Social de saúde organizado de Trabalho (Indicador, Mediana, ...)	9. Regime de saúde pago por empregado (Indicador, Mediana, ...)	12. Outros sistemas de participação

3.4. - DIÁRIO DE CONSUMO DO INDIVÍDUO - SAÚDE
COMPRIAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS E AUTO-ABASTECIMENTO

2ª Semana de ____/____/____ a ____/____/____

Houve registros nesta semana? Sim ☐ Não ☐

Nº	Modalidade de consumo do bem ou serviço			Compra no estabelecimento para? (se não, indicar no 2)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor pago (R\$)	Tipo de estabelecimento ou profissional independente (indicar no tipo de consumo)	Participação no preço reduzido?				
	Compras	Paralela, privada, pública	Auto-abastecimento						Sim		Não		
									Sim	Sistema de participação	Não	Sistema de participação	
001													
002													
003													
004													
005													
006													
007													
008													
009													
010													
011													
012													
013													
014													
015													
016													
017													
018													
019													
020													

Total de linhas com preenchimento: ____ de ____

TABELA DE SÍMBOLOS DE PARTICIPAÇÃO

1. ACSP (Associação de Comércio em Serviço de Trabalho)	4. Serviço Social de Habitação	7. Bens Sociais de empresas parciais (PT, PT, RDP, GDB, ...)	10. Regime de saúde pago por empregado (Indicador, Mediana, ...)
2. Projeto Social (CAMP, ACSP, ...)	5. Serviço Social (Solidariedade)	8. SISP e SISP Social	11. Mediana de Trabalho
3. Projeto Socializado (PSP, SISP, ...)	6. Serviço Social de saúde organizado de Trabalho (Indicador, Mediana, ...)	9. Regime de saúde pago por empregado (Indicador, Mediana, ...)	12. Outros sistemas de participação



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

INQUÉRITO ÀS DESPESAS DAS FAMÍLIAS

- 2005 / 2006 -

MÓDULO IV

OUTROS CONSUMOS

(MENSAIS, TRIMESTRAIS, ANUAIS, INCLUINDO RECEBIMENTOS GRATUITOS E A TÍTULO DE SALÁRIO)

ENQUADRAMENTO DO INQUÉRITO ÀS DESPESAS DAS FAMÍLIAS (IDEF)

O Instituto Nacional de Estatística (INE) realiza inquéritos aos orçamentos familiares desde 1967, com o objectivo de avaliar as condições de vida dos indivíduos residentes em Portugal, bem como conhecer como são aplicados os seus rendimentos em despesas de consumo.

O actual quadro legal (comunitário) estabelece a necessidade de se realizarem estudos periódicos sobre esta realidade, pelo que o INE vem solicitar e agradecer a vossa colaboração enquanto família seleccionada para responder ao inquérito no contexto de um processo de amostragem aleatória.

Salienta-se o seguinte :

Todos os dados individuais recolhidos no âmbito deste inquérito são confidenciais, estando protegidos por segredo estatístico (art.º 5 da Lei nº6/89 de 15 de Abril), e destinando-se apenas à obtenção de resultados globais sobre o consumo dos agregados.

O INE assegura a destruição dos questionários preenchidos, após a obtenção e divulgação de resultados.

O Entrevistador do INE, devidamente credenciado, que periodicamente o visitará, prestará todos os esclarecimentos que necessitar e ajudará a resolver as dúvidas que lhe surjam.

Entrevista	Data de início da quinzena <input type="text"/> / <input type="text"/> / 2 0 0 <input type="text"/>		
Entrevistador	Nome <input type="text"/>	Código <input type="text"/>	
Identificação	Área <input type="text"/>	Alojamento <input type="text"/>	Agregado <input type="text"/>
	Nome <input type="text"/>		
	Morada (rua, av, pc, apartado, etc) <input type="text"/>		
	Nº ou lote <input type="text"/> Andar, sala, etc <input type="text"/> Lado <input type="text"/>		
	Localidade <input type="text"/>		
	Código postal <input type="text"/> - <input type="text"/>		
Telefone(s) para contacto <input type="text"/> ou <input type="text"/>			

MÓDULO IV

OUTROS CONSUMOS - EXCEPTO SAÚDE

(MENSAIS, TRIMESTRAIS, ANUAIS, INCLUINDO RECEBIMENTOS GRATUITOS E A TÍTULO DE SALÁRIO)

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO GERAIS

Utilizar uma linha para cada bem ou serviço consumido, podendo ser agrupados apenas no caso dos bens em questão serem absolutamente iguais (como por exemplo, 2 meses de conta da electricidade ou pagamento de limpeza de 3 tapetes).

Apesar do fornecimento da informação em questão ser por via de entrevista directa, é recomendável estudar previamente as tabelas anexas sobre os bens e serviços segundo as periodicidades mensal, trimestral e anual.

As ofertas entre membros do agregado familiar não deverão ser registadas.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DETALHADAS

Modalidade de consumo (colunas 2, 3, 4 e 5)	Uma das quatro colunas (2, 3, 4 ou 5) necessitará de ser preenchida com X, consoante se trate de:
Compra de bem ou serviço (coluna 2)	Aplica-se a aquisições de bens e serviços em contrapartida de um pagamento (no momento ou posteriormente).
Auto-abastecimento (coluna 3)	Abrange os bens e serviços provenientes de estabelecimentos explorados por algum membro do agregado e que não sejam pagos (por exemplo, vestuário retirado de loja do agregado, roupa lavada em lavandaria própria, ...).
Recebido gratuitamente (coluna 4)	Refere-se a bens e serviços recebidos como oferta, de origem externa ao agregado. São ignoradas as ofertas mútuas dentro do próprio agregado.
Recebido a título de salário ou complemento (coluna 5)	Abrange os bens e serviços que foram recebidos, por algum membro do agregado, como contrapartida de trabalho, seja de natureza regular ou excepcional.
Compra no estrangeiro? (coluna 6)	Esta coluna só deverá ser preenchida se a despesa ocorrer fora de Portugal. Neste caso, preenche-se com X.
Descrição do produto ou serviço (coluna 7)	Deverá ser apresentada uma descrição muito clara, seja qual for a modalidade de consumo, por forma a permitir uma correcta codificação. Realiza-se que só se podem agrupar numa mesma linha produtos absolutamente equivalentes.
Quantidade (coluna 8)	A quantidade deverá ser expressa com a indicação da unidade de medida, sempre que possível de acordo com o explicitado na COICOP, como por exemplo, 1 kg, 2 litros, 3 metros, 1 dúzia, 1 pack com 8 unidades, 2 embalagens de 125 ml cada, 1 unidade, No caso dos serviços, a quantidade também deverá ser preenchida, ainda que, na grande maioria das situações, seja "1".
Valor (coluna 9)	O valor deverá ser expresso em Euros, utilizando as duas casas decimais para os centimos, e deve referir-se à totalidade da quantidade dos bens ou serviços indicados em cada linha. Mesmo que o pagamento não seja efectuado na ocasião, deve ser sempre preenchido o valor total respectivo. Em caso de auto-abastecimento, o valor a preencher será o praticado em caso de venda ou prestação de serviço a um cliente. Em caso de bens ou serviços recebidos gratuitamente ou a título de salário ou complemento, o valor a preencher será aquele que o agregado pagaria se tivesse de os adquirir, no estabelecimento mais próximo a que recorreria.
Tipo de estabelecimento ou de profissional independente (coluna 10)	Se for um estabelecimento especializado em determinado ramo, deverá ser descrito desse modo, anotando-se, por exemplo, padaria, talho, peixaria, pastelaria, restaurante, café, farmácia, tabacaria, papelaria, pronto-a-vestir, sapataria, ..., consultório médico, banco, ginásio, cinema, modista (ver tabela anexa). Se for um estabelecimento não especializado, deverá ser indicado de acordo com a definição que o próprio estabelecimento atribui a ele mesmo, como por exemplo, mercearia, mini-mercado, super-mercado, hiper-mercado, praça, quiosque de rua, banca em feira, vendedor ambulante (ver tabela anexa). Se o bem ou serviço for comprado a um profissional independente, deve ser indicada a sua função, como, por exemplo, médico, babysitter, electricista, empregada de limpeza, massagista, jardineiro, enfermeiro, profissional de passagem a ferro, advogado, O tipo de estabelecimento só se preenche em caso de compra ou de auto-abastecimento, ficando excluídas as situações de recebimentos gratuitos ou a título de salário.
Se for vestuário ou calçado (colunas 11 e 14)	Caso o bem consumido seja um artigo de vestuário ou calçado, deverá ser assinalado com X o utilizador a que se destina, escolhendo-se uma das 4 opções: bebé (menos de 3 anos de idade), criança (3 a 13 anos), homem ou senhora.

MÓDULO IV
OUTROS CONSUMOS (MENSAIS E ANUAIS) - SAÚDE
(COMPRAS, RECEBIMENTOS GRATUITOS E AUTO-ABASTECIMENTO)

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO GERAIS

Aplicam-se genericamente as regras gerais de preenchimento dos diários de consumo - do agregado e do indivíduo.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DETALHADAS

Bens ou serviços de saúde obtidos gratuitamente (coluna 3):

É aplicável, por exemplo, a indivíduos isentos de taxa moderadora e ainda a beneficiários de medicina no trabalho.

Valor pago (coluna 8):

Deverá ser registado o valor que efectivamente foi suportado pelo indivíduo/agregado.

Se, após a compra/pagamento, houve recebimento de reembolso, deve ser registado o valor inicialmente pago, antes do reembolso.

Se previsivelmente ainda irá ocorrer um reembolso, não se deverá fazer esse abatimento, dado que ainda não se conhece com precisão o valor exacto a receber.

Os bens ou serviços de saúde obtidos gratuitamente, ao contrário de todos os restantes, serão registados a preço zero.

Comparticipação ou preço reduzido? (colunas 10 a 12):

A opção "Não" destina-se aos bens ou serviços que não tiveram nem vão ter qualquer participação do Estado ou outra entidade.

A opção "Sim - já ocorreu" destina-se a:

- bens ou serviços que tiveram logo à partida participação do Estado ou de outra entidade (aplica-se aos medicamentos comparticipados e a todos os serviços médicos prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), incluindo situações de isenção de taxa moderadora)
- bens ou serviços que, mesmo não tendo tido à partida participação do Estado ou de outra entidade, vieram mais tarde a ser alvo de reembolso.

A opção "Sim - vai ocorrer mais tarde" destina-se a bens ou serviços que, independentemente de já terem tido ou não, à partida, participação do Estado ou de outra entidade, vão ser previsivelmente alvo de reembolso futuro, no todo ou em parte.

Sistema(s) de participação (colunas 13 e 14):

A indicação do(s) sistema(s) deve ser feita tanto para participações que já ocorreram como para situações futuras.

Podem haver um ou mais sistemas de participação.

Quando há mais do que um sistema de participação, a situação mais frequente é a combinação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com outro sistema. Deste modo, assinala-se X na coluna do SNS e escolhe-se o sistema adicional na tabela anexa.

Havendo 2 ou mais sistemas simultâneos excepto o SNS, deverá ser escolhido o que proporcionar a maior contribuição em valor.

Deverá haver o cuidado de distinguir serviços sociais de seguros. No caso de um instituto público com seguro de saúde, a opção correcta será a 10.

4. - CONSUMOS MENSIS / TRIMESTRAIS / ANUAIS
INCLUINDO RECEBIMENTOS GRATUITOS E A TÍTULO DE SALÁRIO OU COMPLEMENTO

EXEMPLOS												
nº	Modalidade de consumo de bens ou serviço				Compra no exterior (preço em moeda estrangeira)? (se sim, qual a moeda)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (R\$)	Tipo de estabelecimento ou profissional independente (preços e auto-declarados)	Comparticipação ou preço reduzido?		
	Compras	Ass. de saúde (preço normal)	Ass. de saúde (preço reduzido)	Ass. de saúde (preço zero)						Tipo de estabelecimento ou profissional independente (preços e auto-declarados)	Tipo de estabelecimento ou profissional independente (preços e auto-declarados)	Tipo de estabelecimento ou profissional independente (preços e auto-declarados)
001	X					Aluguel de casa (res. principal)	1 mês	2.500,00	0,00	-		
002	X					Água - residencial (res. principal)	"	1,00	7,50	IGAL		
003	X					Água - consumo (res. principal)	"	1,00	8,50	IGAL		
004	X					Água - IV/A (res. principal)	"	0,00	8,50	IGAL		
005	X					Água - outras despesas (res. principal)	"	1,00	0,50	IGAL		
006	X					Eletromod. - potência contratada até 6,5 - tarifa simples (res. principal)	"	1,00	1,50	IGAL		
007	X					Eletromod. - consumo (res. principal)	"	2,00	0,30	IGAL		
008	X					Eletromod. - IV/A (res. principal)	"	1,00	1,50	IGAL		
009	X					Eletromod. - outras despesas (res. principal)	"	1,00	0,50	IGAL		
010	X					Gás - consumo (res. principal)	"	3,00	3,50	GDP		
011	X					Gás - residencial (res. principal)	"	1,00	1,50	GDP		
012	X					Gás - IV/A (res. principal)	"	1,00	1,50	GDP		
013	X					Condicionador (res. principal)	"	1,00	3,50	empres		
014	X					Pagamento a empregado	"	1,00	0,00	empres		
015	X					Conta para os honorários	"	1,00	0,00	honorários		
016	X					Problema de novo passaporte	1	4,00	5,00	passaporte		
017	X					Infecção particular sem fim lucrativo da lei	1	3,00	0,00	infecção		
018	X					Passagem mensal comitente - urbano	1	1,00	0,50	comitente		
019	X					TV - cabo - assinatura	1	2,00	2,00	TV Cabo		
020	X					Revisão de fotografias	1	4,00	5,00	Revisão de fotografias		
021	X					Revisão de fotografias	1	1,00	3,00	Revisão de fotografias		
022	X					Candidatos rejeitados	2	2,00	0,00			
023												
024												
025												

Total de linhas com preenchimento: 22

4.4 - SAÚDE - CONSUMOS DE PERIODICIDADE MENSAL OU ANUAL

EXEMPLOS													
nº	Modalidade de consumo de bens ou serviço				Compra no exterior (preço em moeda estrangeira)? (se sim, qual a moeda)	Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor pago (R\$)	Tipo de estabelecimento ou profissional independente (preços e auto-declarados)	Comparticipação ou preço reduzido?			
	Compras	Ass. de saúde (preço normal)	Ass. de saúde (preço reduzido)	Ass. de saúde (preço zero)						Tipo de estabelecimento ou profissional independente (preços e auto-declarados)	Tipo de estabelecimento ou profissional independente (preços e auto-declarados)	Tipo de estabelecimento ou profissional independente (preços e auto-declarados)	Tipo de estabelecimento ou profissional independente (preços e auto-declarados)
PERIODICIDADE MENSAL													
001	X					Serviço de enfermagem - Infusão	4	2,00	0,00	empres			
002	X					Radiografia	1	1,00	0,00	empres			
003	X					Consulta de dentista	1	6,00	0,00	empres			
004	X					Análise clínica	1	3,00	5,50	empres			
005													
006													
007													
008													
009													
010													
011													
012													
PERIODICIDADE ANUAL													
001	X					Leitos de internação	1	1,00	0,00	empres			
002	X					Internamento em hospital público	1	5,00	5,50	Hospital público			
003	X					Aparelho ortopédico	1	3,00	0,00	Casa ortopédica			
004													
005													
006													
007													
008													
009													
010													
011													
012													

Total de linhas com preenchimento: 22

LEGENDA SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO

1. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	2. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	3. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	4. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	5. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	6. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	7. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	8. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	9. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	10. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	11. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	12. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	13. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	14. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	15. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	16. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	17. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	18. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	19. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	20. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	21. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)	22. Não (prestado em tempo de trabalho em tempo)
---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

4.1 - CONSUMOS MENSAIS									
INCLUINDO RECEBIMENTOS GRATUITOS E A TÍTULO DE SALÁRIO OU COMPLEMENTO									
UF	Modalidade de consumo de bens ou serviço				Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (R\$)	Tipo de estabelecimento ou profissional independente (empresa e auto-estabelecimento)	De 1º a 31 de março de 2020
	Campos	Item, código, número	Descrição, produto, nome	Descrição, código de produto, nome					
01									
02									
03									
04									
05									
06									
07									
08									
09									
10									
11									
12									
13									
14									
15									
16									
17									
18									
19									
20									
21									
22									
23									
24									
25									
26									
27									
28									
29									
30									
31									
32									
33									
34									
35									
36									
37									
38									
39									
40									
41									
42									
43									
44									
45									
46									
47									
48									
49									
50									
51									
52									
53									
54									
55									
56									
57									
58									
59									
60									
61									
62									
63									
64									
65									
66									
67									
68									
69									
70									
71									
72									
73									
74									
75									
76									
77									
78									
79									
80									
81									
82									
83									
84									
85									
86									
87									
88									
89									
90									
91									
92									
93									
94									
95									
96									
97									
98									
99									
100									
101									
102									
103									
104									
105									
106									
107									
108									
109									
110									
111									
112									
113									
114									
115									
116									
117									
118									
119									
120									
121									
122									
123									
124									
125									
126									
127									
128									
129									
130									
131									
132									
133									
134									
135									
136									
137									
138									
139									
140									
141									
142									
143									
144									
145									
146									
147									
148									
149									
150									
151									
152									
153									
154									
155									
156									
157									
158									
159									
160									
161									
162									
163									
164									
165									
166									
167									
168									
169									
170									
171									
172									
173									
174									
175									
176									
177									
178									
179									
180									
181									
182									
183									
184									
185									
186									
187									
188									
189									
190									
191									
192									
193									
194									
195									
196									
197									
198									
199									
200									
201									
202									
203									
204									
205									
206									
207									
208									
209									
210									
211									
212									
213									
214									
215									
216									
217									
218									
219									
220									
221									
222									
223									
224									
225									
226									
227									
228									
229									
230									
231									
232									
233									
234									
235									
236									
237									
238									
239									
240									
241									
242									
243									
244									
245									
246									
247									
248									
249									

13- CURSUS ANUAL

INCLUINDO RECEBIMENTOS GRATUITOS E A TÍTULO DE SALÁRIO OU COMPLEMENTO

INFORMAÇÃO RECEBIMENTOS GASTOS E A TÍTULO DE SALÁRIO OU COMPLEMENTO											
UF	Modalidade de consumo do bem ou serviço				Descrição do produto ou serviço	Quantidade	Valor (R\$)			Tipo de estabelecimento profissional independente (compra e auto-estabelecimento)	
	Compra	Auto-estabelecimento	Outros gastos pessoais	Transferência de valores no mesmo mês			Parcela no mês anterior (de 01 a 03 meses)	Valor	Custo		Lucro
Mês de referência											
	01	02	03	04							
001											
002											
003											
004											
005											
006											
007											
008											
009											
010											
011											
012											
013											
014											
015											
016											
017											
018											
019											
020											
021											
022											
023											
024											
025											

Total de linhas com preenchimento

4.4 - SAÚDE - CONSUMOS DE PERIODICIDADE MENSAL

[illegible]

Total de linhas com preenchimento

Journal of Interpersonal Violence 30(12)

ANEXO II. SISTEMAS DE COMPENSACIÓN			
1. ACAP (Asociación de Ciencias y Artes de Panamá)	4. Servicio Social de Alumnos	7. Fines Sociales de empresas pólizas para Seguros (FPP, PFI, PSP, CSE, ...)	10. Seguro de salud pago por empleador (previa afiliación, Medicare, ...)
2. Fomento Social (FOSAP, FOSAPSA)	5. Servicio Social Universitario	8. Seguro Social Costarricense	11. Medicina en Tailandia
3. Servicio Social de la UPR (SSU)	6. Servicio Social de los estudiantes de la Facultad de Ciencias Exactas, matemáticas, ...	9. Seguro de salud como una actividad social (seguro Social de Salud, Medicare, ...)	12. Opciones alternativas de atención médica

Fonte: INE, IDEF 2005/2006

2. Classificações Utilizadas

Código	Sigla	Designação
V00320		NUTS 2002 completa
V00004	CNP 94	Classificação Nacional de Profissões, 1994
V00554	CAE Rev. 3	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3
	COICOP	COICOP HBS 2003
V00817		Consumo Individual por função - variante 1
V00225		Zonas densamente povoadas, medianamente povoadas e pouco povoadas
V00920		Tipologia de áreas urbanas, 1998 - variante 1
V00906		Composição do agregado doméstico privado (ICOR)
V00153		Sexo
V01632		Estado civil (ICOR) - variante 1
V01660		Estado civil de facto/conjugalidade (ICOR)
V00785		Níveis de educação (atingidos) - variante 12
		Condição perante o trabalho atual
V01638		Situação na profissão (ICOR) - variante 6
V01162		Tipos de rendimento (IDEF)

Fonte: INE, IDEF 2005/2006

3. Classificação do consumo individual por objetivo (COICOP-HBS), com discriminação nacional ao 5º e 6º nível

Nível	Designação	Âmbito
1º (2 dígitos)	Divisão	COICOP-HBS (Household budget survey)
2º (3 dígitos)	Grupo	
3º (4 dígitos)	Classe	
4º (5 dígitos)	Categoria	
5º (6 dígitos)	Variedade	Discriminação nacional ao nível da 5º e 6º nível
6º (8 dígitos)	Produto	

Fonte: INE, IDEF 2005/2006

4. Codificação das variáveis

Código	Designação
ADP_Cod	ID do Agregado Codificada
pond	Ponderador do agregado
Nuts1	Nuts I
Nuts2	Nuts2_2002
NUTS2_COD	Nuts2_2002
GU_ine	Grau de urbanização (ine)
NumAgreg	Número de agregados a residir no alojamento
Dimadp	Numero de indiv no adp
Dim_eq	Dimensão equivalente do adp (OCDE modif)
Adp_tipo	Tipologia de agregado familiar
RegOcup	Regime de ocupação do alojamento
PerConst	Periodo de construação
TAlojam	Tipo de alojamento
Divisoes	Nº divisões disponíveis para o agregado (4 m2 ou +)
Aream2	Área total (m2) disponível para o agregado (espaço útil entre paredes)
Garagem	Garagem (ou espaço para estacionamento) na resid. principal?
ResSec	Residência secundária?
NResSec	Quantas residências secundárias?
NResSecP	Nº residências secundárias que o agregado dispõe - Proprietário
NResSecA	Nº residências secundárias que o agregado dispõe - Arrendatário
NResSecG	Nº residências secundárias que o agregado dispõe - Cedida gratuitamente
Agua	Água canalizada
Electric	Electricidade
Gas	Gás canalizado
Esgoto	Sistema de esgotos
Sanitar	Instalação sanitária completa
ArCondic	Aparelho de ar condicionado
AqCentra	Sistema de aquecimento central
OAqAr	Outro aparelho de aquecimento de ar
OAqAgua	Outro aparelho de aquecimento de água
Desumidi	Desumidificador eléctrico
Fogao	Fogão ou placa
Frígori	Frigorífico
Microond	Micro-ondas
Arca	Arca congeladora
Aspira	Aspirador
LavRoupa	Máquina de lavar roupa
SecRoupa	Máquina de secar roupa
LavSecR	Máquina de lavar e secar roupa
LavLouca	Máquina de lavar loiça
MCostura	Máquina de costura

Código	Designação
Telfixo	Telefone - rede fixa
Telmovel	Telefone - rede móvel
NTelmov	Quantos Telefones - rede móvel
PCcomWeb	Computador pessoal, de secretária ou portátil, com ligação à internet
PCsemweb	Computador pessoal, de secretária ou portátil, sem ligação à internet
Tv	Aparelho de televisão
NTv	Quantos Aparelhos de televisão
TvCabo	Televisão por cabo ou satélite
Paraboli	Antena parabólica
LeitCD	Leitor de CD s
LeitDVD	Leitor de DVD s
GravCass	Gravador de cassetes audio
Radio	Rádio
GiraDisc	Gira-Discos
Video	Vídeo
CamaraVi	Câmara de vídeo
EqFoto	Equipamento fotográfico
Consola	Consola de jogos (com ou sem leitor de DVD)
RTotal	Rendimento total líquido anual do adp 2005
RMonet	Rendimento monetário anual do adp 2005
R_tco	Rendimento do trabalho por conta de outrem 2005
R_tcp	Rendimento do trabalho por conta própria 2005
R_prop	Rendimento de propriedade 2005
R_cap	Rendimento de capital 2005
R_velhice	Rendimento de pensões de velhice 2005
R_svelh	Pensão social de velhice 2005
R_sobrev	Pensões de sobrevivência, viuvez ou orfandade 2005
R_invalid	Pensão de invalidez 2005
R_desemp	Benefícios relacionados com o desemprego 2005
R_doenca	Benefícios relacionados com a doença 2005
R_educ	Benefícios relacionados com a educacao 2005
R_form	Benefícios relacionados com a formacao 2005
R_abono	Abono de família 2005
R_bfam	Benefícios np relacionados com a família 2005
R_rsi	Rendimento Social de Inserção 2005
R_habita	Benefícios relacionados com a habitação 2005
R_trpagr	Transferencias periodicas de outros agregados 2005
R_trpest	Transferencias periodicas do estrangeiro 2005

Código	Designação
R_otrper	Outras transferencias periodicas 2005
R_trnpagr	Transferencias nao periodicas de outros agregados 2005
R_trnpest	Transferencias nao periodicas do estrangeiro 2005
R_otrnper	Outras transferencias nao periodicas 2005
RNMonet	Rendimento não monetário
AutoC_Ab	Autoconsumo e auto-abastecimento
Autoloca	Auto-locação
Rec_Salgen	Recebimentos e salários em géneros
PFRend	Principal fonte de rendimento 2005
Desp_nm	Despesa não monetária
desp_mon	Despesa Monetária dos ADPs
Desp_total	Despesa total do adp (soma das divs)
desp_01	01 - PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS
desp_02	02 - BEBIDAS ALCOÓLICAS, TABACO E NARCÓTICOS\ESTUPEFACIENTES
desp_03	03 - VESTUÁRIO E CALÇADO
desp_04	04 - HABITAÇÃO. DESPESAS COM ÁGUA, ELECTRICIDADE, GÁS E OUTROS COMBUSTÍVEIS
desp_05	05 - MÓVEIS, ARTIGOS DE DECORAÇÃO, EQUIPAMENTO DOMÉSTICO E DESPESAS CORRENTES DE MANUTENÇÃO DA HABITAÇÃO
desp_06	06 - SAÚDE
desp_07	07 - TRANSPORTES
desp_08	08 - COMUNICAÇÕES
desp_09	09 - LAZER, DISTRACÇÃO E CULTURA
desp_10	10 - ENSINO
desp_11	11 - HOTÉIS, RESTAURANTES, CAFÉS E SIMILARES
desp_12	12 - OUTROS BENS E SERVIÇOS
desp_011	01.1 - Produtos Alimentares
desp_012	01.2 - Bebidas não Alcoólicas
desp_021	02.1 - Bebidas Alcoólicas
desp_022	02.2 - Tabaco
desp_023	02.3 - Narcóticos e Estupefacientes
desp_031	03.1 - Vestuário incluindo Reparação
desp_032	03.2 - Calçado incluindo Reparação
desp_041	04.1 - Arrendamentos Efectivos
desp_042	04.2 - Arrendamentos Fictícios
desp_043	04.3 - Reparação e Conservação da Habitação
desp_044	04.4 - Outros Serviços relacionados com a Habitação
desp_045	04.5 - Electricidade, Gás e outros Combustíveis
desp_051	05.1 - Móveis, Artigos Decoração, Tapetes outros Revestimentos de Chão. Reparação
desp_052	05.2 - Artigos Domésticos à base de Têxteis. Reparação
desp_053	05.3 - Equipamento Doméstico de Base. Reparação

Código	Designação
desp_054	05.4 - Loijas, Vidros, Cristais e Utensílios Domésticos
desp_055	05.5 - Ferramentas, Máquinas e Equipamento para Casa e Jardim
desp_056	05.6 - Bens e Serviços para Manutenção Corrente da Habitação
desp_061	06.1 - Medicamentos, Aparelhos e Material Terapêuticos
desp_062	06.2 - Serviços Médicos, Paramédicos e outros Serviços de Saúde não Hospitalares
desp_063	06.3 - Serviços Hospitalares
desp_071	07.1 - Aquisição de Veículos Pessoais
desp_072	07.2 - Despesa com a Utilização de Veículos Pessoais
desp_073	07.3 - Serviços de Transporte
desp_081	08.1 - Serviços Postais
desp_082	08.2 - Equipamento de Telecomunicação
desp_083	08.3 - Serviços de Telefone, Telégrafo e Telefax
desp_091	09.1 - Equipamento e Acessórios Audiovisuais, Fotográficos e Informáticos. Reparação
desp_092	09.2 - Outros Bens Duráveis relacionados com Lazer, Distracção e Cultura. Reparações
desp_093	09.3 - Outros Artigos e Equipamentos Recreativos, de Lazer e de Distracção
desp_094	09.4 - Serviços Recreativos e Culturais
desp_095	09.5 - Livros, Jornais e Outros Impressos
desp_096	09.6 - Viagens Turísticas
desp_101	10.1 - Ensino Pré-Escolar e Básico - 1º e 2º Ciclo
desp_102	10.2 - Ensino Básico - 3º Ciclo e Secundário
desp_103	10.3 - Ensino Pós-Secundário
desp_104	10.4 - Ensino Superior
desp_105	10.5 - Outros Tipos de Ensino
desp_111	11.1 - Despesas em Restaurantes, Cafés e Similares
desp_112	11.2 - Despesas em Hotéis e Similares
desp_121	12.1 - Higiene e Cuidados Pessoais
desp_122	12.2 - Serviços de Prostituição
desp_123	12.3 - Artigos de Uso Pessoal
desp_124	12.4 - Serviços de Protecção Social
desp_125	12.5 - Seguros
desp_126	12.6 - Serviços Financeiros, n.e.
desp_127	12.7 - Outros Serviços n.d.
desp_0111	01.1.1 - Cereais e Produtos à base de Cereais
desp_0112	01.1.2 - Carne e Derivados
desp_0113	01.1.3 - Peixe e Derivados
desp_0114	01.1.4 - Leite, Queijo e Ovos
desp_0115	01.1.5 - Óleos e Gorduras
desp_0116	01.1.6 - Frutos
desp_0117	01.1.7 - Legumes e outros Hortícolas, incluindo Batatas e outros Tubérculos

Código	Designação
desp_0118	01.1.8 - Açúcar, Confeitaria, Mel e Outros Produtos à base de Açúcar
desp_0119	01.1.9 - Produtos Alimentares n.d.
desp_0121	01.2.1 - Café, Chá e Cacau
desp_0122	01.2.2 - Águas Minerais ou de nascente, Refrigerantes e Sumos
desp_0211	02.1.1 - Licores e Vinhos Generosos
desp_0212	02.1.2 - Vinhos
desp_0213	02.1.3 - Cervejas com e sem Álcool
desp_0221	02.2.1 - Tabaco
desp_0231	02.3.1 - Narcóticos e Estupefacientes
desp_0311	03.1.1 - Tecidos para Vestuário
desp_0312	03.1.2 - Vestuário
desp_0313	03.1.3 - Outros Artigos e Acessórios de Vestuário
desp_0314	03.1.4 - Reparação e Aluguer de Vestuário
desp_0321	03.2.1 - Calçado e Acessórios para Calçado
desp_0322	03.2.2 - Reparação e Aluguer de Calçado
desp_0411	04.1.1 - Arrendamentos Efectivos - Residência Principal
desp_0412	04.1.2 - Arrendamentos Efectivos - Residência Secundária
desp_0421	04.2.1 - Arrendamentos Fictícios - Residência Principal (proprietários)
desp_0422	04.2.2 - Outros Arrendamentos Fictícios
desp_0431	04.3.1 - Material e Equipamento para Reparação e Conservação da Habitação
desp_0432	04.3.2 - Serviços de Reparação e Conservação da Habitação
desp_0441	04.4.1 - Abastecimento de Água
desp_0442	04.4.2 - Recolha de Resíduos Sólidos
desp_0443	04.4.3 - Serviços de Saneamento
desp_0444	04.4.4 - Outros Serviços relativos à Habitação
desp_0451	04.5.1 - Electricidade
desp_0452	04.5.2 - Gás
desp_0453	04.5.3 - Combustíveis Líquidos para Aquecimento e Iluminação
desp_0454	04.5.4 - Combustíveis Sólidos para Aquecimento e Iluminação
desp_0455	04.5.5 - Água Quente, Vapor de Água e Gelo
desp_0511	05.1.1 - Móveis e Artigos de Decoração
desp_0512	05.1.2 - Tapetes e Outros Revestimentos de Chão
desp_0513	05.1.3 - Reparação de Móveis, Artigos de Mobiliário e Revestimento de Chão
desp_0521	05.2.1 - Artigos Domésticos à base de Têxteis
desp_0531	05.3.1 - Grandes Aparelhos Domésticos, Eléctricos ou não
desp_0532	05.3.2 - Pequenos Electrodomésticos
desp_0533	05.3.3 - Acessórios e Reparação de Aparelhos Domésticos
desp_0541	05.4.1 - Loiças, Vidros, Cristais e Utensílios Domésticos
desp_0551	05.5.1 - Grandes Ferramentas eléctricas e máquinas para Casa e Jardim.Reparação
desp_0552	05.5.2 - Pequenas Ferramentas e Acessórios Diversos.Reparação

Código	Designação
desp_0561	05.6.1 - Artigos Domésticos não Duráveis
desp_0562	05.6.2 - Serviços Domésticos e Outros Serviços de Manutenção da Habitação
desp_0611	06.1.1 - Medicamentos, Aparelhos e Material Terapêuticos
desp_0612	06.1.2 - Outros Produtos e Material Farmacêuticos
desp_0613	06.1.3 - Aparelhos e Material Terapêutico
desp_0621	06.2.1 - Serviços Médicos
desp_0622	06.2.2 - Serviços de Dentista
desp_0623	06.2.3 - Serviços Paramédicos
desp_0631	06.3.1 - Serviços Hospitalares
desp_0711	07.1.1 - Aquisição de Veículos Automóveis
desp_0712	07.1.2 - Aquisição de Motociclos e ciclomotores
desp_0713	07.1.3 - Aquisição de Bicicletas.
desp_0714	07.1.4 - Aquisição de Veículos de Tracção animal.
desp_0721	07.2.1 - Peças e Acessórios para Veículos Pessoais.
desp_0722	07.2.2 - Combustíveis e Lubrificantes.
desp_0723	07.2.3 - Manutenção e Reparação de Veículos Pessoais.
desp_0724	07.2.4 - Outros Serviços com Utilização Veículos Pessoais.
desp_0731	07.3.1 - Serviços de Transportes Ferroviários.
desp_0732	07.3.2 - Serviços de Transportes Rodoviários.
desp_0733	07.3.3 - Serviços de Transportes Aéreos.
desp_0734	07.3.4 - Serviços Transportes Marítimos ou Fluviais.
desp_0735	07.3.5 - Serviços de Transportes Combinados.
desp_0736	07.3.6 - Outros Serviços de Transporte.
desp_0811	08.1.1 - Serviços Postais.
desp_0821	08.2.1 - Equipamento de Telecomunicação.
desp_0831	08.3.1 - Serviços de Telefone, Telégrafo e Telefax.
desp_0911	09.1.1 - Aparelhos de Recepção, Registo e Reprodução de Som e de Imagem.
desp_0912	09.1.2 - Equipamento Fotográfico, Cinematográfico e Instrumentos de Óptica.
desp_0913	09.1.3 - Equipamento Informático.
desp_0914	09.1.4 - Suportes para Gravação de Som e Imagem.
desp_0915	09.1.5 - Reparação Equipamento e Acessórios Audiovisuais, Fotográficos e Informáticos.
desp_0921	09.2.1 - Bens Duráveis relacionados com Lazer, Distracção e Cultura em Espaços Abertos.
desp_0922	09.2.2 - Instrumentos Musicais e Bens Duráveis relacionados c/Lazer,Distracção ...
desp_0923	09.2.3 - Manutenção e Reparação dos Bens Duráveis relacionados com Lazer...
desp_0931	09.3.1 - Jogos, Brinquedos e Artigos relacionados com Passatempos.
desp_0932	09.3.2 - Equipamentos associado à Prática Desportiva e Campismo.
desp_0933	09.3.3 - Jardinagem.
desp_0934	09.3.4 - Animais de Estimação e Produtos relacionados.

Código	Designação
desp_0935	09.3.5 - Veterinários e Outros Serviços para Animais de Estimação.
desp_0941	09.4.1 - Serviços Desportivos e Recreativos.
desp_0942	09.4.2 - Serviços de Distração e Cultura.
desp_0943	09.4.3 - Jogos de Azar.
desp_0951	09.5.1 - Livros.
desp_0952	09.5.2 - Jornais, Revistas e Outros Periódicos.
desp_0953	09.5.3 - Impressos Diversos.
desp_0954	09.5.4 - Artigos de Papelaria e de Desenho.
desp_0961	09.6.1 - Viagens Turísticas.
desp_1011	10.1.1 - Ensino Pré-Primário e Primário
desp_1021	10.2.1 - Ensino Preparatório e Secundário
desp_1031	10.3.1 - Ensino de Índole Profissional
desp_1041	10.4.1 - Ensino Superior
desp_1051	10.5.1 - Outros Tipos de Ensino
desp_1111	11.1.1 - Despesas em Restaurantes e Cafés
desp_1112	11.1.2 - Despesas em Cantinas
desp_1121	10.2.1 - Despesas em Hotéis e Similares
desp_1211	12.1.1 - Serviços de Cabeleireiro e Análogos
desp_1212	12.1.2 - Aparelhos Eléctricos para Cuidados Pessoais
desp_1213	12.1.3 - Outros Artigos e Produtos para Cuidados Pessoais
desp_1221	12.2.1 - Serviços de Cuidados Pessoais n.d.
desp_1231	12.3.1 - Artigos de Bijuteria, Joalharia e Relojoaria. Reparação.
desp_1232	12.3.2 - Outros Artigos de Uso Pessoal n.d.
desp_1241	12.4.1 - Serviços de Protecção Social
desp_1252	12.5.2 - Seguros relacionados com a Habitação
desp_1253	12.5.3 - Seguros relacionados com a Saúde
desp_1254	12.5.4 - Seguros relacionados com o Transporte
desp_1255	12.5.5 - Outros Seguros
desp_1262	12.6.2 - Serviços Financeiros, n.e.
desp_1271	12.7.1 - Outros Serviços n.d.
desp_01111	01.1.1.1 - Arroz
desp_01112	01.1.1.2 - Pão e Produtos de Padaria. Bolachas e Biscoitos
desp_01113	01.1.1.3 - Massas Alimentícias
desp_01114	01.1.1.4 - Produtos de Pastelaria
desp_01115	01.1.1.5 - Sandes (excepto para consumo em cafés ou restaurantes)
desp_01116	01.1.1.6 - Outros Produtos à base de Cereais
desp_01121	01.1.2.1 - Carne de Bovino Fresca, Frigorificada ou Congelada
desp_01122	01.1.2.2 - Carne de Porco e de Leitão Fresca, Frigorificada ou Congelada
desp_01123	01.1.2.3 - Carne de Ovino e de Caprino Fresca, Frigorificada ou Congelada

Código	Designação
desp_01124	01.1.2.4 - Carne de aves fresca, frigorificada ou congelada
desp_01125	01.1.2.5 - Salsicharia, Carne Seca, Salgada ou Fumada e Miudezas
desp_01126	01.1.2.6 - Conservas de Carne e Produtos Preparados ou Semi - Preparados à base de Carne
desp_01127	01.1.2.7 - Outras Carnes Comestíveis Frescas, Frigorificadas ou Congeladas
desp_01131	01.1.3.1 - Peixe Fresco, Frigorificado ou Congelado
desp_01132	01.1.3.2 - Crustáceos e Moluscos Frescos, Frigorificados ou Congelados
desp_01133	01.1.3.3 - Peixe, Crustáceos e Moluscos Secos, Salgados ou Fumados
desp_01134	01.1.3.4 - Conservas de Peixe, Crustáceos e Moluscos, Produtos Preparados ou Semi - Preparados à base de Peixe
desp_01141	01.1.4.1 - Leite inteiro (gordo ou meio gordo)
desp_01142	01.1.4.2 - Leite magro
desp_01143	01.1.4.3 - Leite conservado
desp_01144	01.1.4.4 - Iogurtes, Leites Fermentados e Similares
desp_01145	01.1.4.5 - Queijo
desp_01146	01.1.4.6 - Outros Produtos Lácteos
desp_01147	01.1.4.7 - Ovos
desp_01151	01.1.5.1 - Manteiga
desp_01152	01.1.5.2 - Margarinas e Outras Gorduras Vegetais
desp_01153	01.1.5.3 - Azeite
desp_01154	01.1.5.4 - Óleos Alimentares
desp_01155	01.1.5.5 - Outras Gorduras Animais Comestíveis
desp_01161	01.1.6.1 - Citrinos
desp_01162	01.1.6.2 - Bananas
desp_01163	01.1.6.3 - Maçãs e Pêros
desp_01164	01.1.6.4 - Pêras
desp_01165	01.1.6.5 - Frutos de Caroço
desp_01166	01.1.6.6 - Bagas
desp_01167	01.1.6.7 - Outros Frutos
desp_01168	01.1.6.8 - Frutos Secos e Secados
desp_01169	01.1.6.9 - Conservas de Frutos e outros Produtos à base de Frutos
desp_01171	01.1.7.1 - Legumes de Folha e Talo
desp_01172	01.1.7.2 - Couves
desp_01173	01.1.7.3 - Legumes cultivados pelo fruto
desp_01174	01.1.7.4 - Raízes, Bolbos não amiláceos e Cogumelos
desp_01175	01.1.7.5 - Legumes Secos
desp_01176	01.1.7.6 - Legumes Congelados, em Conserva ou Transformados
desp_01177	01.1.7.7 - Batatas
desp_01178	01.1.7.8 - Outros Tubérculos e Produtos à base de Tubérculos
desp_01181	01.1.8.1 - Açúcar
desp_01182	01.1.8.2 - Mel e Produtos Açucarados à base de Frutas

Código	Designação
desp_01183	01.1.8.3 - Chocolate
desp_01184	01.1.8.4 - Confeitaria
desp_01185	01.1.8.5 - Gelados
desp_01186	01.1.8.6 - Outros Produtos à base de Açúcar
desp_01191	01.1.9.1 - Molhos e Condimentos
desp_01192	01.1.9.2 - Sal e Especiarias
desp_01193	01.1.9.3 - Fermentos Preparados, caldos concentrados e sopas
desp_01194	01.1.9.4 - Outros Produtos Alimentares n.d.
desp_01211	01.2.1.1 - Café
desp_01212	01.2.1.2 - Chá e Infusões
desp_01213	01.2.1.3 - Cacau e Chocolate em Pó
desp_01221	01.2.2.1 - Águas Minerais ou de Nascente
desp_01222	01.2.2.2 - Refrigerantes
desp_01223	01.2.2.3 - Sumos de Frutos
desp_01224	01.2.2.4 - Sumos de Legumes
desp_02111	02.1.1.1 - Licores, Aguardentes e Outras Bebidas Espirituosas
desp_02121	02.1.2.1 - Vinhos
desp_02122	02.1.2.2 - Outras Bebidas Alcoólicas à base de Vinho
desp_02131	02.1.3.1 - Cervejas com e sem Álcool
desp_02211	02.2.1.1 - Cigarros
desp_02212	02.2.1.2 - Charutos e Cigarilhas
desp_02213	02.2.1.3 - Outros Tabacos e Acessórios
desp_02311	02.3.1.1 - Narcóticos
desp_03111	03.1.1.1 - Tecidos para Vestuário
desp_03121	03.1.2.1 - Vestuário de Homem
desp_03122	03.1.2.2 - Vestuário de Senhora
desp_03123	03.1.2.3 - Vestuário de Criança e Bebê
desp_03131	03.1.3.1 - Outros Artigos de Vestuário e Acessórios para Vestuário
desp_03141	03.1.4.1 - Reparação e Aluguer de Vestuário
desp_03211	03.2.1.1 - Calçado para Homem
desp_03212	03.2.1.2 - Calçado para Senhora
desp_03213	03.2.1.3 - Calçado para Criança e Bebê (até 13 anos)
desp_03221	03.2.2.1 - Reparação e Aluguer de Calçado
desp_04111	04.1.1.1 - Arrendamentos Efectivos - Residência Principal
desp_04121	04.1.2.1 - Arrendamentos Efectivos - Residência Secundária
desp_04211	04.2.1.1 - Arrendamentos Fictícios - Residência Principal (proprietários)
desp_04221	04.2.2.1 - Outros Arrendamentos Fictícios (excepto para proprietários)
desp_04222	04.2.2.2 - Arrendamentos Fictícios - Residência Secundária
desp_04311	04.3.1.1 - Material e Equipamento para Pequenas Reparações e Conservação da Habitação

Código	Designação
desp_04321	04.3.2.1 - Serviços de Reparação e Conservação da Habitação
desp_04411	04.4.1.1 - Abastecimento de Água
desp_04421	04.4.2.1 - Recolha de Resíduos Sólidos (Lixo)
desp_04431	04.4.3.1 - Serviços de Saneamento (Esgotos)
desp_04441	04.4.4.1 - Outros Serviços relacionados com a Habitação
desp_04511	04.5.1.1 - Electricidade
desp_04521	04.5.2.1 - Gás de Cidade ou Natural
desp_04522	04.5.2.2 - Gás Liquefeito
desp_04531	04.5.3.1 - Combustíveis Líquidos para Aquecimento e Iluminação
desp_04541	04.5.4.1 - Combustíveis Sólidos para Aquecimento e Iluminação
desp_04551	04.5.5.1 - Água Quente, Vapor de Água e Gelo
desp_05111	05.1.1.1 - Móveis e Artigos de Decoração
desp_05121	05.1.2.1 - Tapetes e Outros Revestimentos de Chão
desp_05131	05.1.3.1 - Reparação de Móveis, Artigos de Mobiliário e Revestimento de Chão
desp_05211	05.2.1.1 - Artigos Domésticos à base de Têxteis. Reparação
desp_05311	05.3.1.1 - Frigoríficos e Congeladores
desp_05312	05.3.1.2 - Máquinas de Lavar, Secar e Engomar Roupas. Máquinas de Lavar Loça.
desp_05313	05.3.1.3 - Fogões e Similares
desp_05314	05.3.1.4 - Aparelhos de Aquecimento, Climatização e Ventilação
desp_05315	05.3.1.5 - Máquinas e Aparelhos de Limpeza e Manutenção
desp_05316	05.3.1.6 - Máquinas de Costura e de Tricotar
desp_05317	05.3.1.7 - Outro Equipamento Doméstico de Base
desp_05321	05.3.2.1 - Pequenos Electrodomésticos
desp_05331	05.3.3.1 - Reparação de Aparelhos Domésticos
desp_05411	05.4.1.1 - Loças, Vidros e Cristais
desp_05412	05.4.1.2 - Cutelaria e Utensílios de Mesa
desp_05413	05.4.1.3 - Utensílios de Cozinha e Outros Artigos Domésticos
desp_05414	05.4.1.4 - Reparação de Loças, Vidros, Cristais e Outros Utensílios Domésticos
desp_05511	05.5.1.1 - Grandes Ferramentas eléctricas e Equipamento para Casa e Jardim. Reparação
desp_05521	05.5.2.1 - Pequenas Ferramentas e Acessórios Diversos
desp_05611	05.6.1.1 - Produtos para Limpeza e Manutenção
desp_05612	05.6.1.2 - Outros Artigos Domésticos não Duráveis
desp_05621	05.6.2.1 - Serviços Domésticos
desp_05622	05.6.2.2 - Outros Serviços de Manutenção da Habitação
desp_06111	06.1.1.1 - Medicamentos e Especialidades Farmacêuticas
desp_06121	06.1.2.1 - Outros Produtos Médicos e Farmacêuticos
desp_06131	06.1.3.1 - Aparelhos e Material Terapêutico
desp_06211	06.2.1.1 - Serviços Médicos
desp_06221	06.2.2.1 - Serviços de Dentista

Código	Designação
desp_06231	06.2.3.1 - Meios Auxiliares de Diagnóstico
desp_06232	06.2.3.2 - Serviços de Enfermagem e Paramédicos
desp_06233	06.2.3.3 - Outros Serviços não Hospitalares
desp_06311	06.3.1.1 - Serviços Hospitalares
desp_07111	07.1.1.1 - Aquisição de Veículos Automóveis Novos
desp_07112	07.1.1.2 - Aquisição de Veículos Automóveis em Segunda Mão
desp_07121	07.1.2.1 - Aquisição de Motociclos e ciclomotores
desp_07131	07.1.3.1 - Aquisição de Bicicletas
desp_07141	07.1.4.1 - Aquisição de Veículos de Tracção animal
desp_07211	07.2.1.1 - Peças e Acessórios para Veículos Pessoais
desp_07221	07.2.2.1 - Combustíveis e Lubrificantes
desp_07231	07.2.3.1 - Manutenção e Reparação de Veículos Pessoais
desp_07241	07.2.4.1 - Outros Serviços com Utilização Veículos Pessoais
desp_07311	07.3.1.1 - Serviços de Transportes Ferroviários de Passageiros
desp_07321	07.3.2.1 - Serviços de Transportes Rodoviários de Passageiros
desp_07331	07.3.3.1 - Serviços de Transportes Aéreos de Passageiros
desp_07341	07.3.4.1 - Serviços de Transportes Marítimos e Fluviais de Passageiros
desp_07351	07.3.5.1 - Serviços de Transportes Combinados de Passageiros
desp_07361	07.3.6.1 - Outros Serviços de Transporte
desp_08111	08.1.1.1 - Serviços Postais
desp_08211	08.2.1.1 - Equipamento de Telecomunicação
desp_08311	08.3.1.1 - Serviços de Telefone, Telégrafo e Telefax
desp_09111	09.1.1.1 - Equipamento para Recepção, Registo e Reprodução de Som
desp_09112	09.1.1.2 - Equipamento de televisão e gravação/reprodução de imagem
desp_09121	09.1.2.1 - Equipamento Fotográfico e Cinematográfico
desp_09122	09.1.2.2 - Instrumentos de Óptica
desp_09131	09.1.3.1 - Equipamento Informático
desp_09141	09.1.4.1 - Suportes para Gravação de Som e Imagem
desp_09151	09.1.5.1 - Reparação Equipamento e Acessórios Audiovisuais, Fotográficos e Informáticos
desp_09211	09.2.1.1 - Bens Duráveis relacionados com Lazer, Distracção e Cultura em Espaços Abertos
desp_09221	09.2.2.1 - Instrumentos Musicais
desp_09222	09.2.2.2 - Bens Duráveis relacionados com Lazer, Distracção e a Cultura em Espaços Fechados
desp_09231	09.2.3.1 - Manutenção e Reparação dos Bens Duráveis relacionados com Lazer, Distracção e Cultura e dos Instrumentos Musicais
desp_09311	09.3.1.1 - Jogos, Brinquedos e Artigos relacionados com Passatempos
desp_09321	09.3.2.1 - Equipamentos associado à Prática Desportiva e Campismo
desp_09331	09.3.3.1 - Jardinagem
desp_09341	09.3.4.1 - Animais de Estimação e Produtos relacionados
desp_09351	09.3.5.1 - Veterinários e Outros Serviços para Animais de Estimação
desp_09411	09.4.1.1 - Serviços Desportivos e Recreativos

Código	Designação
desp_09421	09.4.2.1 - Cinemas, Teatros, Concertos e similares
desp_09422	09.4.2.2 - Museus, Jardim Zoológico e Similares
desp_09423	09.4.2.3 - Taxas de Televisão e Rádio e Aluguer de Equipamento para Distracção e Cultura
desp_09424	09.4.2.4 - Outros Serviços de Distracção e Cultura
desp_09431	09.4.3.1 - Jogos de Azar
desp_09511	09.5.1.1 - Livros
desp_09521	09.5.2.1 - Jornais, Revistas e Outros Periódicos
desp_09531	09.5.3.1 - Impressos Diversos
desp_09541	09.5.4.1 - Artigos de Papelaria e de Desenho
desp_09611	09.6.1.1 - Viagens Turísticas
desp_10111	10.1.1.1 - Ensino Pré-Escolar e Básico - 1º e 2º Ciclo
desp_10211	10.2.1.1 - Ensino Básico - 3º Ciclo e Secundário
desp_10311	10.3.1.1 - Ensino Pós-Secundário
desp_10411	10.4.1.1 - Ensino Superior
desp_10511	10.5.1.1 - Outros Tipos de Ensino
desp_11111	11.1.1.1 - Despesas em Restaurantes
desp_11112	11.1.1.2 - Despesas em Cafés, Bares e Similares
desp_11121	11.1.2.1 - Despesas em Cantinas
desp_11211	11.2.1.1 - Despesas em Hotéis e Similares
desp_12111	12.1.1.1 - Serviços de Cabeleireiro e Análogos
desp_12121	12.1.2.1 - Aparelhos Eléctricos para Cuidados Pessoais
desp_12131	12.1.3.1 - Outros Artigos e Produtos para Cuidados Pessoais
desp_12211	12.2.1.1 - Serviços de Prostituição
desp_12311	12.3.1.1 - Artigos de Bijuteria, Joalharia e Relojoaria. Reparação
desp_12321	12.3.2.1 - Artigos de Viagem e para Transporte
desp_12322	12.3.2.2 - Outros Artigos de Uso Pessoal n.d.
desp_12411	12.4.1.1 - Serviços de Protecção Social
desp_12412	12.4.1.2 - Creches e Infantários
desp_12521	12.5.2.1 - Seguros relacionados com a Habitação
desp_12531	12.5.3.1 - Seguros relacionados com a Saúde
desp_12541	12.5.4.1 - Seguros relacionados com os Transportes
desp_12551	12.5.5.1 - Outros Seguros
desp_12621	12.6.2.1 - Serviços Financeiros, n.e.
desp_12711	12.7.1.1 - Outros Serviços n.d.

Código	Designação
ADP_IND	ID do Indivíduo
Trimestre	Trimestre de inquirição
Sit_Resid	Situação residencial
Rel_Rep	Relação com o representante do agregado
Ind_Ref	Indivíduo de Referência do agregado (maior rend. mon.)
NUTS2_COD	NUTS II
Grupo_Etario_	Grupo Etário
Sexo	Sexo
Nível_Escol_C	Nível de escolaridade completado
CpTrab_COD	Condição perante o trabalho habitual
Sit_Prof_COD	Situação na profissão
R_tco	Rendimento do trabalho por conta de outrem 2005
R_tcp	Rendimento do trabalho por conta própria 2005
R_velhice	Rendimento de pensões de velhice 2005
R_svelh	Pensão social de velhice 2005
R_sobrev	Pensões de sobrevivência, viuvez ou orfandade 2005
R_desemp	Benefícios relacionados com o desemprego 2005
R_doenca	Benefícios relacionados com a doença 2005
R_invalid	Pensão de invalidez 2005
R_educa	Benefícios relacionados com educação e formação 2005
Pond	Ponderador

Fonte: INE, IDEF 2005/2006

